UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
MESTRADO EM LETRAS

EDUARDO DE ARAÚJO CARNEIRO

O DISCURSO FUNDADOR DO ACRE:

HEROÍSMO E PATRIOTISMO NO ÚLTIMO OESTE

Rio Branco
2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

EDUARDO DE ARAÚJO CARNEIRO

O DISCURSO FUNDADOR DO ACRE:

HEROÍSMO E PATRIOTISMO NO ÚLTIMO OESTE

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM LINGUAGEM E IDENTIDADE.

Orientadora: Profª. Drª. Marisa Martins Gama-Khalil - UFU

Rio Branco
2008

EDUARDO DE ARAÚJO CARNEIRO

O DISCURSO FUNDADOR DO ACRE: HEROÍSMO E PATRIOTÍSMO NO ÚLTIMO OESTE

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM LINGUAGEM E IDENTIDADE.

Aprovado em: ...../...../ 2008.

Nota:.....

COMISSÃO JULGADORA

_____

Profª. Drª. Marisa Martins Gama-Khalil - UFU

_____

Prof°. Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque - UFAC

_____

Profª. Drª. Laélia Rodrigues da Silva – FAAO/Ac

À minha mãe,
Helena de Araújo Carneiro,
In memória.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Acre e em especial ao Deptº. de Letras,
pela implantação desse Mestrado em nossa região.

À professora Marisa Gama-Khalil,
pela valiosa orientação;

Aos professores do Mestrado e aos colegas de turma,
pelo apoio e estímulo;

Ao meu pai Mário Carneiro,
pelos anos que nada me deixou faltar e
pelo seu jeito particular de amor os filhos;

Às minhas irmãs Zeneida, Silvia e Nágila,
por tudo o que fizeram e fazem por mim;

Aos meus sogros Francisco Bezerra e Maria de Jesus Alves A.,
e aos meus cunhados Daniel Silva e Edward Araújo,
por acreditarem nesse sonho que hoje se concretiza.

À célula do Habitasa, na pessoa de seu líder Mayko Figale Maia,
pelo incentivo e incessantes orações.

À minha esposa Egina Carli,

pelo companheirismo, amor e compreensão,

sem os quais seria impossível escrever essa dissertação.

A DEUS,
"Porque dele, por ele e para ele são todas as coisas:
glória a ele eternamente. Amém." (Romanos 11:36)

“A história, genealogicamente falando, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam.”

(Michel Foucault)

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo.”

(Michel Foucault)

RESUMO

Este trabalho dissertativo faz uma descrição do *discurso fundador* do Acre através da análise arqueológica de duas leis discursivas instauradas pelos promotores da revolução acreana durante o processo anexação do *Acre* ao Brasil, a saber: o patriotismo e o heroísmo do povo acreano. Para tanto, emprega-se como instrumental teórico os postulados da Análise do Discurso de Linha Francesa. Também é utilizado o conceito de *comunidade imaginada* de Benedict Anderson (2005). O texto ainda traz um breve histórico da trajetória da Análise do Discurso, além das discussões em torno do conceito de Discurso Fundador feitos por Michel Foucault, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi.

Palavras-chave:
Revolução Acreana, Discurso Fundador, Análise do Discurso, Comunidade Imaginada.

RESUMEN

Esta disertación hace una descripción del *discurso de fundación* del Acre por medio del análisis arqueológico de dos leyes discursivas criadas por los promotores de la revolución del Acre durante el proceso de la incorporación del Acre al Brasil, a saber: el patriotismo y el heroísmo de la gente del Acre. Para eso, se utiliza como teórico instrumental los postulados del Análisis del Discurso de la línea francesa. También se utiliza el concepto de *comunidad imaginada* de Benedict Anderson (2005). Todavía el texto hace un informe histórico de la trayectoria de la Análisis del Discurso, más allá del debate alrededor del concepto de Discurso de Fundación hechos por Michel Foucault, Dominique Maingueneau y Eni Orlandi.

Palabras-llave:
Revolución del Acre, Discurso de Fundación, Análisis del Discurso, Comunidad Imaginada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

CAP. 1 O DISCURSO FUNDADOR NAS MALHAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

1.1 Notas introdutórias sobre a Análise do Discurso.....14
1.1.1 Conjuntura Histórica: o pós-guerra.....14
1.1.2 Conjuntura Intelectual: os estruturalismos.....18
1.1.3 A fundação da Análise do Discurso.....26
1.1.4 Fundamentos da Análise do Discurso.....29
1.1.4.1 A língua(gem).....29
1.1.4.2 O sujeito.....31
1.1.4.3 A História.....34
1.2 A Análise do Discurso e a (re)invenção do Discurso Fundador.....35
1.2.1 O nascimento do sentido: uma fundação sem origem certa.....36
1.2.2 As condições de emergência: pistas em um labirinto sem fim.....38
1.2.3 Foucault, Maingueneau e Orlandi: (des)encontros do discurso fundador.....41
1.2.3.1 Foucault e a fundação de discursividade.....41
1.2.3.2 Maingueneau e o discurso constituinte.....44
1.2.3.3 Orlandi e o discurso fundador.....46
1.2.3.4 O discurso fundador como categoria de análise.....49

CAP.2 O DISCURSO FUNDADOR DA COMUNIDADE ACREANA

2.1 Acre: uma comunidade imaginada.....53
2.2 O discurso fundador de uma comunidade imaginada.....56
2.2.1 O discurso fundador em funcionamento.....58
2.3 O discurso fundador do Acre: a narrativa do eu acreano.....61
2.3.1 As vozes constituintes do discurso fundador do Acre.....69

CAP. 3 HEROÍSMO E PATRIOTISMO: AS REGRAS DO QUE PODIA E DEVIA SER DITO

3.1 A arqueologia como método de análise.....71
3.2 “Tudo foi feito por amor à pátria”.....75
3.2.1 Fidelidade e amor: o patriotismo na história.....81

3.2.2 O patriotismo no Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana (1900).....88
3.3 “Imitemos o exemplo sem par”.....94
3.3.1 “Sangue”.....99
3.3.2 “Lodo”.....104

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....108

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....110

LISTAS

Figura 1..... p. 21

Figura 2..... p. 24

Figura 3..... p. 25

Figura 4..... p. 27

Figura 5..... p. 27

Figura 6..... p. 32

Figura 7..... p. 33

Figura 8..... p. 37

Figura 9..... p. 51

Figura 10..... p. 62

Figura 11..... p. 78

Figura 12..... p. 96

Figura 13..... p. 100

Figura 14..... p. 102

Figura 15..... p. 105

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu no período festivo do ano 2000. O ocidente comemorava a virada do milênio; o Brasil, os quinhentos anos de *descoberta* e o Acre, cem anos de *revolução acreana.* Na época, como acadêmico da graduação em História pela UFAC, chamou-me a atenção o fato de professores e militantes de *esquerda* organizarem palestras e manifestações contra o **Brasil 500 anos** e em âmbito local, se calarem a respeito da campanha comemorativa **O Acre é 100**.

Em 2002, quando as cores oficiais do centenário da revolução acreana ganharam *as ruas*, incrivelmente o silêncio tomou forma de apoio e vários intelectuais entram na onda da comemoração. Muitos dos quais, um ano depois, seriam agraciados pelo Governo do Estado com uma réplica da espada de Plácido de Castro, num evento que homenageou as cem personalidades que contribuíram com a "causa acreana e com os ideais da florestania" (O ESTADO DO ACRE, 24 de novembro de 2003, p. 6).

A partir de então, começou-se a pesquisa, embora sem maiores compromissos e de forma bastante esporádica. Foi somente em 2004 que as idéias iniciais tomaram forma de um pré-projeto de pesquisa, que foi apresentado ao programa de Pós-Graduação *Lato Senso* em Estudos Lingüísticos e Literários da UFAC.

O título do pré-projeto era ***Jornal O Estado do Acre*: linguagem, poder e prática social** e tinha como objetivo identificar e descrever a representação oficial da revolução acreana produzida pelo discurso jornalístico da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado.

Apesar da especialização não ter sido concluída, as pesquisas realizadas em função dela nos fizeram chegar, na época, a algumas conclusões provisórias: a) o discurso oficial havia instaurado a idéia de que a revolução acreana não havia sido completamente terminada; b) os ideais dos *revolucionários* estavam sendo resgatados pelo Governo do Estado; c) no presente estava acontecendo uma nova revolução; d) e, conseqüentemente, o Acre estaria convivendo com uma nova geração de heróis.

O primeiro contato com a Análise do Discurso Francesa também aconteceu em virtude da referida pós-graduação. As aulas ministradas pela Profª. Drª. Maria do

Rosário Gregolin nos fizeram decidir pela adoção desse campo de estudo como referencial teórico. Através das leituras orientadas chegou-se ao conceito de fundação de discursividade foucaultiano.

Foi ainda sob a influência das primeiras leituras em Análise do Discurso que o pré-projeto de pesquisa do Mestrado foi elaborado. A princípio, teve o seguinte título: **O Discurso Fundador do Acre nas comemorações oficiais do Centenário da Revolução Acreana (1999-2003).**

A proposta era analisar o discurso fundador do Acre posto em circulação pelo Governo do Estado nas comemorações do aniversário de cem anos da *revolução acreana*. Buscava-se, com isso, identificar as movências de sentido operadas com *o retorno* aos discursos constituintes dessa discursividade.

No entanto, logo nas primeiras tentativas de colocá-la em prática, essa proposta se mostrou muito ambiciosa, tendo em vista o tempo previsto para a conclusão da mesma. Primeiramente porque as leituras teóricas demandaram muito tempo. Segundo porque foi necessário enriquecer mais o debate sobre a instauração do discurso fundador do Acre como prévia para a análise das movências de sentido operadas durante o Centenário. Terceiro porque após a análise do *corpus,* foram identificadas tantas *movências* que a hipótese da emergência de uma nova discursividade não podia ser descartada.

Devido a essas questões, algumas mudanças na proposta inicial foram inevitáveis. Preferimos deixar para um trabalho mais exaustivo a análise do discurso fundador posto em circulação pelo Governo do Estado durante as comemorações oficiais do Centenário da Revolução Acreana.

Dessa forma, procuramos desenvolver um recorte na temática que visasse tão somente à compreensão da formação do Discurso Fundador do Acre. Tal recorte permitiu que fossem explorados mais detidamente os discursos centrais que constituíram o discurso fundador do Acre, especialmente aqueles que emergiram durante o processo de anexação do Acre ao Brasil. Dessa forma, o título passou a se chamar: **O discurso fundador do Acre: patriotismo e heroísmo no último oeste**.

No primeiro capítulo, buscamos fazer uma apresentação da Análise do Discurso e mostrar como o conceito de discurso fundador foi pensado nesse campo do saber. A escolha desse instrumental teórico deveu-se ao fato dele assegurar a natureza tridimensional do discurso: o histórico, o lingüístico e o ideológico, tão

importante para a análise feita aqui. Já o emprego do conceito de *discurso fundador* aconteceu para tornar evidente o caráter não-natural da identidade acreana.

No segundo capítulo, procuramos aplicar o conceito de discurso fundador ao Acre, que, para fins de análise, foi considerado com uma comunidade imaginada, ou seja, um efeito de sentido que projeta uma identidade para uma coletividade de indivíduos dispersos.

No terceiro, fizemos uma descrição arqueológica de dois princípios de regularidade que caracteriza o discurso fundador do Acre: o heroísmo e o patriotismo. Através dessa descrição, procuramos mostrar a historicidade do sentido glorioso e ufanista dado ao momento inaugural da comunidade, trazendo à tona discursos outros interditados pela história oficial.

CAP. 1 O DISCURSO FUNDADOR NAS MALHAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Nesse capítulo serão abordados o surgimento da Análise do Discurso de linha Francesa e as principais discussões feitas nesse campo de estudo sobre o discurso fundador.

1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso é um campo de estudo fundado na França, em fins dos anos 1960, cujo objeto é o discurso. Vários fatores influenciaram o seu surgimento, os principais deles podem ser encontrados nas condições sócio-históricas da época e nos intensos debates filosóficos em torno da epistemologia. A Europa vivia a insegurança da Guerra Fria, já as ciências humanas, especificamente a lingüística, conheciam o período áureo do estruturalismo. Vejamos com mais detalhe o solo sobre o qual germinou essa disciplina.

1.1.1 Conjuntura Histórica: o pós-guerra

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa sai do centro do poder internacional. Foi o preço pago por não ter evitado o expansionismo nazista por meios próprios. Segundo Hobsbawm (2005, p. 144): “na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com uma ridícula facilidade”. A Europa ficou completamente dominada, RÉMOND (2005, p.144) diz que a derrota da França “entregara aos alemães o continente inteiro”. Nessa incômoda situação, a Inglaterra ficou totalmente ilhada.

Foi necessário o ingresso de dois países não-europeus na guerra para que o glamour nazista chegasse ao fim. Por isso, os Estados Unidos e a União Soviética repartiram os despojos, *rasgando* a Europa ao meio. A famosa “cortina de ferro” separou o leste, que ficou sob a influência soviética; do oeste, sob o controle dos

norte-americanos.

A dívida com esses dois países não se limitou ao fim da expansão do Eixo, pois ao fim da guerra a Europa estava praticamente arrasada. Às vésperas de 1950, a ainda era incapaz de “assegurar a própria defesa, dirigir o próprio destino, reerguer a própria economia” (RÉMOND, 2005, p.144).

Para sair da crise, foi preciso que ela se dobrasse às duas potências emergentes para obter delas o investimento necessário à sua reconstrução. De um lado, os EUA depositaram milhões de dólares nas contas dos países “ocidentais” com o Plano Marshall (1947). De outro, a União Soviética, através do Conselho de Assistência Mútua (1949), faz o mesmo com as economias planificadas.

A Nova Ordem Mundial foi marcada pela disputa geopolítica entre essas duas nações, motivando uma “corrida armamentista” sem precedentes até então. O receio em perder “áreas de influência” foi concomitante ao desejo de conquistar novos territórios. Por pouco não estoura uma Terceira Guerra.

Com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte (1949), os EUA espalharam centenas de tropas militares pela Europa Ocidental, a fim de *protegê-la* da expansão comunista. A União Soviética segue o exemplo e assina o Pacto de Varsóvia (1955), responsabilizando-se em *resguardar* à Europa Oriental da expansão burguesa.

Para aumentar ainda mais a ferida narcisista, a maior parte das colônias européias da África e da Ásia conquistam a independência. A Europa adentra os anos 1960, despojada das pompas de outrora. “As grandes potências de 1914, todas européias, haviam desaparecido” (HOBSBAWM, 1999, p.23).

Mas o mundo capitalista caminhava para o que HOBSBAWM (idem, p.59) chamou de Anos Dourados, em que “os impressionantes problemas sociais e econômicos do capitalismo na Era da Catástrofe aparentemente sumiram”. Tamanha reviravolta pode ser explicada pelos *generosos* investimentos norte-americanos realizados na década anterior, pelas inovações tecnológicas e pelo aumento populacional - que significou tanto a ampliação do mercado consumidor, quanto da capacidade produtiva.

Já o mundo comunista, desde a morte de Stalin, ocorrida em 1953, sofria sérias instabilidades políticas. Em 1956, em pleno XX Congresso do Partido Comunista Soviético, os crimes da ditadura stalinista são denunciados. No mesmo ano, a Hungria tentou implantar um processo de abertura econômica, que é reprimida pelo exército vermelho. Em 1960, a China de Mao Tsé-Tung rompeu relações com a União

Soviética. E, em 1968, a Tchecoslováquia tenta se livrar das intervenções soviéticas, implantando um governo democrático-liberal.

Os anos de 1960 foram marcados pelo que se convencionou chamar de “coexistência pacífica” ou “desgelo”. As potências tomaram consciência do perigo de uma Terceira Guerra. A morte de Stalin (1953), o fim da Guerra da Coréia (1953), a assinatura do acordo que limitava as experiências nucleares (1963) e o crescimento do movimento pacifista por todo o mundo assinalaram o fim da fase “quente” da Guerra Fria.

Foi nesse período que a superioridade econômica capitalista ficou evidente. O Estado de Bem-Estar investiu muito na seguridade social, e devido a isso, o padrão de vida aumentou significativamente para uma parcela da população. O otimismo foi tão notável que o famoso historiador Barraclough (1976, p. 12, grifo nosso) disse:

> olhando para trás, da vantajosa posição presente, podemos verificar que os anos decorridos entre 1890, quando Bismarck se retirou da cena política, e 1961, quando Kennedy tomou posse como Presidente dos Estados Unidos, **constituíram um amplo divisor de águas entre duas épocas**.

A prosperidade da Europa Ocidental não sobreveio sem o aumento da desigualdade social, da exploração de classes e do conseqüente afloramento dos movimentos sociais das minorias (negros, mulheres, homossexuais etc.). A solidariedade aparente entre o capital e o trabalho era uma farsa para suplantar o mundo soviético. O capitalismo não tem vida longa sem gerar os seus antagonismos, pois “sem se apropriar do trabalho alheio, o capital nem existiria” (CAFIERO, 1990, p. 72).

Devido a isso, os anos 1960 também ficaram conhecidos como a “década da contestação” ou “anos rebeldes”. As mazelas do capitalismo eram denunciadas, embora se vivesse na Era de Ouro. As contradições daqueles anos eram sentidas por todos, dos jovens aos idosos, do homem simples aos intelectuais. Os livros de Karl Marx se tornaram best-sellers. Os Beatles, os Rolling Stones e Che Guevara eram ídolos mundiais.

Os jovens culpavam seus pais pelo intricado mundo em que viviam e passou-se a desconfiar daqueles que tinham mais de 30 anos. Os valores eram questionados e os tabus quebrados. Os negros se insurgiram contra o preconceito e as mulheres lutaram por emancipação. Capitalismo e felicidade pareciam não combinar.

Desobedecer passou a ser uma bandeira de luta. O grito de guerra preferido foi: “É proibido, proibir!”.

> O estilo informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes (HOBSBAWM, 1999, p.325).

O faustoso período da década de 1960, concomitante com a conscientização das minorias, apontava para os eminentes acontecimentos da década posterior, chamado por Hobsbawm (1999, p. 393) de “o Desmoronamento”:

> A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo – a URSS e a Europa Oriental do socialismo real – desabou inteiramente.

A França, palco do surgimento da Análise do Discurso, não ficou alheia a esses acontecimentos, pelo contrário, se constituiu em um de seus pólos motrizes. E isso, devido ao fato de Hitler fazer questão de vingar a vexatória situação por que passou a Alemanha em razão das conseqüências do Tratado de Versalhes (1919), assinado em plena capital francesa. Em junho de 1940, toda suntuosidade napoleônica se desmanchava no “ar” no momento em que o exército nazista desfilava triunfante pelas avenidas de Paris.

> Hitler participou hoje (22 de junho de 1940), no bosque de Compiègne, da assinatura do armistício com a França, que admite assim a derrota. O acordo foi selado no mesmo vagão de trem em que a Alemanha reconheceu a vitória da entende, há 22 anos (BRENER, 1998, 152).

O armistício assinado foi uma vergonha. A França foi dividida: dois terços do território foram entregues aos nazistas; a outra parte ficou sob a regência de um governo colaboracionista. Centenas de oficiais de guerra e soldados foram presos e mantidos em cativeiro. Aviões, tanques e armas foram colocados à disposição dos alemães para serem usados contra os aliados.

No início do pós-guerra, a miséria se alastrou de tal maneira que logo tornou o principal marketing dos socialistas, que ganharam as ruas se tornando uma

emergente força política. Para reverter tal situação, os EUA investiram milhões na economia francesa.

O general Charles de Gaulle governou a França durante os anos 1958 a 1969. De Gaulle era um dos poucos oficiais superiores que não havia apoiado o armistício com a Alemanha. Por conta disso, foi condenado à pena de morte. Refugiado em Londres, organizou o movimento de resistência.

Mesmo recebendo duras críticas dos partidos de esquerda, o general assumiu uma postura populista, pregando o patriotismo e a idéia de uma França "senhora da Europa". Em 1960, chegou a promover experimentos com a bomba atômica e, em 1968, aprovou a fabricação da bomba de hidrogênio. Por adotar uma política de não-alinhamento aos EUA, a França foi forçada a abandonar o Comando Unificado da OTAN em 1966.

> A França do pós-guerra foi reconstruída pelo general De Gaulle com base no mito de que, em essência, a França eterna jamais aceitara a derrota [...] É um ato político o fato de os únicos combatentes da Segunda Guerra Mundial comemorados em memoriais de guerra francesa hoje serem combatentes da Resistência que se fizeram parte das forças de De Gaulle. Contudo, a França não é de modo algum o único caso de um Estado construído sobre a mística da Resistência (HOBSBAWM, 1999, p.165).

No dia 22 de maio de 1968, dez milhões de trabalhadores entraram em greve. Foi a maior greve realizada na França até então e a mais expressiva de toda a Europa. O movimento teve repercussão mundial. Era o fim do governo do general De Gaulle. Hobsbawm (1999, p.293) diz: "A extraordinária irrupção de maio de 1968, em Paris, epicentro de um levante estudantil continental [...] encerrou a era do general De Gaulle na França".

1.1.2 Conjuntura intelectual: o(s) estruturalismo(s)

Na década de 1960, podia-se encontrar na França os mais brilhantes pensadores do século XX. Paris mais parecia a capital intelectual da Europa. Nela se encontravam figuras como Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Pêcheux, Lacan, Lévi-Strauss, Barthes, Derrida, Bourdieu, Todorov, Benveniste e Castoriadis, para não citar outros.

Esses pensadores debatiam sobre tudo, principalmente os assuntos que gravitavam em torno do estruturalismo e do marxismo - “duas grades de leitura sem as quais é impossível entender os caminhos percorridos pela análise do discurso francesa” (GREGOLIN, 2004, p. 15).

> De todos os países europeus, a França foi aquele em que o estruturalismo teve maior ressonância, um fenômeno que culminou no final dos anos 1960, num momento em que vários movimentos de contestação política chegaram a colocar em crise uma série de valores estabelecidos, naquele país (ILARI. In: MUSSALIM, 2001, p. 72.).

As duas guerras mundiais fizeram ruir os valores e as tradições que apoiavam o mundo moderno. As teses iluministas, aos poucos, eram deixadas de lado. Chegava-se à conclusão de que a razão havia conduzido o mundo a uma era de catástrofes: o progresso tecnológico havia servido para exterminar milhares de pessoas e para devastar a natureza. Como Hobsbawm (1999, p. 21) explicou, “não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas”. Tudo que parecia sólido “se desmanchava no ar” (BERMAN, 1993).

> Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo (HOBSBAWM, 1999, p. 20).

Foram nesses conturbados anos que a hegemonia estruturalista começou a sofrer suas primeiras fissuras. “O movimento de maio de 68 e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então reinante” (FERREIRA. In: INDURSKY, 2005, p. 14).

O estruturalismo foi marcado por um retorno aos trabalhos de Saussure[1], em especial ao Curso de Lingüística Geral[2] (1916). Só para lembrar, Saussure fundou a lingüística moderna operando uma “ruptura com a lingüística comparatista de sua época, propondo uma abordagem não histórica, descritiva e sistemática (dir-se-á, mais tarde, ‘estrutural’)” (PAVEAU, 2006, p. 63).

---

[1] Segundo Lyons (1981, p. 162), o fato de aceitarmos o surgimento do estruturalismo em Saussure é puramente convencional: “aquilo a que comumente nos referimos como estruturalismo, especialmente na Europa, tem origem múltipla”.

[2] Doravante CLG.

O ideal de cientificidade do século XIX requeria de qualquer disciplina uma primorosa delimitação do objeto, a fim de evidenciar as leis de invariância do mesmo. Saussure precisou encontrar na heteroclicidade da linguagem algo sistêmico e homogêneo. O famoso “corte saussuriano” veio solucionar esse impasse. A oposição *langue* e *parole* constituiu a primeira “bifurcação” de seu construto teórico.

> Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente. Pode-se, a rigor, conservar o nome de Lingüística para cada uma dessas duas disciplinas e falar de uma Lingüística da fala. Será, porém, necessário, não confundi-la com **a lingüística propriamente dita, aquela cujo objeto é a língua**. **Unicamente desta última cuidaremos** (SAUSSURE, 1995, p. 28) [grifo nosso].

A partir de então, a fala ficou marginalizada nos estudos lingüísticos considerados como científicos. E assim ficou durante os anos em que esteve oprimida pela insígnia de “abstrata”, “acessória” “assistemática” e “acidental”. Segundo Saussure:

> O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: um, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive à fonação e é psicofísica (1995, p. 27).

Saussure encontrou na língua o objeto capaz de superar a heterogeneidade da linguagem. E isso era possível, segundo ele, porque a língua era um “sistema”. É justamente esse conceito que os estruturalistas iriam retomar anos mais tarde para explicar o que chamaram de estrutura.

> Os estruturalistas consideram a língua como um sistema de relações ou mais precisamente como um conjunto de sistemas ligados uns aos outros, cujos elementos (fonemas, morfemas, palavras, etc.) não têm nenhum valor independentemente das relações de equivalência e de oposição que os ligam (<http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/estruturalismo.htm> acesso em 20/10/2007).

Apesar de Saussure não ter se preocupado em definir o que entendia como “sistema”, pois não há “no CLG um capítulo ou um parágrafo especificamente consagrado à noção de sistema” (PAVEAU, 2005, p. 76), ele explica que “a língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua

solidariedade sincrônica" (SAUSSURE, 1916, p. 102).

> O termo sistema (do grego *sustema*) designa uma reunião, e, desde o século XVII, um conjunto que constitui um todo orgânico. É aproximadamente nesse sentido que Saussure utiliza o termo no CLG para dar uma primeira caracterização da língua (sistema de signos) [...]ela não diz nada sobre a maneira pela qual é organizado o *todo orgânico* que constitui um sistema dado (PAVEAU, 2006, p. 89).

O jogo de xadrez foi utilizado por Saussure para exemplificar o sistema: o xadrez. Nesse jogo, cada peça está tão ajustada à outra de modo que, ao se mexer numa delas, todas as outras sofrem com essa ação. Não há peça isolada uma da outra, todas estão em relações recíprocas.

Nesse conceito de sistema não cabe a idéia de fatores externos. O sistema é fechado em si mesmo. Essa característica é basilar para os que procuram encontrar uma lei universal que rege as peças do "xadrez" lingüístico, já que, ao introduzir o fator "tempo", a análise da língua se torna variável. O genebrino explica que "a interferência do fator tempo é de molde a criar, para a lingüística, dificuldades particulares" (1916, p. 87) e em seguida diz: "é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência; diacrônico tudo que diz respeito às evoluções" (idem, p. 96). Vejamos as duas bifurcações saussureanas.

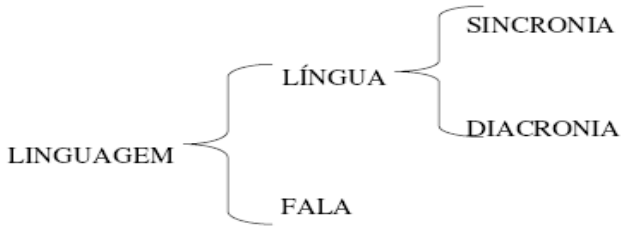


Figura 1

O método saussuriano encontrou no antropólogo francês Lévi-Strauss o seu mais contundente divulgador. Foi a partir dele que o método originalmente lingüístico se estendeu a outras disciplinas. "Chamamos estruturalismos os esforços de aplicação (ou de elaboração) de métodos originalmente concebidos em lingüística, e que atingem hoje qualquer um dos campos das ciências humanas" (LEPARGNEUR, 1973, p. 4). Esse mesmo autor em outra passagem diz:

> O estruturalismo lingüístico nasceu quando Ferdinand de Saussure pretendeu atingir leis gerais do funcionamento de uma língua. O estruturalismo etnológico nasceu quando Claude Lévi-Strauss pretendeu atingir as leis

> gerais do funcionamento de certas estruturas culturais, especificamente aquelas que regem os sistemas de parentesco ou as que regem a produção dos mitos em culturas arcaicas (idem, p. 6).

Barthes (1979, p. 49) explica que o estruturalismo "não é uma escola nem mesmo um movimento (pelo menos por enquanto), pois a maior parte dos autores que se associam geralmente a essa palavra não se sentem de modo algum ligados entre eles por uma solidariedade de doutrina ou de combate". Para esse estudioso, o objetivo da atividade estruturalista era "reconstituir um objeto, de modo a manifestar nessa reconstituição as regras de funcionamento (as funções) desse objeto" (idem, p.51).

O conceito de estrutura é muito próximo ao de sistema. Segundo Lepargneur (1973, p.4), estrutura é "um conjunto de elementos entre os quais existem relações, de forma que toda modificação de um elemento ou de uma relação acarreta a modificação dos outros elementos e relações". Assim, o trabalho do estruturalista consiste em "descobrir, por trás das aparências, além da organização aparente do objeto, estruturas inteligíveis que expliquem certo funcionamento, e isso num campo que se relaciona com a atividade humana" (idem, p. 5).

> Há certa vulgata no uso freqüentemente indiferenciado dos termos sistema e estrutura. Entretanto, eles não recobrem necessariamente os mesmos dados, mesmo se eles são indissociavelmente ligados do ponto de vista teórico. É fato que a afirmação do conceito de sistema remete freqüentemente àquele de estrutura, tanto que existe de um a outro uma dinâmica de mútua remissão. É preciso lembrar aqui que na teoria lingüística, a circulação do conceito de sistema precede o emprego do conceito de estrutura (PAVEAU, 2006, p. 89).

De acordo com Gregolin (2004, p. 21), o estruturalismo chega à França em conseqüência do encontro de Roman Jakobson com Lévi-Strauss nos EUA: "A partir deles, deu-se a chegada das idéias estruturalistas na França, no início dos anos 1950".

Esse pensador russo viria a se tornar um dos maiores lingüistas do século XX e um dos pioneiros na análise estrutural da linguagem. Em 1920, Jakobson se afastou do polêmico movimento conhecido como *formalismo russo* e foi para a Tchecoslováquia, lecionar na Universidade de Praga. É aí que desenvolve seus estudos sobre os elementos fônicos da língua, base para o surgimento da fonologia.

O círculo de Praga foi um “verdadeiro cadinho inovador e crítico no campo científico europeu dos anos 20, matriz de uma nova maneira de pensar a linguagem” (PAVEAU, 2006, p.115). Os funcionalistas, como ficaram conhecidos, defendiam que a forma devia estar subordinada à função. É de Jakobson a classificação das funções da linguagem mais empregada até hoje, a saber: referencial, emotiva, conotativa, fática, metalingüística e poética.

Em 1939, devido à perseguição nazista, Jakobson deixa a Tchecoslováquia e refugia-se na Escandinávia, onde participa do Circulo Lingüístico de Copenhague. Segundo essa escola, as mudanças lingüísticas não são conseqüências nem da necessidade das leis fonéticas, nem das causas sociais, mas da modificação das relações lógicas que regem a economia dos elementos de um mesmo sistema.

No início da década de 1940, a convite da Escola Livre de Altos Estudos, fundada por franceses refugiados, Jakobson viaja para Nova Iorque. E é lá que acontece o encontro dessas duas figuras emblemáticas: Lévi-Strauss[3] freqüenta as aulas de Jakobson.

O estruturalismo foi reinante na década de 1960, apesar das resistências feitas pelos marxistas e existencialistas. Na lingüística, houve uma aparente unidade em torno das teorias saussureanas: “Do funcionalismo de Martinet às teorias behavioristas da comunicação, o pensamento de Saussure se estende até o estruturalismo distribucional de Bloomfield” (PÊCHEUX, 1999, p.10).

O estruturalismo conferiu cientificidade aos estudos da linguagem. Mas à medida que a Era de Ouro da qual Hobsbawm falava ia passando, o estruturalismo ia perdendo sua força. Se entre as décadas de 1950 e 1960 os lingüistas eram tributários a Saussure, nos anos 1970, as obras do genebrino passaram a ser questionadas e, nos anos 1980, houve um “largo consenso anti-saussuriano” (PÊCHEUX, 1999, p.13).

Michel Pêcheux (1999) diz que desde a publicação do Curso de Lingüística Geral (1919) até os anos 1950 as teorias lingüísticas giraram em torno de Saussure, ora filiando-se a ele, ora dela se distanciando. Processo que ficou conhecido como “diásporas e reunificações”.

> A história das interpretações das idéias saussureanas acompanha a história das revoluções e das guerras do século XX. Trubetzkoy e Jakobson fugindo

[3] Lévi-Strauss lecionou na USP entre os anos 1935 a 1939, daí viaja para os EUA ficando até o final da Segunda Guerra.

> às perseguições migram de um círculo a outro. Trubetzkoy *desaparece*, Jakobson sobrevive e migra para os Estados Unidos e da América faz as idéias saussureanas chegarem à França. No pós-guerra dos anos 50, ocorreu uma aparente reunificação (GREGOLIN, 2005, p. 102).

Vejamos o quadro abaixo:

Figura 2

As mudanças na conjuntura francesa no final dos anos 1960 desordenaram o sistema de alianças que existia em torno da lingüística (PÊCHEUX, 1999). Os acontecimentos de maio de 1968 causaram algumas brechas no poderio das estruturas: “As estruturas não vão às ruas” diziam. A sublevação social repercutiu no campo epistemológico. Os intelectuais passaram a questionar os saberes até então estabelecidos.

> O aparecimento da problemática do discurso no interior da lingüística francesa é contemporâneo à conjuntura política dos anos 1968-1970, dominada pelos acontecimentos de maio de 68. O discurso flutuava perdido no espaço. Maio de 68 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e na rua. Mas, também, no silêncio das escrivaninhas universitárias. Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrechocavam: a luta de classe reinava na teoria. (COURTINE, 2006, p. 9)

As constantes releituras que se faziam das obras de Saussure provocaram movências epistemológicas tanto do objeto, como do método da lingüística. Tanto a sistematicidade da língua, quanto a assistematicidade da fala foram postos em

discussão. A linguagem passou a ser vista como um ramo de estudo muito complexo para estar limitada ao sistema saussuriano. Dizia Foucault (2005, p. 85) “atrás da fachada visível do sistema, supomos a rica incerteza da desordem”.

Com o corte língua/fala e os conceitos de sistema e sincronia, Saussure havia eliminado da lingüística científica a fonologia, o enunciado, o referente, o sujeito, a cultura e a história. No final dos anos 1960, a fala, a ideologia, o social, a semântica e outras exclusões operadas por Saussure são trazidas para as discussões lingüísticas: “Embora reconhecendo o valor da revolução lingüística provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas conseqüências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos lingüísticos” (BRANDÃO, 1993, p. 9).

A partir de então, surgem quase concomitantemente várias disciplinas que estilhaçarão a teoria da linguagem, rompendo com a sincronia e com o corte saussuriano. A proposta era fazer uma análise transfrástica e subjetiva da linguagem.

> O reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos lingüísticos até então batizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma lingüística da língua. Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse pólo da dicotomia saussureana. E essa instância da linguagem é o discurso. Ela possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente lingüístico e o extralingüístico (BRANDÃO, 1993, p. 11-12).

Vejamos o quadro abaixo:

Figura 3

O surgimento dessas disciplinas somado à conjuntura da época provocou o desmoronamento do edifício teórico estruturalista. Em meados dos anos 1980, “a lingüística perdeu progressivamente seus ares de ciência-piloto no campo das Ciências Humanas e Sociais” (PÊCHEUX, 1999, p. 13), de modo que “a maior parte das forças da Lingüística pensa, neste momento, contra Saussure” (idem, p.9). A Análise do Discurso contribui para esse trágico destino do estruturalismo.

1.1.3 A fundação da análise do discurso

A Análise do Discurso aparece no final dos anos 1960, a partir da publicação do livro *Análise Automática do Discurso* (1969), de Michel Pêcheux. “Pela primeira vez na história a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo” (CHARAUDEAU, 2004, p. 46).

Pêcheux coloca em cena o discurso como objeto de análise. Esse elemento é diferente tanto da língua, quanto da fala. Ele não é o mesmo que transmissão de informação, nem é um simples ato do dizer. Sua natureza é muito mais complexa: “É no discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito" (FERREIRA, 2005, p. 13).

Segundo Maingueneau (2005, p. 15), esse fenômeno pode ser definido como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Já Foucault (2005, p. 133) diz que o discurso é um conjunto de enunciados que se apóia numa formação discursiva, “é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Courtine (2006, p. 65) explica que “na tradição da análise do discurso, *discurso* é geralmente definido como um enunciado emitido sob condições ou produção definidas”

> Inicialmente, podemos afirmar que o discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a

> aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas (FERNANDES, 2005, p. 20). Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas lingüísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente lingüístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala (idem, p. 24).

De maneira mais simples pode-se dizer que o discurso é a **língua** posta em funcionamento por **sujeitos** que produzem sentidos numa dada **sociedade**. Sua produção acontece **na história**, por meio **da linguagem**, que é uma das instâncias por onde a **ideologia** se materializa. Portanto, tem uma natureza tridimensional. Vejamos o esquema abaixo:

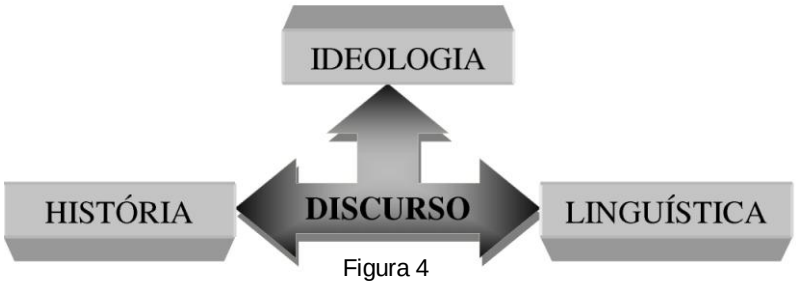


Figura 4

Para melhor estudar esse fenômeno, a Análise do Discurso defende uma abordagem transdisciplinar, convocando a história, a psicanálise e a lingüística para a aventura de uma análise não estrutural. A Análise do Discurso surgiu na confluência dessas três regiões. Vejamos o quadro abaixo:

Figura 5

De acordo com Pêcheux, o nascimento da Análise do Discurso foi presidido por uma “tríplice aliança”. Uma teoria da história para explicar os fenômenos das formações sociais; uma teoria da lingüística para explicar os processos de enunciação; e uma teoria do sujeito para explicar a subjetividade e a relação do sujeito com o simbólico.

É bom que se diga que a Análise do Discurso não foi projetada para ser apenas um simples campo de estudo, mas para ser um instrumento de intervenção política: “Os lingüistas que fazem a AD são na maioria (ou foram) militantes políticos de partidos de esquerda” (COURTINE, 2006, p.12). Dentre outras, pretendia-se desmascarar as verdades construídas por políticos oportunistas. É por isso, que “o discurso político se tornou muito rapidamente o principal, quero dizer, o único objeto da análise do discurso” (idem, p. 60).

Estudar a produção, a circulação e a recepção dos discursos foi encarado, na época, como uma atitude revolucionária, uma vez que desvendava a vontade de verdade dos discursos políticos e científicos que tudo classificava, que quase tudo interditava.

A Análise do Discurso contribuiu significativamente para a desmistificação desses saberes, na medida em que colocava em cheque o conceito de verdade. A verdade foi tida como uma construção discursiva que acontece na história e que está entremeada por relações de poder. Dizia Foucault (2001, p. 12): “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”.

Daí não ser difícil compreender Foucault (1999, p. 10), quando diz que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar”. Tomar a palavra jamais representou um gesto ingênuo.

Todo discurso é uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo. Sua aparição deve ser contextualizada como um acontecimento, que funda uma interpretação e constrói uma vontade de verdade, que seleciona e exclui sentidos.

> O discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapitadamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2007, p. 9-10).

Apesar de a Análise do Discurso ter sido identificada durante muito tempo à análise de discursos políticos, hoje em dia, ela diversificou o seu corpus, abarcando as mais diversas materialidades discursivas (verbal e não-verbal), bem como os mais diversos eixos temáticos (religioso, cultural, jurídico, científico, mitológicos etc). Como não tem fronteiras definidas, transitam por ela estudiosos de quase todas as ciências humanas.

1.1.4 Fundamentos da Análise do Discurso

Como foi falado, o discurso mobiliza três conceitos fundamentais, a saber: a língua, o sujeito e a história. Vejamos de forma breve o que a Análise do Discurso pensa a respeito de cada um deles.

1.1.4.1 A lingua(gem)

Já foi visto que o discurso o mesmo que a língua da lingüística de Saussure. Pelo contrário, o conceito de discurso só foi possível graças às releituras feitas do CLG, de modo que a homogeneidade, a sistematicidade, a transparência, a invariância e a sincronia da língua foram postas em cheque.

A interação verbal é própria da língua. Por isso, ela não é concebida fora de sua situação de uso, pois é na prática linguajeira que esse *sistema* assume seu polimorfismo. É por isso que a análise do discurso tem a língua como uma errância, já que considera todas as manifestações da linguagem como opacas, polissêmicas, não-transparentes: “É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e do fora, da presença e da ausência” (FERREIRA. In: INDURSKY 2005, p.16).

> A linguagem, vista enquanto discurso, apresenta-se como um caminho de via dupla, como um palco de desafios em que se confrontam várias vozes, de forma que os sentidos são constituídos no processo de interação verbal. Ao penetrar surdamente no reino das palavras, o enunciador percebe que, assim como ele, as palavras, constituídas como fios de linguagem, são cindidas e

> estão sempre carregadas de outros sentidos (KHALIL, M. in: GREGOLIN, 2000, p. 121).

A língua pode abrigar um equívoco, na medida em que sua natureza dialógica faz com que ela mude conforme a situação enunciativa em que é empregada. As marcas da história e da ideologia atingem-na de tal maneira que a torna movente. Esses elementos extralingüísticos dão à língua um caráter instável de incompletude, pois fazem os signos sofrerem deslizamentos. Chega-se a conclusão de que “para a Análise do Discurso e para os analistas do discurso, a língua da lingüística se acabou” (FERREIRA. In: INDURSKY 2005, p. 217).

> O fato lingüístico do equívoco não é algo casual, fortuito, acidental, mas constitutivo da língua, é inerente ao sistema. Isto significa que a língua é um sistema passível de falhas e por essas falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva. O que distingue e identifica a Análise do discurso é sua forma peculiar de trabalhar com a linguagem numa relação estreita indissociável com a ideologia (idem, p. 18). Há, portanto, que se inscrever como objeto próprio e singular de investigação uma língua de nunca acabar, mas também de nunca alcançar, de nunca tocar e de sempre buscar [...] a língua da falta, a língua da falha, a língua do equívoco, a língua, enfim, do discurso e dos analistas de discurso por ela concernidos (idem, p. 217).

A língua dá ao discurso uma existência material, que é uma das condições para que o efeito de sentido entre os locutores aconteça. O equivoco da língua impede o sucesso total da comunicação e obriga o sujeito a interpretar, a tomar uma posição. E isso acontece, por que a língua para significar se inscreve na história, na medida em que é posta em funcionamento por sujeitos em situações bem específicas de enunciação.

> Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2005, p.19)

A linguagem de modo geral é um lugar de conflito, pois nela a ideologia se manifesta concretamente e “a significação se apresenta em toda a sua complexidade” (BRANDÃO, 1993, p.91). Ela representa a realidade através de signos, e é no interstício entre a representação da realidade e a realidade propriamente dita que reside o ideológico. Como o signo realmente é uma arena privilegiada da luta de classe.

1.1.4.2 O sujeito

A lingüística saussureana excluiu o sujeito de suas análises. A Análise do discurso traz essa categoria para o centro do debate, uma vez que é o sujeito que produz sentidos quando mobiliza a língua numa dada situação histórica. A princípio é bom explicar que sujeito do discurso é esse.

O sujeito da Análise do Discurso não é o cartesiano dos tempos áureos do iluminismo. Descartes (1596-1650) formulou um sujeito dono de si, senhor de seu próprio destino, consciente de suas ações e desejos, capaz de conhecer a verdade e alcançar a felicidade através da razão. Não é o das ciências exatas, capaz de emitir uma avaliação neutra de um objeto, por estar observando-o do exterior.

O sujeito da Análise do Discurso também não é o da Lingüística Clássica, que o concebe ora como um ser idealizado, ora como mero falante. O sujeito idealizado é baseado na crença de que todos os falantes de uma dada comunidade falam a mesma língua. O sujeito falante é o empírico, o individualizado, que "tem a capacidade para aquisição da língua e a utiliza em conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência" (FERNANDES, 2005, p. 35).

Também não é o sujeito da gramática normativa que o classifica em simples, composto, indeterminado, oculto e inexistente. O sujeito do discurso não pode estar reduzido aos elementos gramaticais, pois é historicamente determinado.

> Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado... um sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo (FERNANDES, 2005, p. 33).

O sujeito para a Análise do Discurso é um ente histórico, social e descentrado. Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo, mas aquele apreendido num espaço coletivo. Vejamos a figura abaixo:

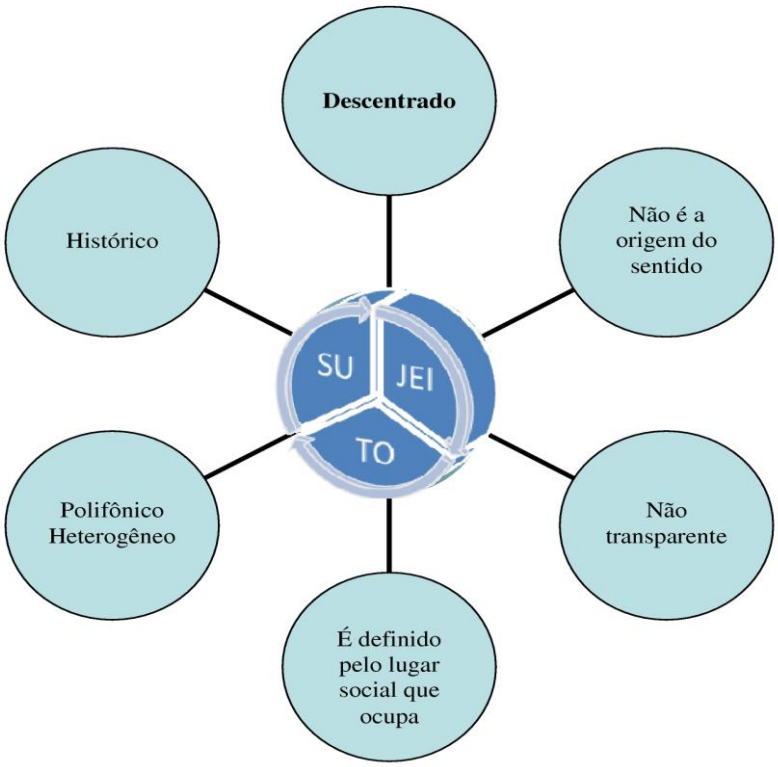


Figura 6

O sujeito é um efeito de sentido, é uma posição enunciativa, é um eu que busca a completude de uma identidade: “Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 49). Isso implica três coisas: o sujeito não ocupa uma posição central na formação do discurso; ele não é fonte do que diz; muito menos tem uma identidade fixa e estável.

> Na perspectiva da Análise do Discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, por que na sua fala outras falas se dizem. (BRANDÃO, 1993, p. 92). A Análise do Discurso se constitui numa teoria não-subjetiva que concebe o sujeito não como o centro do discurso, mas como um sujeito cindido, interpelado pela ideologia, dotado de inconsciente e sem liberdade discursiva (BARONAS. In: GREGOLIN, 2000, p. 71).

A identidade do sujeito é uma construção que visa a apagar o mosaico de vozes que a constitui. Não é homogênea naturalmente. É a ordem do discurso que o singulariza em cada lugar onde se posiciona: “A identidade, assim como o sujeito, não é fixa, ela está sempre em produção, encontra-se em um processo ininterrupto de construção e é caracterizada por mutações” (FERNANDES, 2005, p. 43).

O que define de fato o sujeito é o lugar de onde fala. Foucault (2005, p. 139) diz: “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar”. É nesse espaço de representação social (ex: médico, pai, professor, motorista etc.) que o indivíduo é interpelado como sujeito pela ideologia. Não se fala o que quer independente do lugar. Cada espaço discursivo impõe um ritual a seguir, estabelece regras a obedecer, uma ordem a se respeitar. Como explica Fernandes (2005, p. 35) “Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz”.

Talvez a grande contradição do sujeito seja o fato de ele pronunciar o discurso e, ao mesmo tempo, ser inventado por ele. “O sujeito tem acesso a si a partir de saberes que são sustentados por técnicas” (SARGENTINI, 2004, p. 93). O sujeito não existiria sem o discurso, pois é este quem cria o espaço representacional para aquele.

> O discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas. Logo, o sujeito não preexiste ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer quando e de que modo. (NAVARRO-BARBOSA. In: SARGENTINI, 2004, p. 113).

O sujeito pensa ser a fonte do que diz, mas na verdade retoma sentidos preexistentes. Para ser dono de seu discurso é que preciso que o indivíduo seja interpelado como tal. A autoria é um efeito de sentido que apaga os rastros do interdiscurso. O grau do apagamento dessas “vozes” faz com que o sujeito assuma várias posições enunciativas. Vejamos o quadro abaixo:

Figura 7

1.1.4.3 A história

Como falado em tópicos anteriores, a língua e o sujeito são afetados pela história. Não a história positivista da continuidade e da linearidade dos acontecimentos, não a história que narra fielmente o fato através de um conhecimento imparcial. Mas a história enquanto circunstância da enunciação, ou seja, o contexto imediato de sua produção.

Os fatos históricos chegam à nossa mente através do poder simbólico da linguagem, que a tudo representa. Diante de uma manifestação da linguagem o indivíduo é convocado a se posicionar, ele precisa interpretá-la. Mesmo quando somos testemunha ocular do fato, ainda assim, atribuímos significados. “O homem não pode, assim, evitar a interpretação, ou ser indiferente a ela. Mesmo que ele nem perceba que está interpretando – e como está interpretando – é esse trabalho contínuo na sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 1998, p.10).

Mas a história é um produto da linguagem, portanto, errante. Não há verdade em seu discurso, o que existe são discursos que se monumentalizam, impondo aos seus interlocutores uma vontade de verdade. Essa vontade pode ser apanhada no devir da escrita da história que preenche as lacunas constituintes com sentidos que são naturalizados ideologicamente.

A evidência do discurso histórico é construída cuidadosamente como uma filigrana em que o ourives solda os fios de ouro delicadamente entrelaçados. Cabe ao analista do discurso “soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores” (FOUCAULT, 2005, p.191).

A história não está alheia à ordem do discurso, pelo contrário, ela obedece às suas leis quando *imortaliza* uma memória desejada. O complexo jogo das interdições que atinge a escrita da história confere a ela um caráter marcadamente ideológico.

O historiador é interpelado a fazer escolhas sem as quais o seu discurso não ganhará “asas”. Embora afirme a neutralidade, o historiador assume uma posição, ele se comporta de acordo com as regras anônimas que definem as condições do exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2005, p.133).

Então, a narrativa histórica já vem filiada a uma memória discursiva. Na voz do historiador outras vozes falam. Vozes que, mesmo dispersas, obedecem ao

mesmo princípio de regularidade. Como diria Baronas (In: GREGOLIN, 2000, p. 71): “o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres, ou todo discurso é determinado pelo interdiscurso”.

> A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentido, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder [...] a relação com o poder a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influência novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real (ORLANDI, 1990, p. 35).

O discurso é um acontecimento, embora esteja ligado a redes discursivas que vêm antes dele. Como acontecimento, o discurso que narra o fato deve ser tratado em sua singularidade, que pode abarcar múltiplas temporalidades: “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2005, p. 28). A história não é contínua como afirmam os positivistas, quem a tudo põe em ordem são os “historiadores de calças curtas”, como diz Foucault (idem, p. 162).

1.2 A ANÁLISE DO DISCURSO E A (RE)INVENÇÃO DO DISCURSO FUNDADOR

O discurso fundador é uma categoria de análise que ganhou forma dentro dos estudos da Análise do Discurso. Hoje ela é empregada por vários estudiosos das ciências humanas que tentam explicar a formação da identidade discursiva dos mais diversos objetos, quer seja de um campo do saber, quer seja de identidade nacional. O objetivo deste tópico é apresentar as principais discussões sobre o discurso fundador no campo da Análise do Discurso. Para tanto, foi selecionado três autores: Michel Foucault, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi. Uma reflexão sobre a origem do sentido abre a discussão.

1.2.1 O nascimento do sentido: uma fundação sem origem certa

> A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhe impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância (FOUCAULT, 2007)
>
> O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate (FOUCAULT, 2001)

Uma das grandes diferenças entre a Análise do Discurso e a lingüística tradicional é o fato dela não defender a imanência do sentido, ou seja, um significado primeiro, original, imaculado e fixo capaz de ser localizado no interior do significante. Pêcheux já dizia que "o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que elas são produzidas" (apud BRANDÃO, 1993, p. 62). O que implica na inexistência de uma originalidade semântica no âmago de um signo.

A Análise do Discurso acredita na multiplicidade de sentidos, para ela todo signo é polissêmico. Tanto é que um único significante pode passar por inúmeros processos de significação. E, como afirma Barthes (1993, p. 136-141), o próprio signo pode transformar-se em simples significante de outro signo, em uma dada situação, e, igualmente, um mesmo significado pode ser encontrado em vários significantes. Portanto, o sentido possui um caráter movente. A respeito disso Gregolin (2001, p.10) afirma:

> Inserido na história e na memória, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno vôo.

A identidade do signo é uma aparência facilmente desmascarada. Por trás do significado dicionarizado há uma rede de discursos e de poderes que promoveu a construção da monossemia, que é histórica e ideologicamente naturalizada. Mas as margens que limitam o significado são porosas, o que permite o deslizamento, o fazer-se outro, o estar sempre incompleto. Em resumo, vejamos o quadro abaixo:

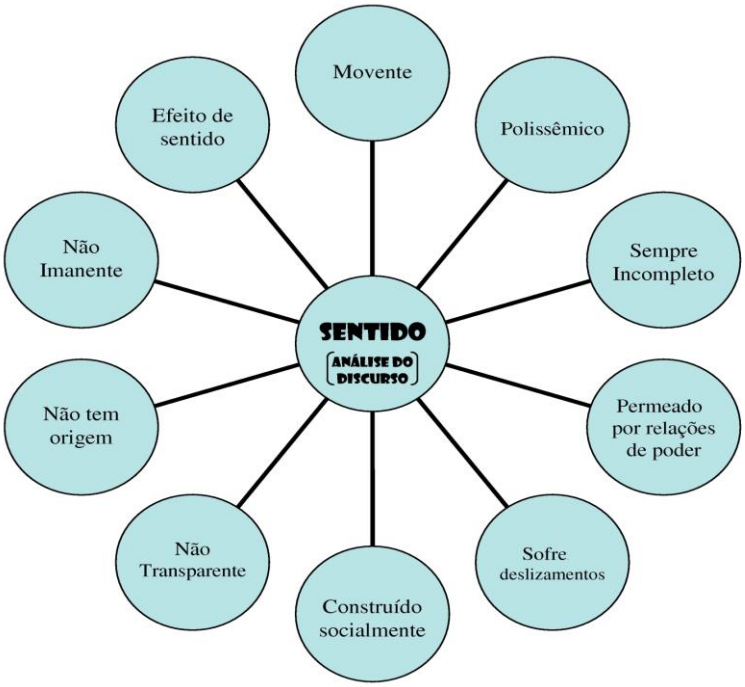


Figura 8

O que se quer dizer com tudo isso é que é impossível encontrar a origem pontual do sentido, bem como sua essência constituinte, pois ambas não existem. E mesmo que existissem, não seria possível vislumbrá-las tanto devido à opacidade da linguagem, que impede a visualização lúcida de seu interior, quanto ao olhar do sujeito observador, que é constitutivamente oblíquo por conta da ideologia.

É por isso que a Análise do Discurso fala em *efeito de sentido*. O próprio discurso é considerado como um *efeito de sentido* entre interlocutores. Assim, é inútil procurar a origem do sentido ou do discurso, pois ir ao encontro de uma suposta genealogia deles é o mesmo que ir ao encontro da matriz discursiva que a fundou. Foucault (2001, p. 17-18) explica que:

> A pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela (a origem) a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar o que lhe era imediatamente [...] é querer tirar todas as máscaras para desvelar, enfim, uma identidade primeira [...] De fato, ela é apenas uma invenção das classes dominantes. O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem - é a discórdia entre as coisas, é o disparate. A história ensina também a rir das solenidades da origem. A alta origem é o exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial [...] gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da

> primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia.

Foucault foi contra a busca da origem, seja em qualquer área do conhecimento. Segundo ele, era preciso ser um metafísico para "procurar uma alma na identidade longínqua da origem" (2001, p. 20). Devido à polissemia do signo, a sua história é descontínua, portanto, sem referência ou coordenada originária, uma verdadeira "miríade de acontecimentos perdidos" (idem, p. 29).

Então, em que consiste o trabalho do analista do discurso nessa discussão da origem do sentido/discurso? O analista desmascara o mito da origem. Ele vai ao encontro do que dizem ser o *arché* do sentido ou do discurso, para revelar a maneira como foi construído, as condições que possibilitaram a sua emergência no universo discursivo. É fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é esfumaçar o núcleo constituinte que dizem ser o portador da verdade semântica.

1.2.2 As condições de emergência: pistas em um labirinto sem fim

> O discurso é sempre relacionado às suas condições de produção
> (ROBIN, 1977)

A busca da origem é um tema vencido para a Análise do Discurso. Como já foi visto, é impossível chegar ao momento fundador do discurso. A heterogeneidade constitutiva do discurso remete a origem para o infinito sem fim das relações interdiscursivas.

Apesar da impossibilidade de encontrar o grau zero do discurso, o analista pode descrever as condições que possibilitaram o aparecimento da lei discursiva que o regrou, uma vez que, o "discurso é geralmente definido como um enunciado emitido sob condições ou produção definidas(COURTINE, 2006, p. 65)". E essa é a grande tarefa da Análise do Discurso, pois Paveau (2006, p. 202) a define como "a disciplina que estuda as produções verbais no interior de suas **condições sociais de produção**" [grifo nosso].

Portanto, é possível compreender uma fundação através das condições de sua emergência. E tais condições, segundo Orlandi (2005, p.30), compreendem

“fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”.

Encontrar as regras que geram o aparecimento de um discurso é determinar as condições sócio-históricas que permitiram que tal discurso fosse pronunciado, circulado e arquivado. O arquivo representa a lei que regra o que pode e deve ser dito num dado lugar, numa dada época, ou seja, o “jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas” (FOUCAULT, 2005, p.147).

> O tipo de unidade discursiva procurada não é nem formal nem retorça; não residindo nem nas coisas, nem nas palavras, nem na forma e na retórica; esse tipo também não reside no recorte do universo científico ou pseudocientífico em disciplinas, tampouco na figura do tema ou na do autor. Esse objeto não é constituído pelo discurso, mas pelas condições de possibilidade dos discursos, o campo problemático que lhes assinala um certo modo de existência e que faz com que, em determinada época, em determinado lugar, não se diga, não se diga absolutamente qualquer coisa (ROBIN, 1977, p. 93).

O arquivo dá aos textos dispersos uma pseudo-unidade-identidade. Cabe ao analista descrever a regularidade que atravessa esses textos dispersos. Essa regularidade é que sustenta a fugaz estabilização do sentido e quem fornece as pistas para explicar os motivos da pobreza ou raridade enunciativa. Como explica Machado (1981, p. 162):

> Assim, será preciso definir, na análise dos discursos, um campo de possibilidades temáticas, a regra de formação dos temas possíveis. Os discursos, portanto, não têm princípios de unidade. E daí surge a idéia de analisá-los como uma pura dispersão. A dita unidade de um discurso, com uma ciência, por exemplo, unidade essa procurada ao nível do objeto, do tipo de enunciação, dos conceitos básicos e dos temas, é na realidade uma dispersão de elementos.

É por isso que o discurso deve ser analisado enquanto prática do elemento do arquivo, pois, quando é produzido, automaticamente já se filia a uma rede tecida por outros discursos com semelhantes escolhas e exclusões:

> Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escolar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. A rede, como um sistema, é um

> todo organizado, mas não fechado, por que tem os furos, e não estável, por que os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos que o discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não sistêmico, o não representável (FERREIRA. In: INDURSKY, 2005, p. 20).

O aparecimento do discurso é regulado porque há conscientemente ou não o desejo de apresentar à posteridade uma imagem positiva de si. E isso acontece através da repetição do sentido por meio de uma rede parafrástica, que indica qual a ordem do discurso vigente. A repetição forja uma identidade ao discurso, porém a unidade não passa de um efeito de sentido tecido pelo próprio discurso:

> Foucault (1969) concebe os discursos como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Tais regras, chamadas por Foucault de *regras de formação*, possibilitam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num espaço comum discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum (BRANDÃO, 1993, p. 28).

E a grande pergunta que se faz é: por que apareceu nessa situação esse discurso e não outro em seu lugar? A resposta mostra o vínculo que o discurso mantém com o desejo e com o poder, pois em todas as sociedades, como supõe Foucault (2007, p. 9): “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos”. Por esse motivo, esse filósofo propõe como deve ocorrer a análise do campo discursivo:

> Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de **determinar as condições de sua existência,** de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar **por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro,** como ocupa, no meio dos outros e relacionados a ele, **um lugar que nenhum outro poderia ocupar** (FOUCAULT, 2005, p. 31) [grifos nossos].

1.2.3 Foucault, Maingueneau e Orlandi: encontros e desencontros sobre o discurso fundador

Sobre o discurso muito já se falou. A partir de agora, no entanto, será descrito um discurso especial, aquele que é considerado “fundador”. Nos principais dicionários da língua portuguesa editados no Brasil, o adjetivo fundador é qualificador de um sujeito verbal que funda alguma coisa. O vocábulo “funda”, terceira pessoa do presente do indicativo do verbo “fundar” (do latim *fundare*), significa, quando transitivo direto, estabelecer o fundamento ou o alicerce de algo. Mas fundador também pode qualificar um sujeito verbal (POLITO, 1994) como criador, autor, inventor ou pai de alguma coisa, já que, em sentido *figurado*, o verbo fundar pode ser empregado com o sentido de criar, gerar, instituir, dar origem a alguma coisa.

1.2.3.1 Foucault e a fundação de discursividade

A fundação de discursividade é pensada a partir da categoria autor. Segundo Foucault (2006, p. 280), existem autores especiais que se tornam “fundadores de discursividade”. Portanto, a primeira coisa a se fazer é pontuar o significado de autor para Foucault.

A categoria autor deve ser remetida à teoria de sujeito defendida por Foucault, já que o autor não passa de uma posição enunciativa assumida pelo sujeito da linguagem. Em tópicos anteriores já se falou que o sujeito não é um indivíduo empírico. Da mesma forma, o autor também não é o indivíduo que escreve o texto. Vejamos o que diz em **A Ordem do Discurso**:

> O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento de discurso, como unidade e origem de suas significações e origem de suas significações como foco de sua coerência (p. 26).

O nome do autor é um efeito de sentido que cria a ilusão da existência de uma origem para o discurso; apaga o rastro do interdiscurso que é constitutivo ao

discurso; homogeneíza as múltiplas vozes inscritas no texto; agrupa uma gama de discursos dispersos e atribui um status diferencial a eles.

Embora o nome do autor seja um nome próprio, essa relação é paradoxal. O nome do autor não se refere à pessoa física, mas a um modo de ser do discurso que ganha estatuto privilegiado em uma sociedade:

> Indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2006, p. 274) .

Para evitar maiores confusões, Foucault prefere falar em função-autor, a fim de diferenciar do nome próprio que designa o indivíduo que materializou o texto: “O nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros” (FOUCAULT, 2006, p. 273). Ele é construído *a posteriori* do conjunto das obras que lhe são atribuídas e guarda relação com “o modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (idem, p. 274).

Não tem a ver com a biografia do indivíduo, mas com os discursos portadores da função-autoria, ou seja, aqueles que dão “à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 2007, p. 28).

É bom que se diga que, segundo Foucault (2007), os discursos são portadores e não donos da função-autor, já que esse status pode muito bem não ser reconhecido em outro momento da história ou em outra sociedade. Ele diz:

> A qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntará de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstância ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece dependem da maneira com que se responde a essas questões (idem, p. 276).

Embora a função-autor seja externa ao discurso, ela é tida em **A Ordem do Discurso** como um dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso e um dos seus principais princípios de rarefação. Já em **Arqueologia do Saber**, Foucault faz uma devastadora crítica aos procedimentos que tentam classificar e organizar de antemão os discursos. Nessa obra, ele cita vários “jogos de noções que diversificam cada um à sua maneira, o tema da continuidade” (2005, p. 23), a saber:

as tradições, as influências, a noção de evolução e desenvolvimento, o livro, a origem, a ciência, obra e o autor. Quanto ao autor ele diz:

> Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso. Mas vê-se logo que tal unidade, longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação; que essa operação é interpretativa (já que decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo) (idem, p. 27).

Para Foucault, a desconstrução dessa função-autoria permite ao analista "restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história" (2005, p.31). Afinal, "todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de egos" (FOUCAULT, 2006, p. 279).

Mas o debate sobre autoria não pára por aqui, pois Foucault alertou sobre a existência de discursos ainda mais especiais: aqueles que são providos de uma função-autoria que funda uma discursividade. Os autores fundadores de discursividades são aqueles que ocupam uma posição transdiscursiva, isso porque são, na ordem do discurso, autores de bem mais que um livro, uma teoria, uma tradição ou uma disciplina.

Esses autores possuem a particularidade de regrar a formação de outros discursos, estabelecendo uma possibilidade infinita de discursos. Essa "possibilidade infinita" é que caracteriza esses discursos, já que permitem não apenas as semelhanças e analogias, mas também de diferenças: "Abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram" (2006, p. 282).

Foucault cita o exemplo de Freud, que é considerado fundador de discursividade por permitir "um certo número de diferenças em relação aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses, que dizem todas respeito ao próprio discurso psicanalítico" (2006, p. 282). Fala também sobre Saussure que "tornou possível uma gramática gerativa que é bastante diferente de suas estruturas" (2006, p. 282).

Assim, a fundação de uma discursividade pode gerar futuramente um discurso completamente diferente. Por exemplo: a psicanálise de Lacan não guarda

nenhuma semelhança com a de Freud. A lingüística de Chomsky não pode ser encarada como uma continuação da de Saussure. É por isso que Foucault diz que "a instauração de uma discursividade é heterogênea às suas transformações subseqüentes" (idem, p. 283).

Tais fundadores de discursividade se diferenciam dos instauradores de cientificidade pelo fato de suas obras não se situarem em relação à ciência e no espaço que ela circunscreve, pelo contrário, é a ciência ou a discursividade que se relaciona à sua obra como coordenadas primeiras.

Essa característica exige da discursividade um constante retorno ao esquecimento essencial e constitutivo do autor. "É preciso que esse esquecimento não acidental seja investido em operações precisas, que se podem situar, analisar e reduzir pelo próprio retorno a esse ato instaurador" (idem, p. 284). Retorna-se às lacunas, às fendas, às ausências do discurso para poder devassá-lo, modificá-lo e, com isso, estabelecer a diferença.

1.2.3.2 Maingueneau e o discurso constituinte

Desde os anos 1980, o francês Dominique Maingueneau vem introduzindo novos conceitos e propondo novas abordagens nos estudos da Análise do Discurso. Crítico da influência althusseriana na AD, Maingueneau também fez algumas releituras dos textos de Michel Foucault, muitas das quais polêmicas.

O discurso constituinte é um desses conceitos polêmicos. Ele o aborda especificamente em um dos capítulos do livro **Cenas da Enunciação** (2006). Para o lingüista francês, discurso constituinte é aquele que tem uma posição privilegiada no interdiscurso por estar na base da cadeia enunciativa. Essa posição é devido ao fato de ele emergir no universo discursivo sem reconhecer discurso anterior que o legitime.

A posição fundadora está no fato de ele ao mesmo tempo em que diz ser o primeiro da cadeia discursiva, também ser reconhecido como tal. Ele inscreve e é inscrito no interdiscurso como sendo a gênese do discurso: "cada discurso constituinte aparece ao mesmo tempo como interior e exterior aos outros, que ele atravessa e pelos quais é atravessado" (MAINGUENEAU, 2006, p. 35).

Para esse pensador, “o caráter constituinte de um discurso confere uma autoridade particular a seus enunciados, que são investidos de toda a autoridade conferida por seu estatuto enunciativo” (idem, p. 43). No **Dicionário de Análise do Discurso**, o verbete *discurso constituinte* é definido como “o conjunto de discursos que servem de alguma forma como fiadores de outros discursos e que, não tendo eles mesmos discursos que os validem, devem gerir, em sua enunciação, o seu estatuto, de alguma maneira autofundado” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p.126).

Por outro lado, os discursos constituintes lançam as bases de sua própria emergência ao tematizar sua própria constituição, ou seja, “gerenciam os fundamentos da imensa massa de palavras, sem serem fundadas por elas” (MAINGUENEAU, 2006, p.31). Portanto, “há constituição precisamente na medida em que um dispositivo enunciativo funda, de modo performativo, sua própria existência” (idem, p.50).

> Os discursos constituintes se definem pela posição que ocupam no interdiscurso, pelo fato de não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade, mais importante do que listá-los, é compreender o modo de constituição que os caracteriza [...] os discursos constituintes dão sentido aos atos da coletividade, eles são os fiadores de múltiplos gêneros do discurso [...] só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos (idem, p. 35).

Para alimentar a retórica da primazia, Maingueneau (2006, p. 135) diz que o discurso constituinte “se organiza em torno de textos-fontes”. Para isso explica que “certos textos adquirem um estatuto de inscrição última, eles se tornam o que se poderia chamar de arquitexto” (idem, p.43).

O fato de o discurso constituinte não reconhecer a rede discursiva da qual faz parte não significa, como diz Maingueneau(2006, p. 33): “que as diversas outras zonas de produção verbal não exerçam ação sobre ele, bem ao contrário, existem uma interação constante [...] mas faz parte da natureza destes últimos negar essa interação”. A problemática, portanto, é compreender como um dado discurso se tornou o fundamento, a base ou sede de autoridade sobre outros.

1.2.3.3 Orlandi e o discurso fundador

A professora Eni Orlandi foi uma das responsáveis pela recepção da análise do discurso de linha francesa aqui no Brasil. Foi ela quem, no final dos anos 1980, após terminar o pós-doutorado em Paris, lecionou as primeiras aulas sobre essa disciplina na UNICAMP.

> Em Campinas, a Análise do Discurso se institucionalizou pelo seu ensino enquanto disciplina – como parte dos currículos de graduação e de pós-graduação, do Instituto de Estudos da Linguagem, especificamente do Departamento de Lingüística, o que é, aliás, a sua marca – ela se representou em programas de pós-graduação e em organismos de pesquisa o que garantiu sua estabilidade institucional e de produção que implantou fortemente no Brasil todo (ORLANDI. In: INDUSRKY, 2005, p. 85-86).

Orlandi é autora de dezenas de livros sobre o assunto, além de traduzir os principais livros de Pêcheux para o português. Gregolin (2003, p. 31) diz: “Eni Orlandi é uma referência obrigatória, responsável pela introdução dessa linha no Brasil, pela formação de inúmeros pesquisadores, pela divulgação de trabalhos filiados à tradição de Pêcheux”.

Sobre o conceito de discurso fundador, duas obras são clássicas: **Terra à Vista! Discurso do Confronto** (1990) e **Discurso Fundador: formação do país e a construção da identidade nacional** (1993)**.** É nesse último livro que ela diz:

> A função autor pode ser assim concebida (cf. Foucault, 1983) como instituindo um quadro restrito e privilegiado de produtores ‘originais’ de linguagem, preferimos de nosso lado de-sacralizar essa noção e estendermos a função autoria para o cotidiano, toda vez que o produtor de linguagem se coloca na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, não-contradição e fim [...] A noção de autor, em nossa perspectiva, pode assim se aplicar ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum (1993, p.24).

Na medida em que “estende a noção de autoria para o uso corrente”, (ORLANDI, 1998, p. 68), ela opera um deslizamento de sentido que tem como conseqüência a fundação de uma concepção outra de autor. Autor esse que, “embora não instaure discursividade (como o autor *original* de Foucault), produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade” (idem, p. 69-70).

> Com isso, a função-autor, para nós, não se limita, como em Foucault (1983), a um quadro restrito e privilegiado de produtores *originais* de linguagem (que se definiriam em relação a uma obra. Para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (ORLANDI, 1998, p. 69).

Como se pode observar, a própria Orlandi estabelece uma diferença entre a concepção de autoria que desenvolve e aquela explicada por Foucault em **O que é um autor?** O que parece claro é a forma como ela pensa indistintamente os conceitos função-autoria e fundadores de discursividade. Como já tivemos oportunidade de observar, Foucault estabelece uma diferença clara entre um e outro.

Além do mais, a lingüista aplica seu conceito de discurso fundador ao estudo da emergência do sentido, especialmente à do Brasil. Ela pretendeu, com isso, estudar o "movimento da construção do significar" (1993, p.11), ou seja, como se produz o efeito de sentido capaz de apagar a inscrição da língua na história, de modo a tornar o discurso na origem do sentido.

Essa proposta não está em Foucault, mas mesmo assim ela afirma que seu conceito de discurso fundador é equivalente ao que Foucault chama de instauração de discursividade. Acreditamos que, quando ela opera um deslizamento de sentido no conceito de função-autoria elaborado por Foucault, faz emergir um conceito outro, distinto do primeiro. E é assim que encaramos o discurso fundador em Orlandi, um conceito distinto do de Foucault.

> **O que estamos dizendo do discurso fundador contempla a instância da produção dos sentidos**. Vamos fazer um paralelo estratégico com o que se dá com a instância do sujeito, em sua contrapartida. **A noção que se relaciona ao que estamos dizendo do discurso fundador é, na instância do sujeito, a da função autor [...]** embora a noção de discurso fundador possa corresponder, no dia-a-dia, a discursos que produzem rupturas localizadas [...] preferimos guardar o nome de discurso fundador para o que se chama em Foucault *instauração de discursividade* (ORLANDI, 1993, p.24) [grifo nosso].

Afinal, como está configurado o conceito de discurso fundador em Eni Orlandi (1993)? Ela não dá um conceito definitivo, mas traça algumas características, vejamos: "é uma categoria de análise a ser delimitada pelo próprio exercício da

análise dos fatos que o constituem" (p.7); "são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país" (p.7); "a fala que transfigura o sem-sentido em sentido (idem, p.8); "aqueles que vão **inventando** um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido" (p. 12) [grifo nosso].

A tentativa de definição continua: discurso fundador "são enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica" (1993, p.12); "nos reconstroem um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada (idem, p.13). "mas também fundam sentidos onde outros sentidos já se instalaram (idem, p.13); "o que o caracteriza como fundador – em qualquer caso, mas precisamente neste – é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra" (idem, p.12).

Em outras passagens diz que ele "liga a formação do país à **formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade**" (1993, p. 18) [grifo nosso]. Que institui "um outro lugar de sentidos, estabelecendo uma outra região para o repetível" (idem, p.15) e estabelece "a construção do imaginário necessário para dar uma cara a um país em formação, para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico (idem, p.18)". Ele "cria tradições de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente" (idem, p.14). E ela alerta que: "são vários os caminhos a serem percorridos no entendimento do que seja o discurso fundador, quando se trata de pensarmos a formação de um país" (idem, p.25).

> Concluímos que é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade (ORLANDI, 1993, p.24).Gostaríamos de fazer, aqui, uma digressão sobre o que propomos chamar discurso fundador. Seria este o discurso que mostra, de alguma maneira, alguém falando do lugar do brasileiro. Dar-se-ia numa certa época, numa certa região etc. Bastaria, com análise, detectar, delimitar e caracterizar esse ***momento*** **privilegiado**. Sabemos, hoje, que esse é um equívoco, pois tal discurso se pode dar em qualquer época e mesmo hoje. A brasilidade é um processo contínuo, incompleto, a se fazer indefinidamente. No presente, há discursos que **fundam a brasilidade**, como em qualquer tempo. (idem, 1990, p.129).

De tudo quanto foi dito, podemos resumir o conceito de discurso fundador em Orlandi em duas sentenças: é tanto “a fala que transfigura o sem-sentido em sentido” (1993, p.8), quanto àquela que “re-significa o que veio antes” (idem, p.13), no entanto, em ambas as situações, os discursos devem servir para regrarem a formação de outros discursos.

1.2.3.4 O discurso fundador como categoria de análise

O conceito de discurso fundador em Análise do Discurso ainda está em plena construção. Não houve ainda o interesse de sistematizá-lo. Eni Orlandi (1993, p.7) diz que “não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria a ser delimitada pelo próprio exercício de análise dos fatos que o constituem”.

A professora Maria Carpes (2005), em sua dissertação de mestrado intitulada **Freud e a Construção do Discurso Fundador da Psicanálise**, disse que “apesar de sua importância, o discurso fundador não é considerado com a mesma formalidade de tantos outros conceitos estudados pela a análise do discurso [...] ao contrário, é difícil achar material sistemático sobre o tema” (idem, p. 11).

Diz que o discurso fundador é “uma categoria de análise discursiva que merece maior sistematização conceitual-teórica na análise do discurso” (idem, p. 9), e que “trazer novas perspectivas ao tratamento do discurso fundador aponta para a relevância de possibilitar nova compreensão sobre a quebra de paradigmas nas áreas do conhecimento” (idem, p. 10).

Na dissertação **O Discurso Fundador Lacaniano como Efeito de Deslocamentos e (In)Versões de Sentidos** (2007), a professora Cirlana Rodrigues faz uma distinção entre discurso fundante e discurso fundador. Para tanto, parte do seguinte questionamento: “é fundador apenas o primeiro a surgir, em um dado espaço de conhecimento?” (idem, p. 64).

Segundo ela, “o trabalho de (re)significação é fundador – a partir do fundante” (idem, p. 65). Portanto, apesar de Freud ter fundado a psicanálise, o discurso de Lacan produziu um efeito tão forte nessa ciência que rompeu com a ordem do discurso institucionalizado, instaurando uma psicanálise outra.

> Freud fundou um saber sobre o inconsciente, construiu tópicos para explicar esse funcionamento, definiu princípios, entre outros. Lacan (re)significou o inconsciente, fundando o discurso sobre o inconsciente estruturado como uma linguagem [...] A idéia de que um discurso fundador será sempre fundador, me leva a questionar o que são, então, esse outro, essas (re)significações que são produzidas no interior destas discursividades, pois algo é, também, fundado (idem, p. 64).

Portanto, o discurso primeiro, o constituinte, é o fundante, pois está constantemente sendo retomado e, com isso, sendo transformado. Já o segundo, aquele que parte do primeiro, mas não se identifica com ele, é o fundador, pois instaura um sentido outro, rompendo com a repetição. O discurso lacaniano, segundo ela, é "um discurso fundador no campo psicanalítico" (idem, p. 59).

> O termo fundante adjetivador de discurso tem o efeito de sentido de já-dado, já construído e instaurado, porque fundante traz para o discurso (re)significado o sentido de processo, de movimento de instauração do discurso, além de fixar determinado discurso como o ponto histórico de ruptura primordial em determinado saber. Enquanto que o fundador remete a movimento e transformação, ao que faz (re)significar. Em todo dito fundante existem ditos fundadores (idem, p.65).

Cirlana Rodrigues entende o discurso fundador como o "efeito de deslocamentos e (in)versões de sentidos de já-ditos" (idem, p.59), que produz uma singularidade, que consiste em "um efeito de não reconhecimento do mesmo, mas do novo, do sentido outro" (idem). Conseqüentemente, ela também não faz uma leitura fiel do conceito de instauração de discursividade de Foucault.

> A discussão sobre discursos que fundam discursividades no universo do conhecimento foi iniciada por Michel Foucault (1992) ao definir o autor como uma função sócio-histórica e que depende da tomada de posição dos sujeitos no processo de produção de saber. Este trabalho de Foucault aborda *autores* como instauradores de discursividade. Quando proponho que o discurso lacaniano é um discurso fundador, o sujeito do discurso é um desses instauradores de discursividade, de acordo com o teorizado por Foucault. Todavia, minha leitura é sobre **os sentidos fundadores e não sobre os sujeitos fundadores** (idem, p. 60) [grifo nosso].

Para Carpes (2005, p.9), "discurso fundador é **uma categoria de análise** utilizada pela análise de discurso de origem francesa, para **compreender a formação de discursos que fundam uma nova ordem de significações**" [grifo nosso]. É a mesma orientação de Rodrigues (2007), ou seja, o discurso fundador está no campo das re-significações, pois parte do já conhecido para instituir o nunca pensado.

Prossegue dizendo que o discurso fundador rompe “a memória discursiva, deslocando os sentidos no tempo e espaço, realizando um novo arranjo e instituindo um novo sentido” (idem, p.9), que “possibilita a criação de um número ilimitado de discursos que nele se apóiam e a ele retornam como um referencial” (idem). Em resumo, “o discurso fundador inaugura um novo sentido para o que estava em falta” (idem, p.14).

A discussão que se faz entre discurso fundante e discurso fundador, entre função-autor e comentário, entre o discurso constituinte e o discurso segundo, pode, a nosso ver, ser absorvida em um único conceito: o do próprio discurso fundador. Lembremos que Orlandi diz que o discurso fundador tanto pode ser aquele que “transfigura o sem-sentido em sentido” (1990, p. 252), quanto àquele que funda um sentido “onde outros sentidos já se instalaram” (1993, p.13).

Portanto, o discurso fundador é aquela dispersão de textos que age sobre o universo discursivo tanto para nomear o sem-sentido, quanto para re-nomear um sentido já existente, de modo que essa (re)nomeação regra a formação de outros discursos, estabelecendo, com isso, um eterno retorno a si próprio e um constante vir a ser.

Entende-se por nomear o processo que funda o “novo”, atribuindo identidade ao nunca experimentado. Por re-nomear, o processo que instaura o “outro” onde o “novo” já existe. Por sem-sentido, aquilo que ainda não foi representado pelo discurso. Por eterno retorno, a tendência de perpetuar o momento fundador através da repetição. As repetições, por sua vez, são as responsáveis por deixarem o discurso fundador sempre fundante. Desse modo, temos duas modalidades de discurso fundador: o constituinte, aquele que funda o “novo”; e o propriamente dito, aquele que instaura o “outro”.

Figura 9

Essa definição é provisória e foi pensada a fim de aplicá-la à formação de uma comunidade. No entanto, ela pode se abarcar um sentido, uma tipologia textual, um campo do saber, uma discursividade, uma nacionalidade, uma identidade etc. É bom que se diga que a qualidade fundadora do discurso não lhe é inerente, mas um status obtido socialmente que pode sofrer deslocamentos.

CAP.2 O DISCURSO FUNDADOR DA COMUNIDADE ACREANA

A partir de agora a engrenagem teórica discutida no capítulo anterior será aplicada à formação de uma comunidade imaginada. O Acre enquanto comunidade imaginada tem um discurso fundador. E é esse discurso que será tratado aqui.

2.1 ACRE: UMA COMUNIDADE IMAGINADA

> As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação
> (HALL, 2004, p. 48)

> O Acre constituiu-se ao final do século passado, como uma unidade de território, povo e Estado. Uma unidade poderosa que mudou o tamanho do Brasil
> (VIANA, Jorge. apud Jornal Página 20, 23/07/1999, p.16)

> A nação é uma realidade psicológica
> (FEBVRE, 1998, p. 155)

O Acre é invenção discursiva. Como qualquer comunidade, ele não tem uma identidade natural, essencial e imanente, pelo contrário, pode assumir várias formas de acordo com a situação e a posição ideológica de quem o emprega. Devido à própria natureza da linguagem, as fronteiras conceituais que o definem são porosas e moventes.

O espaço geográfico que hoje abriga os limites fronteiriços de atuação do ente político-administrativo chamado pelo homem *civilizado* de Acre deve ter sido imaginado das mais diversas maneiras, pelas centenas de tribos aborígines que ali viviam há milênios. Todas essas representações de pertencimento ao local foram sacrificadas para a emergência do signo *Acre.*

Em sua tese de doutorado, a professora Maria José Bezerra (2006) caracterizou o processo histórico de invenção do Acre em quatro momentos: o Acre estrangeiro, o Acre brasileiro, o Acre emancipado e o Acre viável. Certamente o assunto não foi esgotado, pois se pode falar de um Acre amazonense nos discursos de Rui Barbosa (ALENCAR, 2005), um Acre pré-histórico no discurso de Marcos Vinícius (2004), um Acre político-administrativo da Constituição Estadual, dentre outros.

Cada Acre mencionado é um acontecimento discursivo que deve ser tratado em sua singularidade. Um não é a continuação do outro. O último não é a evolução do primeiro. Cada um tem uma origem própria, uma história discursiva diferente. Não há possibilidade única, mas várias, que ora se chocam ora se completam nas trilhas do interdiscurso.

Nessa dissertação o Acre é concebido como uma comunidade imaginada. O professor Benedict Anderson (2005) utiliza o conceito de comunidade imaginada para se referir à nação. Halls (2004, p. 58) cita Timothy Brennan para lembrar que a palavra nação também pode fazer alusão "a algo mais antigo e nebuloso – *a natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento".

O conceito de identidade cultural é uma noção geral da qual as identidades nacionais, regionais e locais são subcategorias. Em todo caso, está presente a idéia de comunidade - uma coletividade que partilha algo em comum, quer seja território, língua, religião, tradição etc. Entretanto, Anderson (2005, p.26) afirma que "de fato, todas as comunidades maiores do que as aldeias primordiais onde havia o contato cara a cara são imaginadas".

São imaginadas porque a cultura comum que une a coletividade e a homogeneíza não existe de fato, é uma construção sócio-discursiva. São imaginadas, porque o local onde dizem estar essa cultura comum é, na verdade, uma abstração. São imaginadas, pois a língua que dizem ser uma, na verdade, são várias. São imaginadas porque "a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia" (HALLS, 2004, p. 13). São imaginadas porque os indivíduos, mesmo não se conhecendo, "na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão" (ANDERSON, 2005, p. 25). Enfim, são imaginadas "porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda" (idem, p. 27).

Essa imaginação parte primeiramente de um grupo de pessoas que a materializa discursivamente em textos ficcionais e históricos. O objetivo é conquistar as mentes e influenciar o comportamento da coletividade. É como se uma imagem ideal da comunidade fosse feita com o intuito de sugerir a seus membros um comportamento idêntico à representação.

> Há comoção em torno da necessidade de comunidade principalmente porque é cada vez menos claro se as realidades que os retratos da comunidade afirmam representar são evidentes, e se, caso possam ser encontradas, merecerão ser tratadas, em vista da expectativa de sua duração, com o respeito que existem [...] os arreios com os quais as coletividades atam seus membros a uma história conjunta, ao costume, linguagem e escola, ficam mais esgarçados a cada ano que passa (BAUMAN, 2001 p.194),

Para Anderson (2005), os jornais e os romances assumem um papel fundamental nesse processo, pois imaginam a comunidade já formada, quando, na verdade, ela ainda está em pleno processo formação. Dirigem-se ao público nacional, quando ele ainda não existe:

> Podemos entender melhor a razão pela qual esta transformação seria tão importante para o nascimento da comunidade imaginada da nação se considerarmos a estrutura básica de duas formas de imaginação que floresceram inicialmente na Europa no século XVIII: o romance e o jornal. Estas formas proporcionaram os meios técnicos para re(a)presentar o tipo de comunidade imaginada que é a nação (ANDERSON, 2005, p. 46).

O romance nacional “é freqüentemente um livro de leitura obrigatória no ensino médio como fonte de história local e de orgulho literário” (SOMMER, 2004, p. 18). O caráter político dele é evidente, pois muitos escritores foram financiados pelo poder público para tal empreendimento:

> Nas lacunas epistemológicas da não-ciência da história, os narradores podiam projetar um futuro ideal. Isto é precisamente o que muitos fizeram em livros que se tornaram romances clássicos de seus respectivos países. Os escritores foram encorajados tanto pela necessidade emergente quanto pela oportunidade de direcionar aquela história para um futuro ideal (SOMMER, 2004, p. 22). Os construtores da nação projetaram uma história ainda não formada sobre um continente vazio às suas ordens, os novos romancistas, por sua vez, delineiam a densidade histórica sobre um mapa repleto de projetos mutilados (idem, p. 44).

Em seu livro **Ficções de Fundação***,* Sommer (2004, p.20) teve como objeto “demonstrar que a política e a ficção são inextricáveis na história da construção nacional”. Não podia ser diferente, pois o poder político é quem oficializa a versão dos fatos e quem a faz circular, através de várias linguagens, festas e rituais públicos. No Acre, os jornais e a literatura de modo geral, como serão mostrados adiante, também foram fundamentais para cimentar a identidade da comunidade local.

2.2 O DISCURSO FUNDADOR DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA

> Os construtores da nação projetaram uma história ainda não formada sobre um continente vazio às suas ordens, os novos romancistas, por sua vez, delineiam a densidade histórica sobre um mapa repleto de projetos mutilados
> (SOMMER, 2004)

Como foi dito, as comunidades imaginadas não precederem o discurso. Elas não surgem para depois serem narradas, pelo contrário, saem do anonimato e ganham identidade no momento em que são tematizadas.

Daí a importância do discurso fundador, pois é ele quem atribui um sentido comum a centenas e até milhares de pessoas dispersas entre si. É ele quem imagina a comunidade em meio à neblina do sem-sentido, do nunca-pensado e do jamais-dito. Ao significar a coletividade atribuindo a ela um nome, o discurso fundador uniformiza e agrupa artificialmente os indivíduos, familiarizando-os, criando entre eles um sentimento de solidariedade e de pertencimento.

O Acre é uma comunidade que se julga singular por achar que tem um passado original glorioso, feito de atos heróicos e patrióticos de antepassados que não só conquistaram bravamente um território predestinado a lhes pertencer, mas também estabeleceram o marco fundacional de um povo, se tornando, com isso, arquétipos de gerações futuras. Isso não é surpresa, pois a sagração da origem sempre foi um fenômeno presente em diversas culturas, que consideram o *archè* portador do paradigma identitário.

O discurso fundador do Acre é um saber instaurado por um conjunto de práticas discursivas que significou milhares de indivíduos em comunidade acreana durante o processo de anexação das “tierras non descobiertas” ao Brasil. Esse saber foi regido por uma lei discursiva que regrou o que podia e devia ser dito. O arquivo dessa ordem do discurso é composto pela dispersão de textos que tematizou o Acre.

No entanto, pode acontecer de discursos posteriores ganharem tanto valor social que haja a necessidade de uma revisão historiográfica da comunidade. Quando isso acontece, instaura-se um discurso fundador outro. Uma narrativa teleológica é construída de modo a fazer com que um passado remoto aponte para tais discursos ou para os fatos que eles representam como para legitimá-los. Um exemplo não tão perfeito é o caso do discurso da nacionalidade brasileira instaurado pela República, que se apoiou em representações históricas bem anteriores a ela própria: “Em suma,

desde os primórdios da descoberta, manifestava-se o instinto de nacionalidade, impulsionando as lutas nativistas até formar a consciência nacional, a partir da independência" (MACHADO, 1980, p. 50).

Também pode acontecer de aquilo que era considerado como origem num dado momento, não ser em outro. Por exemplo, um país a fim de negar o passado colonial pode estabelecer seu discurso fundador a partir do movimento de independência.

Outro exemplo pode ser o de Lacroix (2002), quando ele explica que até o século XIX a fundação da cidade de São Luis era atribuída aos lusitanos, devido ao fato de a historiografia até então considerar os franceses como invasores. Estes foram os primeiros europeus a colonizarem a região, no entanto foram interditados da formação identitária local, tratados como piratas, como uma presença ilegítima. A situação mudou no início do século XX, o que era entendido como invasão, o discurso histórico transformou em fundação.

Pode-se dizer que o que caracteriza o discurso fundador não é o fato de ele narrar ou tematizar a origem da comunidade. Pois há discursos que falam sobre a fundação, reforçam a fundação, mudam alguns aspectos da fundação, mas não inauguram a fundação. Existem outros que até negam a fundação, mas não geram uma fundação outra.

Nem todas as origens são fundadoras, mas toda fundação pretende ser agente de uma origem. Uma origem só é fundadora para a comunidade que a aceita como tal. A crônica de Vaz de Caminha que imortalizou o momento inaugural do Brasil, por exemplo, não teve a mínima importância para as centenas de comunidades indígenas da época.

O que nos interessa aqui é a fundação do discurso e não o da comunidade em si, pois se fala em origem referindo-se ao sentido e não à comunidade propriamente dita. Até porque é o discurso que instaura a fundação, portanto, a comunidade é uma função do discurso.

> O esforço fundacional que, dito de passagem, constitui-se sempre a partir de um tempo posterior ao tempo histórico [...] o que é fundacional caracteriza-se como tal pelas gerações posteriores, quando começam a construir o passado e localizar, no passado, um monumento que, talvez, não tivesse o significado que o presente lhe atribuiu, inventando, desse modo, o começo da memória (ACHUGAR, 2006, p. 202).

Toda essa confusão é justificável, pois durante muito tempo se acreditou que a identidade de um povo lhe era imanente. Conseqüentemente, a origem assumia um papel fundamental, pois representava o lócus da pureza identitária da comunidade, lugar para onde todos devem se voltar a fim de se significarem.

Em relação a isso, uma situação é bem possível: o discurso fundador pode abrigar um mito de origem. Isso acontece quando o paradigma identitário da comunidade é projetado para um passado tão distante que chega a se perder "nas brumas do tempo" (HALL, 2002, p. 55), "fora da história" (CHAUI, 2002, p. 10).

> Um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura providencial, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos narrados são verdadeiros ou não. (SILVA, 2005. p.85). Se os Estados-nação são amplamente reconhecidos como novos e históricos, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como emanações de um passado imemorial e, o que é ainda mais importante, movem-se gradual e imperceptivelmente em direção a um futuro sem limites (ANDERSON, 2005, p.33).

É o caso do Novo Mundo, que, antes de ser descoberto em 1942, já havia sido inventado pelo discurso mítico. Lopes (In: BARROS, 2000, p. 11) explica que "muito antes que soasse seu nome (América) pelo mundo, ela e suas criaturas vegetais, animais e humanas já existiam como personagens míticas de obras como a **Odisséia**, de Homero, a história de Heródoto [...]". "Os europeus inventaram o Novo Mundo e suas criaturas antes mesmo de descobri-las" (Idem, p. 12).

2.2.1 O discurso fundador em funcionamento

> O Acre é dos acreanos
> (BRAGA, et al., 2002, p.30).
>
> A história é o reino do inexato
> (LE GOFF, 1992, p.21).

Para uma dada comunidade, o discurso fundador pode cumprir pelo menos quatro funções sociais: fixar-lhe a origem; estabelecer-lhe um ethos; consagrar-lhe um território e contribuir na coesão social.

A primeira delas é estabelecer um momento inaugural para a comunidade, um marco, a partir do qual tudo começa. Daí a idéia de fundação "um momento de

encerramento de um passado e de início de uma nova época, única e irrepetível no tempo" (ACHUGAR, 2006, p. 205). Fundação essa que funciona "como referência básica no imaginário constituído desse país" (ORLANDI, 1993, p. 7), sendo constantemente retomado.

Foucault (2007, p. 7) já dizia que os começos são sempre solenes. O momento primeiro sempre está representado num acontecimento localizado num tempo glorioso, onde uma causa que se mostrou comum conseguiu agrupar pessoas que antes viviam dispersas. De acordo com Achugar (2006, p. 246): "A sacralização das origens não é um produto único do processo independentista latino-americano, já em Platão estava a idéia de que as origens tinham uma condição divina, pois excedia em significação, todo outro momento do processo histórico".

Geralmente esse discurso funda uma origem para a comunidade a partir de um fato histórico. Nas comunidades modernas, a guerra tem se tornado o acontecimento fundador por excelência. Várias colônias encerraram o processo de independência com uma guerra de libertação, evento que catalisou parte da coletividade local em defesa do território, da identidade etc.

A segunda função é o estabelecimento de um ethos para a comunidade. Na retórica aristotélica, *ethos* representa a imagem positiva que o orador constrói de si através do discurso a fim de influenciar ou convencer os ouvintes. Discursivamente falando, esse *ethos* não é uma imagem exterior à fala.

Em relação à comunidade, o *ethos* se refere ao efeito de sentido produzido pelos discursos que estão materializados nos textos constituintes da comunidade. Esses discursos constroem um perfeito retrato da coletividade, atribuindo aos indivíduos qualidades nem sempre reais.

O discurso fundador, ao criar a paisagem enunciativa que representa e singulariza a comunidade no interior do universo discursivo, estabelece também a posição que os sujeitos devem assumir para identificarem-se a essa comunidade. A representação coletiva é quem tatua os sujeitos com uma identidade hereditária.

A terceira função do discurso fundador é consagrar a presença da comunidade ao território. Ele atribui uma valoração simbólica ao território a fim de justificar o seu apoderamento pela comunidade. Somente no e pelo discurso a identidade de uma comunidade consegue se fixar aos limites fronteiriços estabelecidos, que são porosos e artificiais por natureza.

No caso do Acre, por exemplo, cujo território já era ocupado por dezenas de tribos indígenas, a estratégia foi criar uma narrativa a partir da chegada dos nordestinos à região, fazendo *evaporar* daquele local todo patrimônio histórico das comunidades nativas.

Tornar legítima e natural a hegemonia da comunidade num território, como por exemplo, o europeu, de milenar história, não seria possível sem o discurso fundador. Pois é ele quem instaura, no local, ou uma nova genealogia com valoração social superior, ou um mito de origem que remeta ao passado imemorial o vínculo da comunidade com o espaço. O discurso fundador faz acreditar que a comunidade foi predestinada àquele território.

> Em termos de legitimidade, o passado é tanto melhor quanto mais remoto. A perfeição consiste em ancorar a nação na própria natureza, fazendo-a anterior aos homens e a história [...] As justificativas cruzam o limite do sagrado e tornam-se invulneráveis as querelas simplesmente humanas, funcionando como sustentáculo das exaltações nacionais mais desenfreadas (MAGNOLI, 1997, p. 17).

A quarta função social que o discurso fundador desempenha é colaborar na coesão social da comunidade. Na medida em que contribui na fixação da identidade coletiva, o discurso fundador ajuda a tecer um sentimento solidário entre as pessoas, forjando, assim, uma unidade entre os vários povos, culturas e línguas que habitam o território abraçado pela soberania estatal de um determinado país. Como diz Hall (2004, p. 50): “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentido que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmo”.

Hobsbawm (2003, p. 205) diz que a grande tarefa política das elites locais foi a formação de uma cultura nacional: “A identificação nacional tornava-se força política, formava uma espécie de substrato geral da política”. Dentre as ações promovidas para a construção da identidade coletiva estava a utilização política da história. A história sempre foi a maior divulgadora do discurso fundador da comunidade. “O vínculo nacional é o resultado de uma operação criadora, que manipula história e geografia, tempo e espaço, para gerar uma nação” (MAGNOLI, 1997, p. 12).

2.3 O DISCURSO FUNDADOR DO ACRE: A NARRATIVA DO EU ACREANO

> Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si
> (AMOSSY, 2005)
>
> Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora *narrativa do eu*.
> (HALL, 1994)

Comecemos esse tópico citando um trecho da apresentação do livro **Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri***,* do Profº Dr. Valdir Calixto, publicado em 2003: “A Revolução Acreana foi muito mais que uma guerra [...] foi, na verdade, um momento singular onde foram estabelecidos os signos que ainda hoje trazemos em nossa identidade mais essencial [...] antes da Revolução não havia acreanos”.

O enunciado acima nos diz muita coisa. Primeiro, fala da existência de um marco fundador do Acre enquanto comunidade: a revolução acreana. Segundo, cerca de áurea esse momento, considerando-o singular. Terceiro, confirma a existência de uma identidade “essencial”. Quarto, afirma ser esse episódio inaugural capaz de projetar à posteridade “signos” identitários, sem os quais não haveria acreanos.

Esse enunciado acima foi selecionado pelo fato de conseguir transmitir de modo bastante simples algumas características do discurso fundador do Acre. Mas, além dessas características, também pode ser citadas outras como: a fomentação do culto ao passado, pois instaura o eterno retorno à origem semântica por meio de comemorações, festas cívicas etc; o estabelecimento dos arquétipos, personagens que encarnam a perfeição identitária da comunidade; a instauração do idealismo como motivação principal da revolução acreana etc.

A seguir, será mostrada outra materialidade discursiva com mesmo princípio de dispersão. Através dele chegou-se às seguintes conclusões: a) o nascimento do Acre aconteceu com o fim da Revolução Acreana; b) a vitória brasileira só foi possível após quatro anos de guerra e dez dias de combate nas trincheiras; c) o desfecho do combate foi valorado positivamente como “grande vitória”; d) o combate foi digno da lembrança do Governo do Estado; e) mulheres também participaram do combate, pois deram suas vidas em prol da terra; f) dar a vida em prol da terra foi uma ação digna de homenagens governamentais; g) homens e mulheres doaram suas vidas pensando no bem das gerações futuras, uma vez que lutaram para consolidar o “destino do povo”.

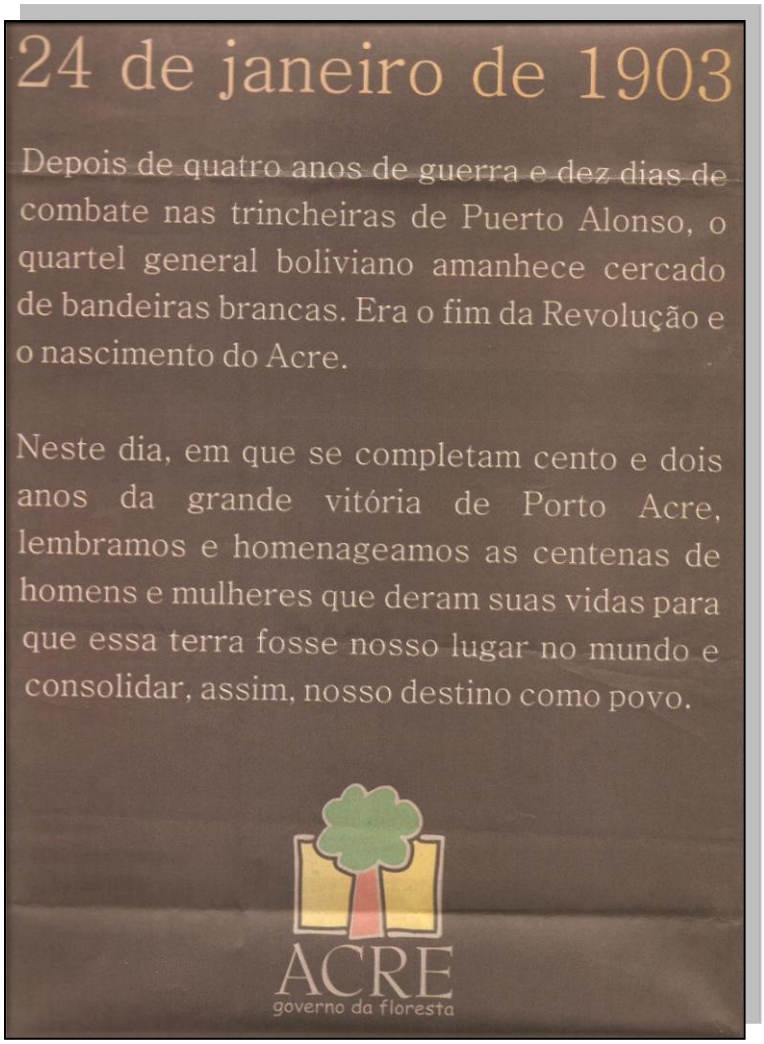


Figura 10 – Jornal A Tribuna, 23 de janeiro de 2005, p. 16.

Podemos dizer que o discurso fundador do Acre é a paisagem enunciativa responsável pela imaginação do Acre enquanto comunidade de acreanos e enquanto território pertencente ao Brasil. Nesta dissertação, não será tratado o discurso fundador que nomeou como brasileiras o Madidi peruano, o Aquiri indígena e as "tierras non descobiertas" bolivianas; trataremos, contudo, unicamente do discurso fundador do Acre enquanto comunidade imaginária.

A diferença é bem sutil e pode se mostrar de difícil compreensão. Isso porque a história da anexação dessas terras ao Brasil é a mesma que constituiu os vários tipos humanos que ali viviam em acreanos. A fundação da comunidade acreana aparece no universo discursivo entremeada pela narrativa da revolução acreana, que pode ser considerado o *archè* do discurso fundador do Acre, enquanto território brasileiro.

Vejamos o que diz Bezerra (2005, p. 65): “A revolução acreana transforma-se no discurso fundador do Acre e a construção da identidade do Acre como território brasileiro se insere no universo da tradição inventada, tendo como simbologia de maior expressão o hino acreano”. Já Horácio Antunes (2004, p. 244) se refere à revolução acreana como “mito de origem do Estado do Acre e de seu povo”.

Esse fenômeno social funciona para a sociedade acreana como um semióforo. Para Marilena Chaui (2004, p. 12), semióforo é “um signo vindo do passado [...] é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...] é um objeto de celebração”. A guerra contra a Bolívia torna-se um distintivo dessa comunidade, ela deixa de ser um fato histórico para se tornar num símbolo portador do paradigma identitário da comunidade.

A revolução acreana, a que foi liderada por Plácido de Castro, é considerada pela história oficial como a parteira do Acre. Da comunidade imaginada, pois teria unido todos os migrantes em torno da “questão acreana”. Da nacionalização das terras, pois teria sido a responsável pela anexação do Acre ao Brasil. Mas a “questão acreana” nunca foi um consenso entre os migrantes; e a revolução acreana pode não ter sido a responsável pelo desfecho da anexação do Acre ao Brasil.

O discurso histórico fez da *revolução* o exemplo constituinte da unidade do povo acreano, no entanto, é inegável que durante todo período *revolucionário*, de José Carvalho a Plácido de Castro, sempre houve os dissidentes - aqueles que apoiavam o governo boliviano; os opositores – aqueles que desejavam esperar a intervenção direta do governo brasileiro na *questão*; os indiferentes – aqueles que, mesmo sabendo da insurreição, preferiram não tomar parte dela; e os desinformados, aqueles que nem ao menos souberam que estava acontecendo uma “revolução”.

Não seria uma incoerência afirmar que a famosa “questão do Acre” careceu da participação efetiva da população local. O discurso histórico é polissêmico como qualquer outro, pois a natureza opaca da linguagem trai constantemente sua vontade de verdade. A história oficial em vez de ser admirada como monumento, deve ser questionada à luz dos próprios documentos que a sustentam.

Em maio de 1899, José Carvalho, o líder da chamada “primeira insurreição acreana" (REIS, 1936, p.15), dispôs-se a colher o máximo de assinaturas num Manifesto a favor da expulsão do governo boliviano da região. No entanto, apesar de

todo o esforço do revolucionário, não conseguiu nem sessenta rubricas. Por que o restante do “povo” não assinou? O motivo não pode ser explicado simplesmente pelo analfabetismo.

Com Galvez não foi diferente. O Estado Independente nunca foi consenso, até porque se tratou de um projeto “partejado” (cf.: BARROS, 193, p. 39) com o apoio de alguns poucos seringalistas de expressão da região do baixo Acre. Desde os primeiros meses de seu governo, o espanhol teve que combater “energicamente todos os focos de agitação” (TOCANTINS, 2001, p.349).

Vários grupos se insurgiram: o liderado pelo coronel Neutel Maia, do seringal Empresa; o do Capitão Leite Barbosa, de Humaitá; e a da Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros; do Alto Acre. Além do mais, segundo Tocantins, “as pessoas de maior destaque [de Xapuri] não haviam aderido ao Estado Independente” (idem, p. 350). Isso sem dizer do Juruá, que nem sequer tomou conhecimento dos decretos expedidos por Galvez.

> De Xapuri, Galvez receberia ofício assinado por Manoel Odorico de Carvalho, auto-intitulado Prefeito de Segurança Pública **pela vontade soberana do povo**, comunicando que, no alto Acre, a população resolvia não aderir a essa revolução sem primeiro ouvir a decisão do governo brasileiro [...] Somava-se a este movimento dissidente do Alto Acre, um outro que, sob a denominação de Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros, procurava, de todas as formas, minar o governo provisório. No baixo Acre, para completar, havia, ainda, a propaganda anti-governo provisório, liderado por Neutel Maia do seringal Empresa e pelo Capitão Leite Barbosa, do seringal Humaitá, este último outrora ativo colaborador na administração Paravicini. (CALIXTO, 2003, p. 162) [grifo nosso].

A famosa Expedição dos Poetas é o exemplo clássico da desunião. Ela partiu de Manaus, em fins de 1900, com o objetivo de expulsar os bolivianos que regressaram à região após a derrocada do governo de Galvez. “As divergências sempre surgiam, a toda hora, por falta de unidade de comando” (MEIRA, 1974, p. 57).

O próprio Plácido de Castro sempre se queixou da dificuldade em arregimentar *voluntários*. Segundo Benjamin Azcui (1925) isso foi devido ao fato do Acre já estar pacificado. Castro disse que “todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguém queria ser o primeiro” (CASTRO, 2002, p.55); “os proprietários tudo prometiam, mas em verdade mostravam-se receosos” (idem, p.57).

> Al estalhar la conflagración separatista, el Acre contaba con más de treinta mil habitantes, mostrándose **case la totalidad indiferente a lo que ocurría**, de tal modo que los promotores de la revueta, para hacer consentir en su

> popularidad expedían despachos de coroneles a granel, sin que por ello lograsen el concurso de los agraciados, porque el ideal de los acreanos era el de continuar como hasta entonces, sin freno a sus desmanes ni autoridade que los gobernase, **imperando entre ellos los de mayor fuerza física o institinos sanguinarios** más deprazados (AZCUI, 1925, p. 45). [grifo nosso]. No tenían la suficiente preparación, ni combatían en defensa de un sagrado derecho, conscientes de la justicia que les asistiera; mercenarios recolectados en los antros del vicio y la miseria, **trabajandores obligados por sus patrones a batirse y perder la vida pro una causa ignorada por ellos**, lógicamente, debían perder la moral ante individuos patriotas que abandonaron las fruiciones del hogar por acudir en amparo de nuestra integridad territorial" (idem, p. 97) [grifos nossos].

A inconstância de seu pessoal não era negada nem pelo próprio caudilho. Depois do "assalto" à Intendência boliviana, ocorrido em 6 de agosto de 1902, foi proclamada no mesmo dia o Estado Independente do Acre. Plácido de Castro resolveu documentar tudo, pois "com esta medida, se alguém franqueasse, não pudesse recuar, visto se haver comprometido com a assinatura da ata" (CASTRO, 2002, p.58).

Ele mesmo diz que "a autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver" (idem, p. 60). Em certa ocasião, bastou que se ausentasse alguns dias para que seu pessoa se revoltasse "sob a direção de um rapaz muito moço" (idem, p.61).

Plácido de Castro iniciou sua campanha com apenas 33 seringueiros-soldados (cf.: idem, p. 56), número esse que no auge da guerra não ultrapassou a casa dos 2.000 (cf.: GOYCOCHÊA, 1973, p. 118). A população "branca" da região era estimada em 15.000 habitantes, segundo Tocantins (2001, p.191); em 25.000, de acordo com os próprios "chefes da Revolução" (BRAGA, 2002, p.15. Cf.: CABRAL, 1986, p.35); e em 100.000, segundo Craveiro Costa (2005, p.219).

Se levarmos em consideração esse último número pode-se dizer que não mais de 2% da população local verdadeiramente empunharam armas contra os bolivianos. E os que assim o fizeram, pode ser que não tinham os mesmos motivos.

A "questão acreana" foi sustentada por múltiplos interesses. O governo do Amazonas queria garantir a arrecadação dos impostos. Os seringalistas queriam garantir suas propriedades privadas e a manutenção do lucro gomífero. Os profissionais liberais sonhavam em assumir importantes cargos públicos. E os seringueiros pretendiam quitar suas dívidas e quem sabe ter saldo para voltar à terra natal.

Quando se fala dos interesses hegemônicos de cada segmento da sociedade gomífera é bom lembrar que havia outros subjacentes a esses. O desejo de conquistar prestígio social, por exemplo, certamente atravessou a maioria dos "revolucionários", no entanto não se pode afirmar que tenha sido o motivo determinante.

O patriotismo não figura como determinante de nenhum dos grupos citados, apesar da historiografia oficial considerá-lo como tal em todos eles. A revolução acreana não significou a mesma coisa para os diversos segmentos sociais nela envolvidos. Como diria Paul Veyne (1982, p. 12) em relação à revolução francesa: "Waterloo não foi a mesma coisa para um soldado e um marechal".

Como dizem, a função da história é fazer com que os cidadãos amem e sintam orgulho da comunidade a que pertencem. Para tanto, nada melhor do que organizar o passado da comunidade a partir de um evento inaugural glorioso, marcado pela unidade, patriotismo e heroísmo de seus primeiros membros.

> No fundo, o que a nova história quer mostrar é que o poder, os poderosos, os reis, as leis esconderam que nasceram no acaso e na injustiça das batalhas [...] Portanto, o papel da história será o de mostrar que as leis enganam, que os reis se mascaram, que o poder ilude e que os historiadores mentem (FOUCAULT, 1999, p.84).

O discurso histórico inventou a revolução acreana como início de tudo. Mas o Acre é, na prática, uma função do capital internacional e das reservas naturais de *haveas brasilienses*. "No rush da borracha, o capital estrangeiro correu para a Amazônia e foi investido de mil maneiras" (REIS, 1982, p.127). Sem esses dois fatores o Acre não existiria, pois para lá não teria se dirigido o capital humano que o devassou economicamente. Por isso Reis (1982, p. 17) afirma: "A conquista da região efetuou-se por motivos econômicos".

> A marcha para o oeste, o chamado deserto ocidental, na busca da seringueira, extrapolou os limites territoriais, implicando uma guerra não declarada entre o Brasil e a vizinha República da Bolívia, cujo resultado foi a incorporação de mais de 150 mil quilômetros quadrados de superfície ao país, área na qual, atualmente, localiza-se o Estado do Acre (SOBRINHO, 192, p. 24). A ocupação do Acre não deve ser entendida como resposta à seca ou resultado do *espírito aventureiro* do nordestino. A análise da migração para o Acre mostra, no seu contexto econômico e político, que neste primeiro momento foi o grande capital industrial que levou o trabalho para as áreas remotas onde se encontrava a matéria-prima necessária à sua expansão (CEDEPLAR/MG, 1979, p.39).

A revolução acreana fez parte de uma conjuntura internacional em que a busca pelo lucro foi levada ao extremo pela política imperialista dos países “centrais”. A “encarniçada” disputa levou-os a controlar as fontes de matérias-primas que suas respectivas indústrias tanto precisavam. Tais fontes geralmente se encontravam em países de tradição extrativista.

No final do século XIX, as terras que hoje representam o Acre se tornaram um dos principais alvos do capital financeiro internacional. Isso por que elas eram as maiores fontes naturais de látex, elemento essencial à indústria pneumática. Foi o capital quem abriu as veias amazônicas e alojou nelas o migrante brasileiro. Foi ele quem patrocinou todo o sistema de aviamento, que permitiu a integração daquelas terras ao mercado econômico mundial.

Portanto, tudo começou por causa do capital, e inerente a ele pode-se encontrar a ambição humana. A valorização econômica da borracha seduziu ambos os lados a lutarem pelas “migalhas” dos gigantescos lucros que fluíam da *havea brasiliensis* rumo à Europa e aos EUA. Como disse Cardoso (1977, p. 25): “Entre o trabalho e o produto obtidos mediante relações econômicas quase escravas e o financiamento e a comercialização realizados por capitais estrangeiros, situavam-se os ganhos dos empresários nacionais”.

É na guerra que os mais mesquinhos apetites humanos são expostos à consagração da história, que tudo faz tornar justificável - a violência vira espetáculo de patriotismo e os assassinatos, cenas de heroísmo. “Todos os movimentos armados ou diplomáticos pela posse do Acre [...] foram motivados pela riqueza” (SOUZA, 2002, p. 148).

O Acre enquanto comunidade carecia de unidade. A “questão do Acre” não integrou a coletividade, pelo contrário, em algumas ocasiões, a dividiu. Mas toda comunidade é imaginada como sendo composta por pessoas que de certa forma têm alguma coisa em comum.

Esse algo em comum seria o território? Com certeza não, pois as fronteiras só foram plenamente consolidadas em 1909. Seria a língua? Não, naquela região existia de tudo: do espanhol aos dialetos indígenas. A cultura? Não, as mais diversas tradições estavam ali representadas pelos nordestinos, gaúchos, turcos, sírios, libaneses, franceses etc.

A unidade foi uma construção póstuma, apesar de todo esforço discursivo e até coercitivo dos chefes da revolução. Não havia nada entre os membros da comunidade

que os unia, a não ser a ambição pelo “ouro negro”. O indivíduo não é igual a si mesmo, todos são como uma miríade de “eus” situacionais, um verdadeiro “fluído” (BAUMAN, 2001).

A unidade está no campo da imaginação. A imaginação só é possível a partir da linguagem e esta é uma errância que ninguém pode confiar. “Manter os fluídos em uma forma requer muita atenção, vigilância constante e esforço perpétuo – e mesmo assim o sucesso do esforço é tudo menos inevitável” (idem, p. 15).

A origem pontuada pelo discurso também não é digna de crédito. A história poderia ter consagrado a gênese do Acre a partir da chegada de seus “descobridores” brancos ou, tempos mais tarde, pelos desbravadores nordestinos. A operação simbólica mudaria apenas de região discursiva. “O verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referência ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (FOUCAULT, 2001, p.29).

Dessa forma, o passado funciona como o “espelho de narciso” que, ao ser posto de fronte à comunidade, reflete a imagem ideal dela, configurada nos genes de seus pais fundadores, que são vistos como exemplos de devoção à causa coletiva. A elite se beneficia dessa história épica, pois constantemente busca nessa origem apoteótica o exemplo para convencer a sociedade a deixar-se conduzir como outrora. Consagra-se uma matriz aureolar para depois se filiar a ela, herdando, com isso, suas pompas.

O discurso fundador pontua o nascimento das coisas, fazendo negar as múltiplas origens dela, a descontinuidade que lhe satura e lhe faz ser outra todas as vezes que é retirada de suas condições de produção. O Acre de ontem não é o de hoje. A comunidade que se tentou forjar no início do século não pode ser considerada o berço da atual, pelo contrário, os ancestrais do discurso são estrangeiros para os acreanos atuais.

Quando o discurso que significou o Acre no início do século XX é desarraigado das condições que possibilitaram a sua produção é como se ele tivesse perdido o “fôlego” que havia lhe dado vida. Ao colocá-lo em circulação no início do século XXI, por exemplo, ele já não é mais o mesmo, apesar do poder simbólico que lhe é atribuído. Como diz Orlandi (2003, p. 12):

> [...] discursos fundadores, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido [...] são enunciados

> que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica.

Não podemos esquecer que o Acre já havia sido inventado no nordeste, em fins do século XIX, como terra habitável, pelas campanhas publicitárias realizadas a fim arregimentar mão-de-obra para a economia gomífera. E quando aqui chegaram, os migrantes trataram-na não como terra estrangeira, mas como Acre, território predestinado a ser brasileiro. Portanto, houve um apoderamento simbólico da terra, antes mesmo de seu apoderamento legal oriundo da assinatura dos tratados internacionais. O termo Acre esvaziou a região de qualquer valoração que o *outro* possa ter atribuído àquele local.

2.3.1 As vozes constituintes do discurso fundador do Acre

> O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz
> (FOUCAULT, 2005)

O arquivo do discurso fundador do Acre é formado pelo conjunto de discursos efetivamente materializados que nomearam como “acreano” os mais diversos tipos humanos que lá migraram no boom da borracha. Quem deu início a esse processo de nomeação?

Certamente não foi o seringueiro. Ele não tinha acesso à sociedade do discurso, pois não tinha voz nem para contestar a soma dos valores que devia ao barracão, “dobrando toda a cerviz à servidão completa” (CUNHA, 200, p. 129). Os seringalistas comuns, maioria analfabetos (REIS, 1953, p. 114), atarefados como estavam com a empresa extrativa, também não formavam opinião.

Então, quais sujeitos - posições enunciativas – significaram a comunidade acreana? A pergunta não é qual o indivíduo fundador do dizer, mais qual o lugar que o indivíduo devia ocupar para ser o sujeito do discurso que “inventou” o Acre. Para efeito dessa pesquisa, chamar-se-ão “promotores da *revolução acreana”* os sujeitos do discurso fundador do Acre.

Por “promotores da revolução acreana” referimo-nos aos formadores de opiniões que estavam diretamente ligados à Questão Acreana: os políticos ligados ao

governo de Manaus; os membros da Junta Revolucionária, seringalistas "esclarecidos", a quem Rodrigo de Carvalho chamou de "acreanos de real merecimento" (apud CASTRO, 2002, p.47); e muitos outros letrados de Manaus e Belém - médicos, advogados, professores, jornalistas, escritores, agrimensores etc. – e os que no Acre se instalaram no transcorrer da "revolução".

Nesse particular, os letrados foram fundamentais pela ligação que tinham com a imprensa da época, que na ocasião assumia duas funções sociais importantes: a " de elaborar a representação do homem local**"** (SILVA, 1996, p. 66) e a da "elaboração de uma **imagem positiva** da integração do território ao país" (idem, p. 65) [grifo nosso].

Foram eles os grandes responsáveis pela exportação da idéia de uma epopéia acreana. Apesar de essas atividades serem mais intensas em Manaus e Belém, no Acre, os letrados passaram a exercer maior influência a partir 1902, com a publicação dos primeiros jornais na região financiados "pelo poder econômico dos seringalistas" (SILVA, 1996, p. 67). Os "eufóricos hinos de celebração dos feitos heróicos" (idem, 2002, p. 29), ajudaram a formar "a imagem que se deseja para representar essa terra e sua gente" (idem, 1996, p. 84).

Em todo caso, como afirmou Anderson (1991), os jornais são fundamentais para a constituição das comunidades imaginadas. No caso do Acre, não foi diferente, uma vez que esse meio de comunicação foi decisivo na circulação dos discursos dos "promotores da revolução acreana".

Tudo isso nos mostra que os atributos da comunidade acreana não são naturais. Os "promotores da revolução acreana" agiram sobre universo discursivo da época, instaurando a discursividade que representaria o Acre. A comunidade nascente não foi imaginada de qualquer jeito, o discurso que a nomeou obedecia a princípios de dispersão inscritos na ordem do discurso. Nessa acepção, portanto, o acreano é fruto do discurso e das relações de poder.

CAP.3 HEROÍSMO E PATRIOTISMO: AS REGRAS DO QUE PODIA E DEVIA SER DITO.

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é controlada
> (FOUCAULT, 2007).
>
> A grandeza patriótica dos acreanos só é comparável à sua heróica tenacidade em defender o território
> (CRAVEIRO COSTA, 2005).

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise arqueológica de dois princípios de dispersão que caracterizam o discurso fundador do Acre: o patriotismo e o heroísmo. Essas regras enunciativas fizeram parte da lei do que podia e devia ser dito naquele momento em que a comunidade estava em pleno processo de nomeação. A análise pretende *escavar* até onde o imaginário social acredita ser a origem dessa identidade para expor as condições de emergência do saber que constituiu a coletividade em povo acreano.

3.1 A ARQUEOLOGIA COMO MÉTODO DE ANÁLISE

> A história, em nossos dias, se volta para a arqueologia - para a descrição intrínseca do monumento
> (FOUCAULT, 2005)

De acordo com o **Dicionário Eletrônico Aurélio**, a arqueologia é o estudo científico do passado da humanidade, mediante os testemunhos materiais que dele subsistem. Já a versão impressa do mesmo dicionário (2001) define essa ciência como aquela que estuda a vida e a cultura dos povos antigos por meio de escavações ou através de documentos e monumentos por eles deixados. A **Enciclopédia Virtual Wikipédia** explica que a palavra vem do grego *archaios* (antigo/velho) e *logos* (conhecimento/ciência).

O **Dicionário de Ciências Sociais** da Fundação Getúlio Vargas (1986, p. 83) diz que essa ciência pode ser definida como “o estudo das coisas antigas quando estas pertencem à cultura e à sociedade humanas”. Já o **Dicionário de Sociologia** da editora Globo (1974, p. 33) diz que ela se refere ao “estudo científico de culturas pré-históricas, sobretudo pela interpretação de restos materiais encontrados”.

O conceito que será empregado neste capítulo é um pouco diferente dos anteriores, pois será levado em consideração aquilo que Michel Foucault falou sobre ele. O termo arqueologia figura em três obras do citado filósofo francês: **Nascimento da Clínica - uma arqueologia do olhar médico** (1963), **As Palavras e as Coisas - uma arqueologia das ciências humanas** (1966) e a **Arqueologia do Saber** (1969).

Para muitos estudiosos, a arqueologia é considerada a primeira fase do pensamento de Foucault, que "caracteriza, até o final dos anos 70, o método de pesquisa do filósofo" (REVEL, 2005, p. 16). A publicação de **A Ordem do Discurso** (1971) é tida como a transição para a segunda fase, chamada de genealogia. A terceira tem início anos mais tarde com a publicação do segundo volume de **A História da Sexualidade** (1982). Para Gregolin (2004, p. 54), as "três épocas" de Foucault representam momentos em que "certas problemáticas foram predominantes, certas inflexões foram imprimidas aos conceitos".

Deixemos as duas últimas fases de lado, pois é mais do interesse desta dissertação os conceitos emanados da primeira. A seguir, serão apresentados alguns trechos do livro **Arqueologia do Saber** (1969) nos quais Foucault explica o termo arqueologia:

> Esse termo não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. **A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo** (p. 149). A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, **mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras.** Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar freqüentemente para reencontrar [...] **ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento** [...] A arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. **Não espreita o momento em que, a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são;** nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder, pouco a pouco, sua identidade. O problema dela é, pelo contrário, **definir os discursos em sua especificidade;** mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irredutível a qualquer outro" (p. 157) [grifos nossos].

Em síntese, a arqueologia tem como objeto de análise o arquivo. Não o conjunto de documentos conservados por uma sociedade em uma determinada

época, num determinado lugar, mas “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2005, p. 147).

> Pelo método arqueológico, Foucault propõe analisar o acontecimento discursivo, isto é, tratar os enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, a fim de compreender as condições que possibilitaram a sua emergência em um certo momento histórico (GREGOLIN, 2004, p. 78).

Segundo a hipótese levantada por Foucault (2007) em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída a fim de conjurar os poderes e perigos que ele possa ocasionar à ordem das coisas. Sendo assim, a pessoa não pode falar tudo o quer em qualquer lugar.

Por que somente determinado conjunto de dizeres sobre a comunidade acreana foi conservado? Qual a razão dessa raridade de vozes, dessa pobreza enunciativa, desse déficit constitutivo? Onde está a voz do seringueiro? Onde está a voz do índio? Onde está a voz do boliviano? Do Peruano? Do migrante estrangeiro? Será que eles nada tinham a dizer? Eram sem opinião? Tudo isso mostra o quanto a ordem do discurso interdita certos dizeres e qualifica outros.

Por que chamar de herói aquele a quem o outro chamou de assassino? Por que chamar de patriota aquele a quem outro chamou de flibusteiro? O processo de nomeação da comunidade acreana não foi passivo, houve disputa pela fixação do sentido desejado. Como qualquer outra prática discursiva a nomeação obedeceu a regras.

É a prática discursiva que instaura o saber que vai selecionar os acontecimentos sob os quais o acreano nasce e quais deles continuarão a atravessá-lo. Por exemplo, apesar de o genocídio indígena acompanhar todo o processo de ocupação do *Acre* pelos brasileiros, esse acontecimento não significou a comunidade nascente de violenta, hostil e sanguinária. A história reservou-lhe um passado original mais nobre, construído por atos heróicos e patrióticos.

Outro exemplo do discurso enquanto prática que obedece a regras é o fato de todos saberem que o interesse econômico pela região foi o determinante tanto da ocupação do Acre, quanto da revolução acreana e, mesmo assim, a ambição não prefigurar como marca identitária dos membros dessa comunidade.

Cabe à arqueologia fazer uma “descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2005, p. 8). Interrogar os discursos que constituem a comunidade acreana para descobrir suas regularidades, expor suas condições de produção, estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza. Encontrar a lei que regra o aparecimento de um discurso é determinar as condições sócio-históricas que permitiram seu pronunciamento, circulação e conservação.

> O método arqueológico envolve a escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ele se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época (GREGOLIN, 2004, p. 71).

Identificar as condições de produção do discurso não é o mesmo que achar a origem do discurso, pois como já vimos não existe um núcleo textual primário que abriga a pureza discursiva. Todo começo é puramente convencional, pois é “sempre sobre um fundo do já começado que o homem pode pensar o que para ele vale como origem” (FOUCAULT, 2002, p. 456).

> Não se pode mais dizer que uma descoberta, a formulação de um princípio geral, ou a definição de um projeto, inaugura – e de forma maciça – uma fase nova na história do discurso. Não se deve mais procurar o ponto de origem absoluta, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar (Idem, p. 165).

O objetivo do arqueólogo é “soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores” (idem, 2005, p. 191) e mostrar que “cada sociedade tem o seu regime de verdade [...] os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (idem, 2001, p. 191). Ele se reporta ao que dizem ser o eco mais primitivo do discurso para dissipar qualquer idéia de origem.

Falamos em “eco”, pois o dizer inaugural é inatingível. O discurso é, ao mesmo tempo, dialógico e polifônico. Dialógico porque está sempre interagindo com outro dizer. Polifônico porque é constitutivamente atravessado por inúmeras vozes de mesmo valor, oriundas de numerosos sujeitos dispersos. Isso sem dizer que o discurso, quando vem ao mundo, já vem marcado pelo interdiscurso.

> A origem é, bem antes, a maneira como o homem em geral, como todo e qualquer homem, se articula com o já começado do trabalho, da vida e da linguagem; deve ser procurada nessa dobra onde o homem trabalha com toda a ingenuidade um mundo laborado há milênios, vive, no frescor de sua

> existência única, recente e precária, uma vida que se entranha até as primeiras formações orgânicas, compõe em frases ainda não ditas, palavras mais velhas que toda memória [...] mas essa tênue superfície do originário que margina toda existência e que jamais lhe é ausente não é o imediato de um nascimento; está toda povoada por mediações complexas que, na sua história própria, o trabalho, a vida e a linguagem formam e depositam" (Idem, 2002, p. 456). O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate [...] a origem é o exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de naus essencial [...] gosta-se de acreditar que as coisas em seu inicio se encontravam em estado de perfeição; que saíram brilhantes das mãos do criador [...] a origem está sempre antes da queda (idem, 2001, p. 18).

3.2 "TUDO FOI FEITO POR AMOR À PÁTRIA".

> A burguesia enganava o povo, ocultando os verdadeiros fins da guerra, seu caráter imperialista, de anexação. Todos os governos imperialistas declararam que faziam a guerra em defesa da pátria
> (Lênin)
>
> Pátria serve como pretexto para a guerra
> (José Arbex)
>
> O patriotismo é um instinto egoísta
> (Spencer)

Voltemos àquele enunciado do capítulo anterior: "A Revolução Acreana foi muito mais que uma guerra [...] foi, na verdade, um momento singular onde foram estabelecidos os signos que ainda hoje trazemos em nossa identidade mais essencial [...] antes da Revolução não havia acreanos" (VIANA, Jorge. In: CALIXTO, 2003).

Uma pergunta ficou solta no "ar": quais são esses "signos" que os acreanos trazem até hoje em sua "identidade mais essencial"? Várias respostas seriam possíveis, destacamos duas: o heroísmo e o patriotismo.

Ambos são tratados aqui como acontecimentos discursivos que se realizam nas malhas da história, formando arquivos, ou seja, uma ordem do discurso desejada. "A verdade não existe fora do poder", já dizia Foucault (2001, p. 12). Tanto um como o outro formam uma positividade dentro do discurso fundador do Acre, uma unidade discursiva ou uma continuidade temática preservada através do tempo. Comecemos a análise arqueológica pelo patriotismo.

Quem primeiro mobilizou os seringalistas a apoiarem um movimento contrário ao governo boliviano na região foi José Carvalho, secretário do superintendente do

município amazonense de Floriano Peixoto, região banhadas pelos rios Acre, Iaco e Alto Purus.

Em fins de abril de 1899, à revelia do governo amazonense que preferia não envolver funcionários públicos na questão, pois temia represálias vindas do Governo Federal, José Carvalho, em nome do povo da região, confronta oficialmente a administração boliviana nas “tierras de la goma”, intimando-os a saírem do Acre imediatamente.

A decisão não foi um ato impensado. Na casa do seringalista Joaquim Victor, no local “onde nasceu a idéia de expulsar o delegado boliviano e a respectiva delegacia” (CABRAL, 1986, p. 33), “reuniam-se de preferência os conspiradores para combinar um plano seguro de rebelião” (COSTA, 2005, p.115). Nesse local,

> pesavam-se ainda os prós e os contras da atitude a assumir, não só de rebelião contra a Bolívia, também contra o governo federal. Esse aspecto da questão apresentava-se como o mais sério. E uma pergunta surgia: **como o governo brasileiro receberia a atitude dos acreanos**, de hostilidade à Bolívia, ele que os abandonara reconhecendo os direitos bolivianos sobre o território? (Idem, p. 116) [grifo nosso].

Era preciso encontrar uma justificativa que tornasse o descumprimento dos acordos internacionais aceitável perante a opinião pública nacional, que nunca os apoiaria caso a *ordem do discurso* fixasse como motivação maior daquela atitude a defesa da propriedade privada e dos impostos. Uma justificativa mais nobre foi encontrada: o “amor à pátria” serviu perfeitamente àquela ocasião.

José Carvalho era advogado formado em Pernambuco, Estado considerado um dos principais pólos insurrecionais do país. Além do mais, vinha de família tradicional, ele foi “bisneto de Bárbara Alencar, a heroína da revolução pernambucana de 1817” (TOCANTINS, 2002, p. 239). Obviamente, Carvalho tinha uma base filosófica liberal, pois os iluministas eram estudados nos cursos de Direito.

A Era das Revoluções (1789 -1848) espalhou a ilustração para a maioria das academias ocidentais. Durante as revoluções liberais, o discurso patriótico foi uma retórica privilegiada das elites urbanas.

Era na cidade que o liberalismo tomava “forma de conspirações militares” (RÉMOND, 2002, p.35), pois ali, as guerras eram planejadas em defesa dos interesses econômicos dos *homens de posse.* O individualismo foi reinante no

período liberal, no entanto, o altruísmo patriótico foi quem justificou as mais bárbaras atrocidades feitas em nome do capital.

No período liberal, o patriotismo ainda estava ligado exclusivamente ao país ou ao lugar/região onde se nascia. Somente no século XX o patriotismo se identificaria à nação, expandindo o alvo da fidelidade para os costumes e tradições da comunidade, ou seja, para a identidade coletiva.

Quando o discurso liberal emprega vocábulos como “nós” e “povo”, não significa que haja uma identificação coletiva ou uma comunidade formada. São efeitos de sentido que simulam ser de “todos” o que era apenas de uma minoria. Um exemplo clássico disso foi a primeira constituição norte-americana. Ela inicia com a frase: “Nós, o povo dos Estados Unidos”. Que povo era aquele? Os índios? Os negros? Os imigrantes? Certamente que não.

José Carvalho fez uso dos signos da filosofia iluminista. Essa interdiscursividade marcou a gênese do Acre. Patriotismo, heroísmo, vontade soberana do povo, por exemplo, são categorias que contribuíram na nomeação dessa comunidade.

Mas que “povo” era esse? Todos sabem que a sociedade gomífera foi rigidamente verticalizada, o seringueiro não fazia nada sem a permissão do patrão. Que patriotismo era esse? Tal sentimento se desenvolve melhor em cidades fortemente politizadas e não em meio à floresta com indivíduos analfabetos. Que vontade soberana do povo era essa? A região abrigava uma das mais desumanas empresas econômicas até então vista no Brasil, que isolava e semi-escravizava o seringueiro.

Mas foi exatamente essa idéia de “povo do Acre” (CARVALHO, J. apud AGUIAR, 2000, p. 27) e de “patriotismo” (idem, 2002, p. 24) que instaurou a discursividade da comunidade acreana. Carvalho dizia: “nós aqui defendemos a honra da pátria arrancando do domínio estrangeiro o Acre que é nosso, que nos pertence, custe, embora, o sacrifício de nossa vida!” (idem, p. 34).

Outro personagem que fez uso de signos liberais para fundar a comunidade acreana foi Luiz Galvez. Nesse caso, a situação foi mais cômica, pois se tratava de um espanhol defendendo uma pátria estrangeira, para onde havia imigrado há pouco tempo. Tão hilariante foi a chegada dele em Antimari que Leandro Tocantins diz que “a população tomou Galvez por boliviano” (TOCANTINS, 2001, p. 324).

Galvez assimilou o discurso liberal dos iluministas bem mais que José Carvalho, pois foi estudante de Direito na conceituada Universidade de Madrid e falava fluentemente cinco idiomas, conforme afirma Osório Figueiredo (2007, p. 30). Devido a isso, teve a oportunidade de se tornar diplomata e respirar os “ares” republicanos de vários países. Não foi à toa que Galvez escolheu o dia 14 de julho para proclamar o Estado Independente do Acre. Como diz Figueiredo (2007, p. 31): “A data fora escolhida de propósito, em comemoração à queda da bastilha, acontecida há 110 anos”. Abaixo está o Brasão de Armas do Estado Independente:

Figura 11 – Fonte: AGUIAR, 2000, p.41.

Chamado por Barros (1993, p. 38) de “demagogo e figurante, escolhido a dedo”, Galvez não só se aventurou em entrar na ordem do discurso patriótico como foi um dos principais interlocutores dela entre os *acreanos*. “Sua participação, embora alguns a tenha como quixotesca, despertou o sentimento patriótico de toda aquela gente, gerando o espírito de civismo acreano” (FIGUEIREDO, 2007, p.30). Logo abaixo, um trecho do discurso feito por Galvez no momento da proclamação do Estado Independente do Acre em 1899:

> Aceitamos leis, pagamos tributos e impostos e obedecemos, passivamente todos os julgamentos de alta e baixa justiça praticados pelo Delegado nacional da Bolívia, na esperança que **nossa idolatrada Pátria e gloriosa e humanitária Nação brasileira** acudisse em nosso socorro e atendesse nossos justíssimos pedidos. O governo do Brasil não respondeu aos **nossos patrióticos alarmes**; **a Pátria**, a **nossa estremecida mãe** personificada em grupo de valentes [...] os habitantes destas regiões pertencem à livre e **grande Pátria brasileira**! É justo, pois que **cidadãos livres**, conhecedores dos seus direitos civis e políticos, não se conformem com estigma de párias criado pelo governo de **sua pátria**, nem podem, de forma alguma, continuar sendo **escravos de uma outra nação** – a Bolívia. Impõe-se a independência

> destes territórios [...] é **necessário levantar nossa honra pela Bolívia depreciada** [...] se não aceitais a independência continuaremos a **sofrer humilhações** que nos impõem uma nação estrangeira. (apud AGUIAR, 2000, p.54, 55) [grifos nossos].

Ouvir o "dom-juan" (BARROS, 1993, p. 33) expressar sentimentos de amor ao Brasil realmente devia ter sido patético. Mas esse discurso foi "uma demagogia necessária para o gênero do papel que estava desempenhando" (TOCANTINS, 2001, p. 326). Afinal, "era o melhor caminho para exaltar o amor cívico, assim como persistir no estilo derramado de patriotismo [...] tinha em mira comover os brios regionais dos que escutavam a oração" (idem, p. 327).

> Bizarra aquela República? Sem dúvida, mas os proprietários mais abastados e esclarecidos sabiam que, sem a Ordem, sem que aquela vasta região, com seus milhares de habitantes fosse política e juridicamente organizada, mais difícil se tornaria a **acumulação e circulação de capital.** Desde que Galvez organizasse o recém criado Estado, de modo a não obstar o fluir da riqueza advinda da **exploração da força de trabalho** nos seringais, eles, os patrões, também poderiam tolerar as bizarrices humanitárias de seu presidente [...] Convivendo no reino do caos, grande número de patrões sabiam o quanto o estado de anomia representava um entrave à acumulação, uma acumulação pseudofáustica diríamos nós. (CALIXTO, 2003, p. 158) [grifo nosso].

Até o próprio coronel Plácido de Castro entrou nessa ordem arriscada do discurso, afirmando que lutava "pela integridade da pátria" (apud CASTRO, 2002, p.136. cf.: p.137). Como já foi falado, pátria para todos os chefes revolucionários era o mesmo que país. Plácido de Castro, por exemplo, se dizia respeitador de "todas as disposições do Governo de nossa Pátria" (idem, p.139. cf.: p.140).

Se José Carvalho falava em "povo do Acre", Plácido de Castro já se referia ao "povo acreano" (CASTRO, 2002, p.179). Fez essa menção em relatório ao Ministro da Justiça sobre suas ações à frente da Prefeitura do Alto Acre (1906-1907).

Essa mudança é significativa. Não se referia mais ao povo brasileiro que habitava no Acre, mas a um conjunto populacional específico, com identidade própria. Dessa forma, o discurso fundador da comunidade acreana se consolida de vez, pois afirma ser real o que era apenas uma comunidade imaginada.

Mas o fato de ele ter dito não lhe faz autor de nada. Pois o discurso já nasceu sob as malhas do interdiscurso. Havia uma memória discursiva com a qual dialogava. O próprio Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana, escrito em 1900, já falava em "levantamento patriótico do **povo acreano**" (BRAGA, 2002, p. 11) [grifo

nosso]. Além do mais, o poema escrito por Francisco Mangabeira, em 1903, já nomeava de “acreano” os habitantes daquela região.

> No ano de 1903, surge o primeiro poema, cujo tema é a Revolução Acreana. Por ter sido escrito no Acre, voltando-se para o público local, pode ser considerado a primeira tentativa de representação literária para dizer o que pode ser o Território e seu povo (SILVA, 1996, p.90).

Na época, nem todos concordavam com o malogro do discurso patriótico dos *chefes da revolução*. Achavam que o idealismo não era o melhor traço que caracterizava aqueles aventureiros. No entanto, muitas vozes foram sufocadas para que o arquivo do patriotismo fosse montado. Vejamos o que diz o jornal **Pátria**, do dia 6 de julho de 1899:

> O fundo desse quadro triste em que os **traidores da pátria** transformaram a esplendorosa região do Acre [...] julgaram encontrar asada ocasião para, **patrioticamente, roubarem o suor do incauto habitante do Acre [...]** essa **rebelião** [...] não subsistirá jamais porque **ali o que impera é a ambição desordenada**, porque dali fugiu os sentimentos generosos, porque ali o mal tem guarida e a traição subsiste! [...] empregara a chantagem e a chantagem reuniu adeptos; mentiram e a mentira congregou entorno de uma bandeira despedaçada os que deixaram se amasiar pelo canto da sereia, belo mais traidor, harmonioso, mas desgraçado [...] **Para roubar,** vestiram mendaz **capa de patriotismo,** cobriram os rostos com a **máscara de fingido amor à pátria.** (n° 205, p.1) [grifos nossos].

A lei discursiva do patriotismo regra até hoje a historiografia acreana. Para o Senador Tião Viana (PT-Ac), “ambos, líder e liderados, embalados pelo ritmo das vazantes e das cheias, viram crescer em seus corações o **orgulho de ser brasileiro**” (In: CASTRO, 2002 p. 6) [grifo nosso]. Araújo Lima (1998, p. 19) referiu-se à existência de um “patriotismo incandescente dos guerrilheiros acreanos”. Para Craveiro (2005, p. 190), a chamada revolução acreana foi “a maior e mais patriótica em que já se envolveram brasileiros”. E até autores da envergadura de Arthur Cezar Ferreira Reis (1953, p. 114) fez circular esse discurso:

> Profundamente amante da pátria, nas campanhas pela integração do Acre ao Brasil foi uma vontade e uma energia cívica constantes a serviço dos objetivos da revolução que Plácido de Castro chefiou, no ciclo final, daquela peleja cívica.

Em suma, segundo os chefes da revolução acreana o “desejo de ser brasileiro” foi o motivo da “luta patriótica dos seringueiros” (CRAVEIRO, 2005, p. 179). Esse

“signo” é, até hoje, um distintivo da comunidade acreana. Como afirma o ex-governador do Acre: “O Estado do Acre é uma das partes mais legítimas do território brasileiro. É feito por um povo que se orgulha de ser brasileiro, porque lutou para isso” (VIANA, Jorge. apud Jornal Página 20, em 06 de agosto de 2005).

3.2.1 Fidelidade e amor: o patriotismo na história

> Não havia pátrias, no sentido atual, em um tempo em que não havia nações
> (FEBVRE, 1998)
>
> Eu combatia em Orton pela integridade da Pátria
> (CASTRO, Plácido. apud CASTRO, 2002, p.136)
>
> Não se pode defender a pátria de outro modo se não lutando por todos os meios revolucionários contra os latifundiários e os capitalistas da própria pátria, isto é, contra os piores inimigos de nossa pátria
> (LÊNIN, 1968)

Para a Análise do Discurso, o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que ele foi produzido. Portanto, qual patriotismo povoava a mentalidade dos chefes da revolução acreana?

Na Grécia Antiga, por exemplo, o patriotismo estava baseado nos ideais de virtude da nobreza guerreira e cavalheiresca (cf.: KUJAWSKI, 1992). Diz-se que foi o patriotismo enquanto amor à honra que animou a epopéia grega. No entanto, com o fortalecimento da aristocracia nas cidades-estados, a fidelidade à virtude foi transferida a cidade natal de cada cidadão, o que a encheu de áureas e honra. “A militância patriótica cotidiana era, sobretudo, a reunião dos cidadãos na ágora para se verem e ouvirem reciprocamente [...] conversar na praça era militar pela cidade” (idem, p.30).

Na Roma Antiga, o patriotismo era fundado na fidelidade ao Império e na obediência ao direito público: “Sem o direito, o cidadão de Roma não podia ser efetivamente romano” (idem, p.35).

Para os “bárbaros”, o patriotismo expressava-se através da fidelidade à tropa. Por serem nômades, eles desenvolveram um patriotismo aterritorial, a pátria estava onde a tropa estava.

O cristianismo, de modo geral, prega uma pátria celestial, onde, segundo as escrituras, todos os salvos terão lugar. A fidelidade às leis bíblicas e ao messias são requisitos para ter acesso a essa morada futura.

No período feudal, devido à descentralização política, o patriotismo tomou forma provinciana. Entre os nobres ficou mais ligado às relações vassálicas e entre os servos, à terra. “No século XII, o verdadeiro sentimento referencial, o sentimento que tem poder o espírito dos homens é sempre o sentimento de fidelidade” (FEBVRE, 1998, p.115).

Com o surgimento das monarquias absolutistas na Europa a partir do século XV, o sentimento de fidelidade foi aos poucos sendo transferido para a pessoa do monarca, que era a personificação do Estado e, conseqüentemente, da unidade política e territorial do país.

É bom que se diga que o vocábulo pátria surgiu exatamente por essa época, nos idos do século XVI, como afirma o historiador francês Lucien Febvre (1998). Os renascentistas e o homem moderno de modo geral foram quem nomearam como patrióticas as experiências passadas similares as que eles viviam e que desejavam legitimar.

A emergência da sociedade burguesa foi quem fez dilatar a concepção de pátria, ao ponto dela não mais significar tão somente uma vila ou uma região em que os antepassados travaram intensas relações. Pátria passou a representar o território do país ao qual a referida “terra dos ancestrais” (idem, p. 152) estava inserida.

> Para o dicionário espanhol 1726 (primeira edição), a *pátria* ou, no uso popular, *tierra*, ‘a pátria’,significa apenas ‘o lugar, o município ou a terra onde se nascia’ ou ‘qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial ou Estado. **Esse sentido estreito de pátria, que foi diferenciado do sentido lato do termo moderno como *pátria chica,* ‘a pequena pátria’, é bastante universal antes do século XIX**, exceto entre as pessoas cultas com conhecimento da Roma antiga. Até 1884, a *tierra* não era vinculada a um Estado; **até 1925 não ouvimos a nota emocional do patriotismo moderno, que define *pátria* como a nossa própria nação**, com a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozam da amável lealdade dos patriotas (HOBSBAWM, 2004, p.28) [grifos nossos].

Foi somente no século XX que a burguesia conseguiu amalgamar os conceitos de povo, estado e nação, vinculando-os ao território. É por isso que Hobsbawm (2004, p. 30) diz que “em sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente muito recente”. O patriotismo se tornaria o sentimento de fidelidade ao povo de mesma nacionalidade, cuja soberania o Estado representava.

Hobsbawm (2003, p. 204) dizia que “a base dos ‘nacionalismos’ de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas [...] presteza que podia ser explorada politicamente”. A referida identificação emocional bem pode ser o patriotismo, que, segundo Febvre (1998), foi uma das duas principais fontes do nacionalismo francês.

Esse patriotismo foi uma criação do Estado. Forjar uma unidade cultural entre os habitantes do território se tornou prioridade na política de governo de muitos países. Como explica Hobsbawm (2003, p.106), o Estado requeria mais do que a passividade de seus cidadãos, a lealdade cívica deveria vir acompanhada de ações. Por isso, a relação feita do patriotismo com o país, e do país com a nação, e da nação com o Estado, e do Estado com o povo, e do povo com o território.

No caso do Brasil, o Estado só implantou ações concretas e planejadas para a formação da nação no início do século XX. Apesar das ações desenvolvidas durante o Império, foi a República quem de fato se dedicou à tarefa de formar a “alma brasileira” (cf.: CARVALHO, 2006).

A construção do imaginário da nação brasileira foi apenas esboçada no século XIX com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1839 e com a atuação de intelectuais como Adolfo Varnhagen (1816-78) e José de Alencar (1829-1877).

Varnhagen é considerado por muitos o pai da historiografia brasileira. Segundo Reis (2003, p. 33), ele “representa o pensamento brasileiro dominante durante o século XIX”. Em seus “monumentos”, o alemão nascido acidentalmente em São Paulo (cf.: PINSKY, 1992, p.13) “procurava passar a idéia de nação já constituída, não mais em construção como de fato ocorria” (idem, p.14). “Ele não narra a constituição da nação, ele simplesmente a constitui” (idem). Varnhagen “desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará um futuro” (REIS, 2003, p.24).

José de Alencar, por sua vez, é considerado o pai da literatura brasileira. Em O Guarani (1867) ele propõe uma “fundação épica da nação brasileira”, em que “a violência da conquista é representada como um gesto natural e heróico” (COELHO, 2005, p. 148), “capaz de acalmar a dor da violência que assinala o lugar da origem” (idem, p.149).

A construção da nação brasileira durante o Império esbarrou em três fenômenos sociais: a escravidão, as constantes imigrações estrangeiras e os

movimentos separatistas que *pipocavam* por todo Brasil. Por causa desses fatores, foi difícil fazer do patriotismo a religião cívica capaz de garantir a lealdade do cidadão ao país. Basta mencionar a insensibilidade patriótica do brasileiro em relação à Guerra do Paraguai (1865-70). “No exército do Império do Brasil, para cada soldado branco, havia nada menos que quarenta e cinco negros!” (CHIAVENATTO, 1984, p.111). Os *voluntários* não puderam recusar o apelo da “mãe gentil”.

Diante do que foi dito, é um anacronismo histórico pensar em patriotismo no Acre em fins do século XIX. “No Brasil do início da república, inexistia tal sentimento [de comunidade, identidade coletiva]” (CARVALHO, 1900, p. 32). O sentimento nacional brasileiro começou a se consolidar somente a partir de 1930, quando o regionalismo sofreu um duro golpe através da instauração do Estado Novo.

Se for levado em consideração que o discurso de “amor ao país” foi fruto da filosofia e do movimento liberal, temos mais um argumento contrário à existência de tal sentimento entre os seringueiros na época da Revolução Acreana. Pois encravados como estavam na floresta, não tinham acesso a tal filosofia, muito menos a informações sobre os movimentos liberais europeus. Além do mais, sua fala era regrada pelo patrão. Foram os letrados da estirpe de José Carvalho, Galvez e outros que erigiram os principais monumentos que significariam a comunidade acreana.

Quem clamou pelo “direito à nacionalidade, ao exercício da cidadania e à escolha de seu próprio caminho [...], sobretudo, o direito de ser brasileiro”, não foi o “povo” como afirma NEVES (1999, p.12), mas aqueles que se colocavam como porta-vozes dele. Naquela época, a idéia de povo “era abstrata” (CARVALHO, 1990, p.26).

O “nós” do discurso revolucionário não inclui o seringueiro, e quando assim o fez foi para promover e reforçar os interesses e ideais da elite gomífera. Os revolucionários não tinham compromisso com o seringueiro, assim como não tinham com os nativos. Um e outro eram para eles nada. Aos primeiros mandavam matar, aos segundos exploravam até a morte. E o interessante foi que após a “gloriosa” revolução acreana nada mudaria, pois os nativos continuariam sendo assassinados aos montes e o seringueiro permaneceria trabalhando para se escravizar.

Para o *herói* Plácido de Castro “as mais revoltantes explorações” (apud CASTRO, 2002, p. 2002) se davam por ocasião da venda da borracha nas praças do Pará e Manaus. Segundo essa ótica, o patrão não era o algoz do seringueiro, pois o próprio ele próprio era quem mais sofria com a opressão do sistema gomífero.

Para o caudilho, o seringalista era “torpemente roubado” (idem), era “assaltado” (idem), sofria “perdas” (idem, p. 199), tinha prejuízo por conta da ignorância do seringueiro (cf.: idem, p. 205), era vítima de “perseguições” (p.198); estava em “condições de insolvência” (idem, p. 203). O *herói* considerava um erro “atribuir aos proprietários a extorsão de que são vítimas os seringueiros” (idem, p.204).

Sobre o seringueiro o caudilho diz que ele era membro das “classes inferiores da sociedade” (idem, p. 201); que era “sempre inculto” (idem, p.201); “de índole muitíssimo perdulária” (idem, p.205); “ignorantes e supersticiosos” (idem, p. 235); “avessos às regras elementares de profilaxia” (idem, p. 235), “resistem a qualquer tratamento racional” (idem, p.235). Ele não era “*indignamente explorado*” (idem, p.199) pelo patrão como Euclides da Cunha denunciava na época, segundo o coronel, os sofrimentos do coletor de látex vinha da própria “ignorância” (idem, p.205) dele; tinha dívidas porque gastava dinheiro com objetos de luxo, bugigangas e ciganas (cf.: p. 205).

Essas contradições não são importantes para o momento. O que nos interessa agora é o fato de o patriotismo que os revolucionários afirmavam ser de todos, mas parecia ser de ninguém. Os revolucionários foram sujeitos de discursos que dialogavam com outros que vieram antes e que tem pólo gravitacional no liberalismo europeu.

Se for levado em conta que o patriotismo moderno “define pátria como nossa própria nação” (HOBSBAWM, 2004, p. 28), pode-se afirmar que esse não era o patriotismo ao qual se referiam os *revolucionários,* pois eles não defendiam uma identidade, ou melhor, não lutaram em prol de uma *brasilidade*, pois esta não estava plenamente definida naquela época.

Os revolucionários não pegaram em armas pela nacionalidade brasileira, e sim pelos direitos advindos dela. Ser brasileiro era estar debaixo das leis brasileiras. Não se pode esquecer que, na época, havia um grande temor de que o governo boliviano aumentasse os impostos, invalidasse os títulos fundiários expedidos pelo governo amazonense e impusesse restrições quanto ao corte da seringueira. Devido a isso, a maior parte da elite gomífera preferiu ficar sob a jurisdição brasileira.

É bom que se diga que os migrantes continuariam brasileiros caso o Acre passasse definitivamente para a Bolívia, no entanto, ficariam na condição de estrangeiros. Portanto, o que importava para os promotores da revolução acreana não era a nacionalidade em si, mas os *privilégios* advindos dela.

Vários boatos foram espalhados para justificar a “demonização” dos bolivianos. Segundo Cabral (1986, p.37), o temor de perder a renda advinda da cobrança de impostos fez com que o governo do Amazonas mantivesse na região um “clima de tensão e revolta”. Em contrapartida, os seringalistas atiçavam os seringueiros contra os bolivianos, inventando que os seringueiros sofreriam castigos por trabalharem em terras estrangeiras. “Nada mais falso, tudo não passou de fantasia destinada a levantar a opinião nacional contra a ocupação do Acre” (TOCANTINS, 2001, p. 248).

> Foi assim que os seringueiros receberam D. José Paravicini. Viam nele não o representante legítimo de um país que, sob os resguardos dos tratados internacionais, se empossava do território acreano, e sim o algoz dos brasileiros, o usurpador de rendas nacionais (idem, p. 248). Atingidas em seus interesses, as classes dominantes amazonenses insuflaram, por toda parte, a idéia de uma sublevação contra a missão boliviana. Nos jornais, nos seringais, no parlamento e até nos bares procurava-se **incutir a idéia de que a pátria havia sido lesada pela adoção da medida de permitir a posse da Bolívia no Alto-Acre.** Não se dizia, porém, que, subjacente a isso, estavam os **interesses econômicos profundamente afetados** [...] a campanha objetivara sacudir a opinião pública (CALIXTO, s/d, p. 111) [grifos nossos].

Os *revolucionários* achavam que sob as leis brasileiras, suas propriedades estariam seguras. A *revolução* foi, então, estritamente reacionária. O objetivo dela foi conservar a ordem contra quaisquer mudanças vindas de um governo boliviano na região. O emprego do signo *revolução* não revela o caráter revolucionário do movimento, e sim um diálogo interdiscursivo que os letrados mantinham com o discurso liberal europeu. Qualquer movimento social de contestação naquela região passou a ser indiscriminadamente chamado de revolução.

Realmente a possibilidade de o seringueiro ter lutado por motivos patrióticos é muito remota. Os nordestinos que vieram para o Acre já estavam desterrados em sua própria terra natal. Desde o nordeste eles eram ignorados pelo poder público. Antes mesmo da migração a cidadania brasileira já não lhes rendia nenhum benefício. Eles vieram para a Amazônia nos braços do capital internacional e não sob o amparo da “mãe gentil”.

É pouco provável que os seringueiros defendessem o que para a maioria deles representava o calvário. Nessa via “dolorosa” padeceram nada menos que 150.000 migrantes, quase o dobro dos mortos em toda a segunda guerra mundial. Um boliviano que esteve entre as forças do General Olympio da Silva chegou a dizer que “todo o Acre é um cemitério” (apud CASTRO, 2002, p. 160).

Sendo diariamente oprimidos por outro brasileiro, o patrão, na “mais imperfeita organização do trabalho que já engenhou o egoísmo humano” (CUNHA, 2000, p. 152), é difícil imaginar alguma centelha de patriotismo nessa criatura chamada pelo Dr. Oliveira Viana, de “o mais apolítico dos brasileiros” (apud COSTA, 2005, p. 221).

A consciência de pertencimento a um país ou a uma cultura nacional não estava plenamente consolidada nem entre a elite brasileira, quanto mais nos retirantes nordestinos. Segundo Hobsbawm (2004, p. 21): “A maioria dos estudiosos concordaria que, qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela consciência nacional, as massas populares – trabalhadores, empregados, camponeses – são as últimas a serem por ela afetadas”.

Os seringueiros que foram incorporados ao exército de Plácido de Castro certamente não o fizeram voluntariamente. O seringueiro não era dono de si mesmo. Estava sempre endividado e não podia abandonar o patrão sem antes saldar a dívida. O mais provável é que o ingresso dos seringueiros no exército revolucionário se dava quando o seringalista aderia à *revolução* e colocava à disposição daquela causa alguns *patriotas*. Todos os transferidos para as trincheiras tinham a mesma esperança: se libertarem das dívidas após a vitória contra os bolivianos.

> Escravo da gleba e escravo do seringalista tuchaua, o nordestino tinha duas saídas: fugir do “centro” ou fugir do Acre. Já verificamos como era impossível a volta ao nordeste. Sobrava, contudo, a oportunidade da “descida” para a margem. O cearense ficou espiando essa “oportunidade” e eis que ela surgiu como contingência histórica: a guerra com a Bolívia. Este foi o momento em que ele pela primeira vez *se libertou* [...] A *descida* para a guerra era como uma fuga: fuga do “centro” [...] com a guerra, sonhavam quebrar todas as pesadas correntes que os amarravam cruelmente na grande selva [...] Depois da guerra, se vitoriosa, acreditavam que os proprietários passariam a ser seus irmãos, que poderiam, eles seringueiros, possuir terras e bens, que os seus *saldos* seriam vultosos e que todo o sistema latifundista seria abalado para oferecer-lhes mais amplas possibilidades de vida. (BASTOS. In: COSTA, 2005, p. 47-48).

O que mais parece é que o nordestino não tinha compromisso com o *Acre*. O plano dele era ficar rico e voltar para a sua terra natal. Segundo Calixto (2003, p. 43), eles almejavam obter “rápidos lucros, de forma que em pouco tempo pudessem voltar a sua terra de origem em melhores condições de vida”. Mas a realidade se mostrou dolorosa ao peito desse protótipo de patriotismo brasileiro. A maioria migrou para nunca mais voltar. Ficaram reféns do seringalista, presos ao solo que o viram definhar.

Até o próprio Plácido de Castro conjurou o Acre antes de morrer. Ele exigiu que seus restos mortais não fossem enterrados ali, mas que fossem transladados para sua terra natal, o Rio Grande do Sul: “esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los” (CASTRO, Plácido. Apud LIMA, 1998, p. 270).

3.2.2 O patriotismo no Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana (1900)

> Quem se não sacrifica pela Pátria é incapacíssimo de possuir um sentimento bom
> (BRAGA, et al., 2002, p. 25)

Neste tópico se fará um exercício de análise do discurso a partir do Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana, escrito em fevereiro de 1900 e endereçado “ao venerado Presidente da República Brasileira, ao povo brasileiro e às praças do comércio de Manaus e do Pará”.

O Manifesto dos Chefes da Revolução foi assinado por dezesseis ricos seringalistas e homens de negócios da região. Vale lembrar que nenhuma das quase sessenta rubricas colhidas por José Carvalho, na ocasião da expulsão da delegação boliviana em maio de 1899, constam no referido *monumento*. Isso pode denotar que o documento não foi fruto de um consenso.

Ora, se não era consenso nem entre a elite gomífera, muito menos pode representar a opinião dos seringueiros. Os *chefes* falavam em nome da “soberana vontade popular” (BRAGA, 2002, p.20), mas nunca convocaram uma única assembléia de seringueiros para deliberarem sobre o teor das dezenas de decretos assinados por Galvez.

O Manifesto afirma que “os rebeldes acreanos, ao enfrentarem os prós e contras do seu patriótico movimento, conheciam minuciosamente os convênios realizados e os fatos pretéritos, contemporâneos do Brasil colonial e do Brasil Imperial”. Quem eram esses “rebeldes acreanos”? Todos os acreanos? Certamente que não, pois os seringueiros, infelizes analfabetos, isolados como estavam do mundo, não conheciam nem todas as regras do seringal direito, que dirá as discussões sobre convênios e fatos históricos do Brasil.

Em outro momento diz: “**Os insurretos** não estão dispostos a ceder um palmo do seu território” (idem, p. 25) [grifo nosso]. Ora, os “insurretos” desse discurso não

podiam ser qualquer *acreano*, mas somente aqueles que tinham propriedades a defender. Como se sabe, o seringueiro não era dono da terra onde morava.

Na página seguinte diz: “asseguram **os revolucionários do Acre** que toda a goma elástica baixará, logo que o Brasil dissimule as negociações diplomáticas incabíveis” (idem, p. 26) [grifo nosso]. Quem eram esses “revolucionários” do discurso? Os seringueiros não podiam ser, já que nada faziam sem a permissão dos patrões.

O grupo de Galvez queria mostrar para a opinião pública uma falsa unidade em torno de seu governo. É por isso que o Manifesto fala de “levantamento patriótico do **povo acreano**” (idem, p. 11) [grifo nosso]. O “povo acreano” foi um efeito de sentido forjado para convencer a opinião pública da existência de uma união entre os habitantes daquela região. Como diria Joel Silveira (apud ALENCAR, 2005, p.34): “No momento em que veio a valoração da borracha, surgiram também, como por encanto, os brios cívicos, as razões da pátria invadida”.

O Estado Independente nunca foi consenso, até por que se tratou de um projeto “partejado” (cf.: BARROS, 193, p. 39) com o apoio da elite seringalista da região do baixo Acre, deixando de fora vários *coronéis de barranco*. Desde os primeiros meses de seu governo, o espanhol teve que combater “energicamente todos os focos de agitação” (TOCANTINS, 2001, p.349).

Vários grupos se insurgiram: o liderado pelo coronel Neutel Maia, do seringal Empresa; o do Capitão Leite Barbosa, de Humaitá; e a da Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros; do Alto Acre. Além do mais, segundo Tocantins, “as pessoas de maior destaque [de Xapuri] não haviam aderido ao Estado Independente” (idem, p. 350). Isso sem dizer do Juruá, que nem sequer tomou conhecimento dos decretos expedidos por Galvez.

> De Xapuri, Galvez receberia ofício assinado por Manoel Odorico de Carvalho, auto-intitulado Prefeito de Segurança Pública **pela vontade soberana do povo**, comunicando que, no alto Acre, a população resolvia não aderir a essa revolução sem primeiro ouvir a decisão do governo brasileiro [...] Somava-se a este movimento dissidente do Alto Acre, um outro que, sob a denominação de Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros, procurava, de todas as formas, minar o governo provisório. No baixo Acre, para completar, havia, ainda, a propaganda anti-governo provisório, liderado por Neutel Maia do seringal Empresa e pelo Capitão Leite Barbosa, do seringal Humaitá, este último outrora ativo colaborador na administração Paravicini. (CALIXTO, 2003, p. 162) [grifo nosso].

O Manifesto tem início com o seguinte enunciado: “Os brasileiros livres nunca serão bolivianos. Independência ou morte! Viva o Estado Independente do Acre!”. Como se pode perceber, os ideais liberais claramente atravessam o enunciado. Façamos três perguntas ingênuas: Para quem seria a liberdade? De quem seria a independência? Para quem seria a morte?

Ora, “Independência ou morte!” foi o que dizem ter gritado D. Pedro I ao proclamar a independência do Brasil. Recitando esse enunciado, os “chefes da revolução” desejavam inscrever os acontecimentos dos quais eram protagonistas na memória discursiva da independência do Brasil. Queriam familiarizar seus feitos àqueles da independência do Brasil.

Os chefes da revolução definiram-na como “uma rebelião sagrada, que só visava à defesa da Pátria Brasileira” (BRAGA, 2002, p.17). No decorrer do texto, as palavras *pátria* e *patriotismo* aparecem cerca de vinte e sete vezes. E foi assim que a Revolução Acreana foi monumentalizada e é assim que a conhecemos até hoje.

A concepção de patriotismo que os revolucionários inscreveram no Manifesto é nitidamente liberal, ou seja, a do sentimento de pertencimento a um país. Eles diziam “advogar a causa do Brasil” (idem, p.20). Eles só queriam “defender a integridade da pátria” (idem, p. 14) e acrescentam: “tudo se fez por amor da pátria” (idem, p. 14). Diziam: “os acreanos querem ser brasileiros e não tolerarão que o Brasil os obrigue a reconhecer outra pátria!” (idem, p. 24). O patriotismo deles

> não podia admitir que o Brasil republicano abandonasse sem cerimônia a área mais produtiva da federação [...] prepararam aberta e francamente a revolução contra as prepotências da Bolívia, a fim de reentregarem (sic) a mãe pátria a pérola que ela queria soterrar (idem, p. 13).

Historicamente, no entanto, como já foi visto, esse tipo de sentimento ainda era muito raro no Brasil naquela época. Estava mais freqüente nos discursos políticos da elite do que no coração dos cidadãos *brasileiros*. Mas por que o Manifesto foi escrito? Tudo é explicado se levado em conta que o mesmo foi redigido em fevereiro de 1900, época em que o Estado Independente do Acre vivia a (des)ordem do retorno de Galvez ao governo.

Galvez havia sido deposto na virada do ano de 1899, pelo influente seringalista Souza Braga, dono dos seringais Benfica, Riozinho e Niterói. Ele havia ficado insatisfeito com a proibição da exportação da borracha, editada por Galvez como

represália às Casas Exportadoras de Manaus e Belém, que se negavam a reconhecer os atos fiscais do governo provisório, ou seja, a cobrança de 10% de imposto sobre a exportação da borracha.

Como “naquela terra, tudo girava em torno de interesses da produção e comercialização do látex” (CALIXTO, 2003, p. 167), muitos dos seringalistas que antes o defendiam, passaram a criticá-lo. Eles não aceitaram sacrificar seus negócios em prol de um *patriotismo* que transformaria as pélas de borracha em trincheiras.

Em 28 de dezembro de 1899, Souza Braga “apoiado por um pequeno grupo de descontentes” (AGUIAR, 2000, p. 88), é aclamado presidente do Estado Livre do Acre. O primeiro decreto expedido foi o banimento de Galvez; o segundo, o restabelecimento da ordem comercial, declarando livres os rios daquela região para o transporte da goma elástica.

Braga dizia que “entre o Governo de Paravicini e o de Galvez não há grande diferença, assemelha-se na forma e no fundo, deprimir o caráter nacional brasileiro e **arruinar a nossa fortuna**” (apud TOCANTINS, 2001, p. 389) [grifo nosso]. O interessante é que Souza Braga também fez uso do discurso patriótico para justificar essas ações e também intitulou o golpe como sendo um “movimento revolucionário”. (cf.: idem, p. 391).

Por essa mesma época, chegou a Puerto Alonso uma comitiva andina que vinha fazer valer os impostos bolivianos na região. O chefe da expedição, Ladislau Ibarra, logo que chegou, decretou estado de sítio, suspendendo todas as garantias constitucionais da população. O local viraria uma “torre de babel”. Ninguém sabia quem realmente mandava na região e a quem realmente pertenciam, de direito, os *patrióticos* impostos a serem pagos.

A situação se tornava cada vez mais delicada e, devido a isso, Souza Braga foi forçado a renunciar em prol do retorno de Galvez ao governo, ocorrido em 30 de janeiro de 1900. Araújo Lima (1998, p. 52) fala sobre o assunto: “irrisória a pérfida reparação. Ela só se consumava porque o usurpador sabia que, àquelas horas, uma flotilha brasileira, sob o comando do capitão-tenente Raimundo Ferreira, subia o Acre, com a missão de depor e prender o aventureiro atraiçoado”.

Para a surpresa de muitos, após o incidente, o seringalista Souza Braga passa a apoiar Galvez e dele recebe uma “importante comissão a ser exercida junto às praças de Manaus e Belém” (TOCANTINS, 2001, p. 399). Tudo estava muito confuso.

As principais autoridades do país e a opinião pública de modo geral estavam perplexas com as informações recebidas daquelas paragens.

Mal souberam do Estado Independente do Acre, já se escutava falar sobre a deposição de Galvez e da fundação do Estado Livre do Acre pelo seringalista Souza Braga. Quase concomitante a essas informações, espalhou-se a notícia de que Galvez havia retornado à presidência do Estado Independente do Acre, e desta feita, com o apoio de seu algoz, Souza Braga.

Os "chefes da revolução" temiam que a tumultuada conjuntura política do Estado Independente prejudicasse a liberação dos créditos vindos das Praças de Manaus e Belém, sem os quais todo o sistema de aviamento estaria fadado ao fracasso. E foi exatamente esse temor que motivou os "chefes da revolução" a escreverem o Manifesto no decorrer de fevereiro daquele ano.

Era preciso esclarecer aqueles acontecimentos, mostrar como ficou "garantidíssima a paz em todo o território" (BRAGA, et al., 2002, p. 16), enumerar o progresso ocorrido naquele lugar com advento do Estado Independente (cf.: Idem, p. 15), assegurar que toda goma elástica baixaria aos portos (cf.: idem, p. 26) e "demonstrar ao público as suas intenções patrióticas e humanitárias" (idem, p. 16).

> Peça notável, lida, em março de 1900, na capital do Pará, pelo Sr. Rodrigo de Carvalho, um dos chefes acreanos de maior vulto, diante de uma vasta assembléia que se reuniu no edifício da Associação Comercial [...] o manifesto acreano repercutira em todo o país, despertando as simpatias nacionais para o grande pleito. (COSTA, 2005, p. 123-124).

Foi por isso que afirmaram no Manifesto que "da revolução pretendemos unicamente a glória de trabalhar pela reivindicação dos seculares direitos brasileiros à região por nós arroteada e engrandecida. Nada mais, nada menos" (BRAGA, et al., 2002, p. 18), "nada pretendemos, provento algum alvejamos, posições de natureza alguma almejamos" (idem, p. 30).

Mas a história testou o fervor patriótico dos *revolucionários*. Mesmo longe do perigo do consórcio yanque e da bolivianização do Acre, as hostilidades não cessaram. Após a anexação do Acre ao Brasil pela assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), esperava-se que as coisas acalmassem, pois os *revolucionários* haviam conquistado aquilo pelo qual tanto diziam estar lutando – a nacionalidade brasileira. No entanto, agora, os brasileiros se voltam contra os próprios brasileiros e contra a própria pátria.

Finda a Questão do Acre, bem que os “chefes da revolução” podiam ter denunciado o sistema de aviamento como engrenagem imperialista anglo-yanque que sugava o ouro-negro da Amazônia. Afinal, o capital internacional foi quem abriu as “veias” acreanas. Também podiam ter combatido a situação miserável em que viviam e trabalhavam os seringueiros, ou, quem sabe, podiam ter iniciado uma campanha em prol da extração racional do látex.

No entanto, os “heróis” preferiram lutar entre si em busca de poder. Optaram em pugnar contra a Pátria, por ela insistir em cobrar impostos e nomear outros brasileiros, que não eles, para ocuparem os cargos públicos do recém criado Território do Acre. Para o seringueiro, nada mudou, a “revolução” faltou-lhe ao encontro, ele continuou “expatriado” e, o que é pior, “trabalhando para se escravizar” (CUNHA, 2000, p. 152).

Segundo Calixto (s/d, p. 129), “mesmo reconhecido oficialmente brasileiro, o Acre continuou área de disputa entre grupos econômicos e políticos [...] Na luta pela hegemonia econômica, grupos da classe dominante rivalizavam-se entre si, contradição típica do capitalismo”.

Isso pode ser explicado pelo fato de as preocupações patrióticas daqueles *heróis* estarem, na verdade, centradas no volume de negócios que naquela região se movimentava em torno do comércio da borracha. Afinal, era o *Aquiri* a “área mais produtiva da federação na atualidade” (BRAGA, et al., 2002, p.13), “a única zona próspera e feliz desta imensa República” (idem, p.27), “[...] a pérola que ela (a pátria) queria soterrar” (idem, p.13).

Chega a ser patético dizer que o migrante enfrentou o impaludismo, os índios selvagens, a natureza hostil, o isolamento social, a falta de infra-estrutura básica, a insalubridade, a falta de mulher, a ausência da família, a semi-escravidão, os assassinatos a sangue frio, a ausência do poder público, o exército boliviano etc., por idealismo patriótico.

No entanto, o objetivo dos migrantes eram outros menos nobres: queriam obter “rápidos lucros, de forma que em pouco tempo pudessem voltar a sua terra de origem em melhores condições de vida” (CALIXTO, 2003, p. 43). Tinham “a preocupação exclusiva de enriquecer e voltar; voltar quanto antes” (CUNHA, 2000, p. 168). Segundo Bastos (In: COSTA, 2005, p. 29), “Todo o Acre passou a ser um acampamento”, pois ninguém ia pra lá com planos de ficar muito tempo, já que “o nordestino não buscava a Canaã” (idem, p. 28).

> Só importava o bem presente, como as perspectivas imediatas de **lucro** certo, do dinheiro e do crédito fácil. A miragem da **riqueza** célere e a volta à terra de origem compunham o binômio psicológico do seringueiro, a idéia-força que o animava ao sacrifício na floresta (TOCANTINS, 2001, p. 255) [grifo nosso]. Porque as notícias diziam tratar-se duma terra sem dono. Portanto, desocupada e livre. Era só chegar e, estabelecer-se. Cair no "corte" como o garimpeiro na bateia. Depois recolher o látex e ouro. Depois **enriquecer** e voltar (BASTOS. In: COSTA, 2005, p. 29) [grifo nosso]. O seringueiro, diante de uma situação dura de vida e da exploração que o sugava, tinha uma obsessão: **voltar à terra natal** e livrar-se da exploração que fora submetido (SOUZA, 2002, p.86).

Além do mais, é pouco provável que houvesse algum apego à terra propriamente dita, pois a empresa gomífera sempre esteve desvinculada a ela. A prática mais comum era explorá-la até que a última seringueira desse o seu leite. Depois era abandonada e imediatamente troca por outra mais produtiva.

3.3 "IMITEMOS O EXEMPLO SEM PAR".

> Ah! Meus amigos, estão manchadas de **lodo e sangue** as páginas da história do Acre (CASTRO, Plácido. Apud LIMA, 1998, p.270) [grifo nosso]

Segundo Mircea Eliade (1992, p.7), as sociedades tradicionais se caracterizam pela "volta periódica ao começo das coisas". Le Goff (1992, p.215), por exemplo, diz que na Grécia Antiga, o retorno se fazia à *Idade de Ouro* "para as recordações da época heróica". A origem era onde se buscava os paradigmas, os modelos exemplares, os arquétipos. Acreditava-se que "o mesmo", o "igual a si" repousava nela em seu estado de pureza.

É típica das sociedades tradicionais a veneração ao passado (HALL, 1994). Édouard Glissant (2005) chama de *atávica* a comunidade que se baseia na idéia de gênese, ou seja, na existência de um elo contínuo entre o presente e o passado original. Para esse autor, toda comunidade atávica tem início com o que ele chama de *grito poético*, "cuja função é reunir a morada, o lugar e a natureza da comunidade; e essa mesma função exclui da comunidade aquilo que ela não é" (idem, p.44). É o épico que a comunidade "grita" quando "ainda não está segura de sua identidade", quando ainda está à procura de "afirmação" (idem, p.44). E é esse grito que ela faz ecoar toda vez que ela se sente "ameaçada".

Pode-se dizer que a comunidade acreana guarda alguma semelhança com essas sociedades tradicionais, pois o vínculo que ela mantém com a *fundação* é constante através dos retornos que os governos locais promovem por meio de comemorações, festas cívicas etc. A fundação "é o instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo" (CHAUI, 2004, p. 9).

No Acre também houve uma espécie de *grito poético,* embora não épico como em Glissant (2005). As primeiras manifestações literárias locais foram fundamentais para o estabelecimento ou "afirmação" da identidade pautada nos paradigmas de patriotismo e heroísmo. O acreano toma consciência de seus caracteres quando contempla sua imagem refletida nas escritas historiográficas e literárias.

Para a professora Laélia Rodrigues (SILVA, 1996, p. 90), a concepção heróica do povo acreano tem início com o hino escrito em outubro de 1903, no seringal Capatará, pelo então médico do exército acreano Francisco Mangabeira. O referido hino é considerado o "poema inaugural" da temática "conquista" na literatura acreana (idem, 2002, p.30), pois é o "primeiro poema, cujo tema é a Revolução Acreana" (idem, 1996, p. 90).

Acreditamos que esse poema, que anos mais tarde seria consagrado como Hino Acreano, foi quem consagrou a imagem do acreano como herói, mas que o *discurso heróico* em si já estava em plena circulação por aquelas plagas. Logo abaixo, alguns versos do referido:

> Invencível e grandes na guerra/ Imitemos o exemplo sem par [...] Fulge um astro na nossa bandeira/ Que foi tinto no sangue **de heróis** [...] Possuímos um bem conquistado/ Nobremente com armas na mão/ Si o ofenderem, de cada soldado/ Surgirá de repente um leão/ Liberdade é o querido tesouro [...] (<http://www.ac.gov.br/hino_acreano.htm> acessado em 21/01/08) [grifo nosso].

A professora Laélia Silva (1996, p. 90) diz que o poema de Mangabeira foi "a primeira tentativa de representação literária para dizer o que pode ser o território e seu povo". Uma espécie de *grito poético* que faz conhecida a "consciência excludente" (GLISSANT, 2005, p.43) de um grupo social que, ao mesmo tempo em que consagra a imagem desejada para a comunidade, dela faz sumir o que se repugna.

A função do ethos é justamente a de fundar uma imagem positiva do sujeito pelo discurso e impô-la aos outros como se fosse uma qualidade natural. Através do discurso patriótico e heróico, os *revolucionários* apresentam-se à *mãe gentil* como

filhos exemplares a espera de recompensas. Curiosamente o acreano do poema de Mangabeira, que no momento já voltava “triunfante da luta”, tinha a expectativa de vislumbrar no cimo da divina montanha o arrebol do porvir.

Os promotores da revolução acreana, ao formatarem uma imagem desejada do acreano, estavam, na verdade, formatando uma imagem desejada de si, já que os seringueiros eram tidos como “conformados” (TOCANTINS, 2001, p.199), “ordeiros”, e de “pacatez extrema” (CASTRO, 2002, p.189).

O discurso heróico não foi produzido para elogiar o *povo acreano*, mas para regrar o olhar do povo em relação aos seus líderes e, de modo geral, o da opinião pública nacional em relação ao *acreano.* Para o Brasil, o *povo* se mostrava patriótico e heróico a fim de obter a autonomia e a elevação do Acre à categoria de Estado. Para o *povo* acreano, a elite se mostrava heróica e patriótica, a fim de obter obediência e respeito.

Figura 12 – (Placa localizada no monumento em frente ao Palácio do Governo do Estado do Acre).

Desde a Grécia Antiga o heroísmo era um atributo do vencedor. Na mitologia grega, o heroísmo era uma qualidade dos guerreiros vitoriosos. Essa perspectiva bélica de herói permeia até hoje o imaginário da civilização ocidental. Foram nas guerras que os *civilizados* puderam identificar os seus mais ilustres heróis, que, por mera coincidência, eram os que maior poder tinham para matar. Matar o *outro* é a marca do herói ocidental, pois toda guerra pressupõe a idéia de inimigo.

Na mitologia grega, o herói era filho de um humano com um deus, portanto, era um semideus que herdava poderes extraordinários dos deuses e a mortalidade dos homens. Aos heróis, a mitologia atribui feitos grandiosos, impossíveis de serem realizado por homens comuns. Tais feitos, geralmente são acompanhados de muito

sangue, mas a violência se torna plenamente aceitável devido às motivações nobres e altruístas dos heróis.

Essa é forma que os ocidentais justificam as guerras: elas sempre são feitas "nobremente, com armas na mão", já diria Mangabeira. Muito sangue é derramado, mas essa macabra tarefa é feita com "dignidade". O herói quase sempre é ou o chefe militar ou o político mentor da guerra. Através da morte do inimigo, o herói diz salvar toda uma coletividade.

No mundo capitalista, a maioria das guerras é produzida em defesa do capital. Mas as causas materiais, intimamente ligadas aos grupos sócio-econômicos e, em geral, ao egoísmo humano são beatificadas. A história, escrita oficial da elite econômica, resume todas as motivações em jogo na quimera do idealismo, altruísta de regra. É por isso que é dito: "na guerra, os mais mesquinhos apetites humanos são expostos à consagração da história" (MICELI, 1994, p.78).

Toda guerra é fruto da barbárie humana. Nenhum herói de fato pode emergir dela. Todos que nela participam estão manchados com sangue alheio e no estado de direito ao qual nos encontramos hoje não convém esse tipo de heroísmo.

Herói não é aquele que mata, pois não há nenhuma nobreza nisso. Ele deveria ser aquele que salva. A bravura deveria estar nos gestos de compaixão e não nos de tortura. No amor e não no ódio, na vida e não na morte, no altruísmo e não na xenofobia, no carinho e não na violência. Não existe heroísmo nenhum na guerra, assim como não existem vencedores. Na guerra todos perdem, todos se tornam estúpidos, insanos e *bárbaros*, pois nela impera a violência e esta não deve ser reverenciada por ninguém.

A história da *revolução acreana* segue a ordem do discurso grego. Funda o herói em meio ao "sangue" e ao "lodo". Matava-se boliviano por patriotismo? Promovia o genocídio indígena por amor ao Brasil? A resposta mais provável é que eles cometeram tais torpezas por ambição: "as populações extasiadas de ambição, defendiam seu patrimônio" (MEIRA, 1974, p.48), "todos lutavam em defesa dos seringais" (idem, p.47).

> Tudo girava em torno deste esquema: a Bolívia queria auferir renda que de direito lhe pertencia, e o Amazonas, prejudicado na sua arrecadação fiscal, opunha-se, nos bastidores, ao funcionamento da aduana de Puerto Alonso, contando com a adesão dos seringueiros locais e do comércio de Belém e Manaus. **Um complexo de interesses econômicos** derivados da situação de fato do povoamento brasileiro no Acre, que se mobilizavam contra a

> mudança de um estado de coisas favoráveis à riqueza política e ao bem individual (TOCANTINS, 2001 p. 247) [grifo nosso]. A perda do Acre será, para o Tesouro amazonense, a supressão de vultosas rendas provenientes dos impostos sobre a borracha, bem como dos polpudos impostos que derivam do avolumado movimento da praça de Manaus, onde negociam as firmas abastecedoras dos seringais. Será, enfim, o encerramento de uma fase de áureas larguezas e de alto estalão de vida mundana (LIMA, 1998, p. 49).

Como já foi falado, o heroísmo é um privilégio do vencedor. Para quem perde a ação heróica não é vista da mesma forma. Para a natureza, por exemplo, a bravura do migrante que adentrou as matas amazônicas pode ser vista como uma ação predatória. Para os bolivianos, a ação heróica dos acreanos não passou de pilhagem. Além do mais, os andinos sempre estiveram ali numericamente em minoria. E se em algumas ocasiões os *acreanos* não foram maioria nas trincheiras, foi por causa da insensibilidade de boa parte dos seringalistas, que se fizeram indiferente à questão.

Os andinos sabiam que, caso houvesse a menor centelha de resistência, o apoderamento daquelas terras seria impossível. Não tinham força militar suficiente. O país estava arrasado. Havia recentemente saído de uma guerra contra o Chile (1879-1882) na qual perdeu todo seu litoral. Durante os anos de 1876 a 1879, o país sofreu uma de suas maiores secas, ficando “completamente sem alimentos” (CHIAVENATO, 1981, p. 42).

Entre os anos 1871 e 1895, a economia boliviana enfraqueceu ainda mais com a queda dos preços da prata, que era um dos seus principais produtos de exportação. “Toda essa calamidade foi precedida por um terremoto em 1877, seguido de uma peste, provocando milhares de vítimas” (idem, p. 42). O exército boliviano, “um amontoado de famintos, salvos entre os que escapavam da peste” (idem, p. 46) tinha que percorrer “uma caminhada de mais de 2 mil Km pela selva” (CHIAVENATO, 1981, p.191) até chegar ao *Acre*.

Mesmo diante de tudo que se falou, o heroísmo e patriotismo dos *primeiros acreanos* são uma conste na historiografia e literatura acreana. A questão, então, é saber quais saberes foram interditados para que esses discursos fossem inscritos na ordem do discurso? A epígrafe no início desse texto já aponta um caminho, debrucemo-nos nele, pois “o silêncio é a própria condição da produção do sentido”, já dizia Orlandi (1992, p.70).

3.3.1 “Sangue”.

> O total de leite de seringa defumado e do caucho retirado, na região acreana, corresponde à mesma quantidade de sangue derramado dos corpos dos índios assassinados durante os primeiros tempos dos seringais (SOUZA, 2002, p.23)

Já foi falado que as sociedades tradicionais acreditam na lei do eterno retorno, que é uma compulsão pela repetição da origem. Durante esse ritual de retorno acreditam estar voltando à Era de Ouro ou ao momento fantástico em que os arquétipos se mostram em sua mais límpida transparência. Toda essa operação tem como objetivo o fortalecimento do “eu” no presente.

Mas o retorno que se faz não é ao fato histórico em si, mas à representação produzida pelos textos que agiram no universo discursivo da época para nomear a comunidade nascente. O retorno que se faz não cessa de modificar o próprio discurso (FOUCAULT, 2006, p. 285), que se faz outro toda vez que o seu vazio é assaltado.

O fato de o discurso fundador representar a origem como sendo a Idade dos Heróis não significa que realmente essa fase tenha sido assim, tão maravilhosa. O discurso fundador não tem compromisso com a verdade. Ele constrói um ethos que é a expressão do desejo identitário do grupo social hegemônico que o gerou e o fez circular. É por isso que o sentido produzido pelo discurso fundador é, por excelência, o mais envolto de silêncios.

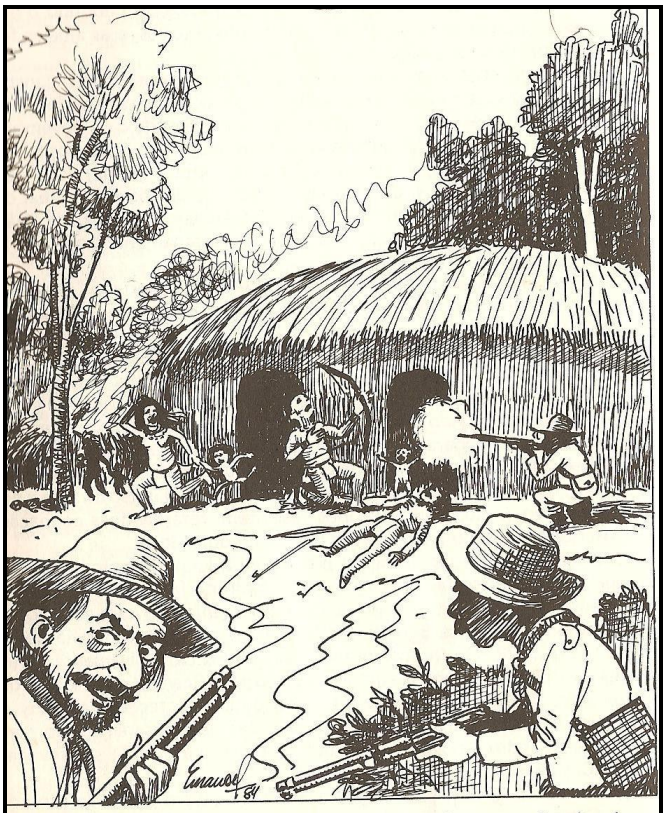
Em relação à comunidade acreana, comemoram-se ou lembram-se com alegria os momentos primeiros porque tais momentos foram valorados como gloriosos. Não é bom esquecer que o heroísmo é um privilegiado discurso do vencedor, portanto, os festejos são sempre uma exaltação da elite.

Não se brinda a barbárie da guerra ou o sistema sócio-econômico brutal que ela consolidou, mas o triunfo da elite que se dizia representar o povo. Afinal, a Questão Acreana foi uma causa criada no seio da elite gomífera. Para o seringueiro, pouco importava ser semi-escravo de um país ou de outro. A revolução foi a sagração da economia extrativista da borracha.

Todos sabem que sem a borracha o *Acre* dificilmente teria se tornado o alvo da saga nordestina. O *Acre* é uma função do processo de expansão capitalista na Amazônia, que integrou toda a região amazônica ao mercado econômico internacional. Durante todo esse processo, o que imperou sobre aquela região foi o caos dos múltiplos interesses econômicos. E quando o retorno à origem é proposto o

regresso, na verdade, deveria ser feito a esse caos e a todas as conseqüências advindas dele.

A origem que a história consagra para a comunidade acreana é contemporânea a esse caos, mas ela aparece de forma “encantada”, independente dele. Como se os *revolucionários* estivessem intactos “a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano” (CUNHA, 2000, p.152). Como se eles não fizessem parte dessa “organização” que produziu o extermínio de milhares de nativos. Como se o tempo glorioso do qual tanto fala historiografia não fosse o mesmo daquele em que a lei do rifle era que imperava.



As Correrias. *Expedições de regionais organizadas com o intuito de expulsar os nativos de suas terras ou para fins punitivos.*

Figura -13 (in: CALIXTO, et al., s/d, p. 10).

O “sangue” é um dos silêncios constitutivos da gênese da comunidade acreana, configurando, assim, toda uma rede. Quando os migrantes aqui chegaram as terras não estavam desabitadas. Durante o início da segunda metade do século XIX, estima-se que 150 mil nativos habitavam a região acreana, divididos em 50 povos indígenas (CALIXTO, et al., s/d, p. 16; SOUZA, 2002, p.28).

> Grande parte foi morta quando das *correrias* promovidas por seringalistas [...] Aconteceu um extermínio, um genocídio, contra os povos indígenas do Acre" (SOUZA, 2002, p. 28). Os nordestinos que vieram para o Acre em busca de borracha, abriram seus seringais naquela região à custa de muitas balas, matando e massacrando povos indígenas que ali habitavam [...] muitos índios que lutaram contra as invasões de suas terras por seringalistas foram mortos nos ataques armados realizados por seringueiros a mando de seus patrões [...] **os assassinos** chegavam e matavam todos os homens da aldeia. Muitas vezes nem crianças e mulheres escapavam. Eram mortos a balas e facadas [...] os índios foram também obrigados a sair de suas terras para que os nordestinos abrissem seus seringais (idem, p. 31).

Sabe-se que o genocídio não foi a única causa do *desaparecimento* de milhares de nativos na região, mas tudo indica que tenha sido a principal. A história oficial preferiu dizer que as terras *acreanas* eram "sem história" ou como "um deserto ocidental", do que narrar todo o processo macabro. Foi mais fácil negar a presença indígena do que explicar o seu *sumiço*. Vejamos como Abguar Bastos (In: COSTA, 2005, p. 33) explica a questão:

> Os civilizados entraram a tomar os caminhos dos índios, no rumo das estradas gomeiras. Os mansos ficavam a serviço do invasor. Os rebeldes transpunham outros rios e afundavam-se em florestas inacessíveis. Pareciam ter um conceito mais apurado de liberdade que os índios caucheiros da Bolívia e do Peru. Todas as tribos que abandonaram o regime florestal extrativo, e o de caça e pesca, trocando-os pelo de plantação como norma de acesso a um plano mais civilizado, entraram em decadência ou desapareceram.

De acordo com Bastos, não houve genocídio, os nativos "desapareceram" por conta própria, pois almejaram "um plano mais civilizado" e não tiveram condições de "assimilar tantas novidades" (idem, p.43). Ele explica que "todos os que conseguiram isolar-se sobreviveram até hoje" (idem, p. 44).

O indígena não entra na genealogia do acreano, muito menos na história como os legítimos donos das terras. Ele simplesmente some. Reaparece no início do século XXI, nos discursos de políticos locais e na voz oficial do governo do Estado, de mãos dadas com seus algozes. Há um pouco mais de cem anos do início do massacre, o indígena é inscrito no discurso oficial como parceiro do seringueiro e do seringalista, como se junto a eles, harmoniosamente, tivesse lutado pelo Acre que o destruiu.

Figura – 14 (Placa localizada logo na entrada do Museu da Borracha – Rio Branco/Ac).

O discurso materializado na placa acima funciona como uma síntese de tudo o que já se falou até agora sobre o discurso fundador do Acre. Se não vejamos: a) consagra a existência do "povo"; b) mostra que o "povo" só é capaz de fazer algo por meio da liderança do "herói", no caso Plácido de Castro; c) a "conquista" foi positiva, pois foi "gloriosa" e, por isso, "enriqueceu" a história recente do país; d) o Acre (no caso o Estado) tem na "bravura" o sentimento original constituinte; e) e, para finalizar, reforça o discurso liberal que fundou essa discursividade: "O **povo** fez a Revolução Acreana"

Mas esse discurso fundador posto em circulação durante as comemorações oficiais do centenário da revolução acreana pelo governo do Estado tem suas especificidades que somente poderão ser plenamente analisadas em um trabalho dissertativo mais exaustivo. Por hora, a intenção foi mostrar a movência de sentido que o discurso é capaz de operar quando se retorna ao vazio das origens.

A memória da gênese do Acre foi estabilizada pelo discurso fundador materializado nos livros de história. Apesar da contribuição da literatura na formação do imaginário local, foi a História quem deu cientificidade a essa narrativa "fantástica". Pois quem matou o índio não foi o *revolucionário*, mas o migrante anônimo que ninguém sabe quem foi, pois nunca deve ter existido.

O momento em que o discurso fundador fixa a origem da comunidade acreana é contemporâneo ao "sangue" indígena derramado pelos migrantes nordestinos, talvez os mesmos que pegaram em armas para defenderem a pátria. "A violência do contato dos imigrantes com os nativos levou quase ao extermínio os grupos indígenas dos Vales do Juruá, Purus e Acre" (SILVA, 1996, p. 27). Como disse Euclides da Cunha (2000, p. 160): "a civilização, barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barbárie encontrada" (CUNHA, p.160).

> Milhares de nordestinos, principalmente cearenses, foram encaminhados a regiões insalubres dos Vales do Juruá, Purus e Acre que, para garantir a exploração do látex, mataram em *correrias* os índios e expulsaram os que conseguiram fugir e sobreviver aos massacres, aos confrontos desiguais de arco e flecha contra rifles de repetição de milhares de bala, para outras regiões mais distantes e mais inóspitas" (SILVA, 1996, p. 27). As tribos que habitavam as bacias do Juruá e Purus são violentamente escorraçadas de seu território. A violência perpetrada pelos bandos extratores ao se projetarem sobre os territórios, habitados pelas comunidades nativas, foi responsável pela sua rápida despopulação e extermínio. Durante este período foram organizadas inúmeras expedições punitivas, denominadas *correrias*, que contribuíram com a dispersão e o aniquilamento das tribos (CALIXTO, et all, s/d, p. 18).

O vermelho do sangue também pode representar a violência reinante no seringal, onde toda sorte de arbitrariedade era cometida pelo patrão a fim de impor a sua ordem. Ali a unidade patriótica era forjada à bala, pois a tensão era constante entre os *patriotas*: brasileiro versus brasileiro, patrão contra empregado, seringalista x seringueiro. A corda sempre quebrava no lado mais fraco. Labre (apud COSTA, F. 2005, p. 77) afirma: "são cousas sabidas e passadas à vista: há muito espancamento, ferimentos e tentativas de morte".

A violência não foi somente entre os homens, mas entre eles e a natureza, que sofreu a ação predatória dos civilizados (LIMA, 1981, p. 80). A extração do látex era feita com uma *machadinha* que de tão fundo que cortava a árvore deixava-a inutilizada, forçando o explorador ir à procura de outras zonas de produção.

> Essa população (nordestinos), **movida pelos interesses econômicos** ligados à extração do látex, **devassa a floresta** tropical brasileira, incorpora um território de quase 200 mil KM^2 retirado da Bolívia, **extermina parte da população indígena**. (CARDOSO, 1977, p. 25) [grifos nossos].

A natureza dava o contra-ataque fazendo tombar pelas doenças mais de 100.000 migrantes (BASTOS. In: COSTA, 2005, p. 29). Vale lembrar a impressão que um espião boliviano (apud CASTRO, 2002, p. 160) teve do *Acre*: "Todo o Acre é um cemitério, e não conheço um só dos povoadores antigos que ainda conserve a saúde".

Não se quer com tudo isso dizer que o migrante era a maldade em pessoa, mas mostrar que a escrita da história poderia ter sido outra que não a do vencedor. A pretensão foi mostrar que o discurso tem o poder de sacralizar como o de profanar. Não nos interessa o que de fato aconteceu, pois tanta coisa pode ter

acontecido que a história viraria uma ficção. A verdade é sempre uma reta em direção ao poder.

3.3.2 “Lodo”.

Do heróico ao ridículo não há mais do que um passo
(Simón Bolívar)

Infeliz o povo que precisa de heróis
(Bertolt Brecht)

As sociedades tradicionais constantemente promovem o retorno à origem por considerá-la a matriz da grandiosidade do povo. Volta-se a ela como que para garantir que a potência nela alojada se transforme em ato no presente, cumprindo, assim, o fim teleológico previsto: o perpétuo estado apoteótico.

Sendo assim, o futuro da comunidade depende da nobreza da origem que ela teve. O heroísmo e o patriotismo poderiam dar à comunidade acreana essa tão imaginada genealogia ditosa, caso tal genealogia não simulasse o “sangue” e o “lodo” primordial. Já falamos sobre o teor do *sangue*, agora analisemos o “lodo”, que é símbolo da corrupção dos arquétipos acreanos.

Quando se fala nos *heróis revolucionários* ou nos *primeiros acreanos,* a historiografia local isenta-os não só da participação do genocídio indígena, mas também da “imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano” (CUNHA, 2000, p. 152).

O discurso oficial não diz: acreano explorando acreano, ou, *patriota* fuzilando *patriota* em defesa do capital ou de interesses políticos. A imagem desses migrantes rudes que pouca solidariedade guardava entre si e cujas relações humanas eram modeladas a fio da espada ou sob o fogo da espingarda foi interditada pela ordem do discurso.

O seringalista que tortura o seringueiro fazendo-o um eterno escravo não vira padrão identitário, apesar de ser a figura mais eminente da sociedade local. A contradição fica evidente quando se sabe que os Chefes da Revolução eram quase todos grandes seringalistas.

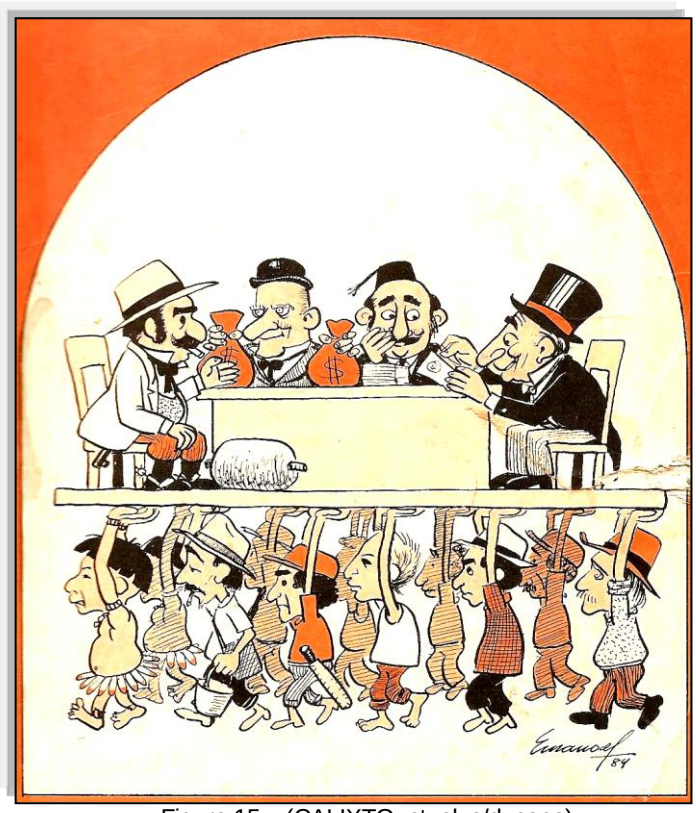


Figura 15 – (CALIXTO, et. al, s/d, capa).

O seringueiro que praticava zoofilia (TOCANTINS, 2001, p. 199) e que matava índio também não serve como arquétipo, embora essas práticas fossem corriqueiras naquela época. Então, que acreano é esse do discurso que se portou heróica e patrioticamente no *último oeste?* Esse acreano é tão abstrato quanto aqueles sobre os quais falamos anteriormente.

Certa ocasião Michel Foucault (2005, p. 20) fez a seguinte réplica: “não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”. Toda e qualquer representação do “eu” é provisória e momentânea. O sujeito abriga uma pluralidade de “eus” que o faz ser sempre outro toda vez que é deslocado de uma posição enunciativa. É uma violência simbólica nomeá-lo como herói, como se toda vez ele fosse realizar atos heróicos. É errado nomeá-lo sanguinário como se toda vez ele fosse agir como tal.

Voltamos a repetir que a intenção dessa “reviravolta de saber” (FOUCAULT, 1999, p. 11) não é traçar uma marca negativa para os migrantes nordestinos, o propósito é exatamente o contrário: é dissipar todas as marcas de nascença. Ao mostrar que “isso” também pode ter sido “aquilo” se não fossem as redes de poderes que atravessam o discurso, queremos reafirmar que toda unidade de sentido é uma construção discursiva que acontece na história. Todo saber arquivado encobre uma

insurreição de “saberes sujeitados” ou “desqualificados” que a crítica pode fazer reaparecer por meio da erudição (FOUCAULT, 1999, p. 11).

José Carvalho (2002, p.18) retratou toda a corrupção reinante no aparelho público na comarca Floriano Peixoto, região que abarcava parte das terras que formaria o território acreano. Mas tais práticas a história não fixa na genealogia do Acre. Dizia ele “a grande receita do município, orçada sempre em 600 contos de Réis anuais, desaparecia como por encanto, sem que no lugar ficasse realizado o menor melhoramento” (idem).

A corrupção dos prefeitos departamentais do território do Acre após a primeira organização política da região ocorrida em 1904 é gritante. “A população assistia bestializada à encenação do domínio federal, submetida a baionetas que esteavam o despotismo prefeitural” (COSTA, 2005, p. 234). Genesco Castro acusou o prefeito do Departamento do Alto Acre, Sr. Galbino Besouro, como mentor do assassinato de Plácido de Castro. “Se verdadeiras as acusações, temos aí os indícios de um Estado acreano bancando a violência estatal na região já em seus primórdios” (SOUZA, 2002, p. 159). Todas essas arbitrariedades também não constam na genealogia acreana.

Não se diz que Galvez foi pago para liderar a *Revolução*, muito menos das suspeitas de Plácido de Castro ter sido igualmente contratado para o intento (MARTINELLO, 2003, p. 231).

> Não se conhecem as razões, mas é possível presumir, desconfiar. Poucos historiadores, ortodoxos ou não, fazem referências sobre a lenda da *Ilha de Marapatá* e o que nela supostamente acontecia. Seria uma forma de encobrir e absolver o sistema perverso e cruel da colonização da Amazônia? Talvez, a julgar pela galeria dos *heróis* celebrados em suas obras, que passaram por ela e se tornaram nomes de ruas e prédios públicos no Amazonas e no Acre. Por coincidência, são ao mesmo tempo, os *heróis* da civilização do látex e os *vilões* desse regime de exploração [...] *não existe pecado do lado de baixo do equador* e alguém emendaria que *tudo pode abaixo da Linha Cunha Gomes* (MARTINELLO, 2003, p.25, 26).

O patriotismo e o heroísmo do discurso oficial desqualificam qualquer discurso que macule a imagem dos primeiros acreanos. Não se avalia a possibilidade da *origem* do Acre estar associada ao roubo de terras bolivianas (idem, p.249). Como diz Maria Vieira (1989, p.27): “Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido”.

Enfim, a bela origem apoteótica da comunidade acreana prefigurada nos discursos literários e históricos está longe de ser realidade. Durante todo o período conhecido como primeiro ciclo da borracha, o Acre foi marcado pela violência e pela corrupção. No entanto, tais fatos não macularam a identidade da comunidade devido a um efeito de sentido que, fantasmagoricamente, silenciou-os em benefício do heroísmo e do patriotismo. É desse silêncio constitutivo que o discurso fundador do Acre ganha força.

CONSIDERAÇÔES FINAIS

A idéia de um passado original glorioso permeia o imaginário social da comunidade local. Até hoje é comum encontrar defensores do patriotismo e heroísmo dos primeiros acreanos. Mas, como foi constatado ao longo dessa dissertação, o abundante emprego desses vocábulos nos discursos que inauguraram o Acre não assegura que os exploradores de borracha tenham, de fato, praticado atos heróicos ou patrióticos.

Foi visto também que é impossível localizar a origem do discurso que inaugurou a comunidade acreana. Mas que, através das condições de produção, podemos analisar a discursividade que fundou a representação *beatificada* do Acre.

O discurso fundador foi mostrado como uma categoria de análise útil para provar que o começo da comunidade acreana é puramente convencional e que a valoração positiva de sua fundação tem uma história. Já a Análise do Discurso como um todo foi indispensável para "esfumaçar" qualquer idéia de origem, quer seja do discurso quer seja do sentido.

Ao final dessa dissertação podemos dizer que o debate sobre o discurso fundador do Acre está apenas começando. Há um longo caminho a percorrer para que essa categoria de análise se consolide nos estudos historiográficos e lingüísticos locais. Ficará para um trabalho posterior mais exaustivo o estudo tanto do discurso fundador do Acre enquanto território brasileiro, quanto daqueles que instauraram o Cel. Plácido de Castro como ícone do patriotismo e heroísmo acreano.

Quanto ao heroísmo e ao patriotismo, tão marcantes no discurso fundador do Acre, não foi pretensão nossa estabelecer verdades. Pelo contrário, a hipótese que atravessa todo esse texto é a de que o discurso é uma errância, já que suas verdades dependem das condições de produção, circulação e recepção em que ele emergiu.

Dizer que os nordestinos e demais tipos humanos que exploravam a parte ocidental amazônica em fins do século XIX se tornaram acreanos após a revolução acreana é risível com os conhecimentos que se têm hoje. A identidade não é produzida de um dia para o outro, muito menos penetra na genética humana de modo a ser transmitida hereditariamente. Ela, como aponta a Análise do Discurso, é construída e mantida discursivamente por meio de uma acirrada relação de poder.

A quem interessa o discurso fundador do Acre? A pergunta é facilmente respondida, basta identificar quem mais se preocupou em fazê-lo circular na sociedade: o Estado. Ele tem muito a ganhar com isso por fatores externos e internos. Externamente, uma vez dizendo que o acreano foi o único que lutou para ser brasileiro é o mesmo que pedir ao Governo Federal investimentos diferenciados na terra dos genuínos patriotas. Internamente, porque o heroísmo foi desde o início um instrumento de legitimação dos grupos políticos hegemônicos. Todos querem ser herdeiros dos revolucionários, todos dizem continuar os seus ideais.

Os antepassados dessa comunidade são considerados arquétipos para gerações futuras. Mas as gerações futuras não podem reverenciar heróis cujos nomes foram interditados pela história. O anonimato não é a melhor característica daqueles que se fizeram conhecidos por seus feitos grandiosos. Por isso, todo o heroísmo dos *primeiros acreanos* tem um ícone: o Cel. Plácido de Castro, e é ele que se deve "dar a conhecer a todos os brasileiros" (VIANA, Tião. In: CASTRO, 2002, p. 11), como protótipos da brasilidade acreana.

Miceli (1994) diz que numa sociedade de covardes, a evocação ao heroísmo se torna uma necessidade social. Kothe (1985, p. 72) chega à conclusão parecida quando explica que: "quanto mais fracos os homens numa sociedade, tanto mais eles precisam de super-heróis. E tanto mais super-heróis eles recebem para se manterem fracos". E isso não deve servir de espanto, pois, como se sabe, a retórica da identidade é sempre mais proferida naqueles povos em que a união é mais frágil.

Um questionamento se faz pertinente: "E ao passar 6 de Agosto o que devemos fazer do lábaro acreano que synthetisa o amor pátrio e o heroísmo – perguntamos aos Poderes da Nação: Cobri-lo de louros ou de crepe?" (Jornal Acre, Primeiro Lustro. Xapuri – AC, 06 ago. 1907. ANO I. N.º 4. In: MENDES, 1984).

Ao findar essa dissertação, desejamos que o estudo discursivo da escrita historiográfica acreana se torne mais fecundo. Infelizmente a Analise do Discurso ainda é pouco trabalhada entre os historiadores, cientistas sócias e lingüistas locais. Ela ainda não conquistou um espaço definitivo na grade curricular dos cursos de Letras em nosso Estado.

Esperamos que este trabalho sirva de motivação acadêmica para futuros pesquisas e, se ao final dessas linhas, o leitor sentir o desejo de ir mais adiante nos estudos da Análise do Discurso, um dos objetivos desse trabalho terá sido cumprido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Wilson. **Estado Independente do Acre: Governo Provisório Luis Galvez de Arias.** Rio Branco: PMRB, FMC/Ac, 2000.

ALENCAR, Fontes de**. História de uma polêmica: Rio Branco, Rui Barbosa e Gumersindo Bessa**. Brasília: Thesaurus, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo.** Trad. Catarina Mira. Edições 70, Lisboa, 2005.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** 9. ed. Tradução: Rita Boungermino e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1993.

_____. **Crítica e Verdade**. Trad. Ceyla Perrone-Moisés. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BARROS, Diana L. P (org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso**. São Paulo: Editora da USP; FAPESP, 2000.

BARROS, Glimedes Rego. **Nos Confins do Extremo Oeste: a presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, Vol. I.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio De Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Maria Helena. **Introdução a análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

BRAGA, Antonio de Souza. et al. **A questão do Acre: Manifesto dos chefes da revolução acreana ao venerado presidente da república brasileira, ao povo**

brasileiro e às praças de comércio de Manaus e do Pará. Rio Branco: FEM, 2002.

BENJAMIN, Azcui. **Resumen Histórico de las campañas del Acre (1899-1903).** Intendência de Guerra: La Paz, 1925.

CABRAL, Francisco Pinto. **Plácido de Castro e o Acre Brasileiro**. Brasília: Theraurus, 1986.

CAFIEIRO, Carlo. **O Capital: Uma Leitura Popular.** 6. ed. Trad. Mario Curvello. São Paulo: Editora Polis, 1900.

CALIXTO, Valdir. et all. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre, s/d.

_____. **Plácido de Castro e a Construção da ordem no Aquiri: contribuição à história das idéias políticas.** Rio Branco: FEM, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (et al.) São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHIAVENATTO, Julio. **Genocídio Americano: a guerra do Paraguai**. 17º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARPES, Maria Cristina. **Freud e a construção do discurso fundador da psicanálise**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2005. (dissertação de mestrado).

CARVALHO, José. **A primeira insurreição acreana**. Rio Branco: FEM, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Genesco. **O Estado Independente do Acre**: **excerptos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CEIA, Carlos. **Dicionário de Termos Literários**. 2005. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/estruturalismo.htm> Acesso em 05 de janeiro de 2007.

CENTRO DE DESENVOLVOMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA UFMG. **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte, 1979.

COELHO, Olga Valeska Soares. **In(de)cisão entre dois mundos: um estudo sobre o projeto de nação em O Guarani de José de Alencar**. UFMG/Unileste-MG, 2005. Disponível em <www.letras.ufmg.br/poslit> acessado em janeiro de 2008.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre.** Brasília: Senado Federal, 2005.

COSTA, Francisco Pereira. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal (1904/1918)**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

COURTINE, Kean-Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública**. Tradução: Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: ClaraLuz, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant'Ana. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Dicionário de Sociologia. Editora Globo, Porto Alegre, 1974.

DUARTE, P. **Introdução à semântica**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2003.

FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.

FERNANDES, Cleudemar A. SANTOS, João B. C. (Orgs.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão.** São Paulo: EntreMeios, 2004.

_____. **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **Plácido de Castro o Colosso do Acre**. Santa Maria: Pallotti, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Sampaio. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **O que é um autor?** In: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 16º ed. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collègede France (1975-1976).** Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOYCOCHEA, Castilhos. **O espírito militar na questão acreana — Plácido de Castro**. Comissão Nacional do Centenário de Plácido de Castro. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1973.

GREGOLIN, M (Org.). **Filigranas do discurso: as vozes da história**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. (et al.). **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara: UNESP FCL, Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GREGOLIN, M. BARONAS, Roberto (org.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido.** 2. ed. São Carlos, S.P: Editora ClaraLuz, 2003.

GREGOLIN, M. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

_____. **Michel Pêcheux e a História Epistemológica da Lingüística** (p. 99-111). In: Revista Estudos da Linguagem. n 01. Junho/2005.

_____. **Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos**. In:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Célia Paoli. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Siene Campos. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Era dos Impérios (1875-1914).** Trad. Sieni Campos e Yolanda Toledo. 8. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: ClaraLuz, 2005.

JORNAL PÁTRIA, 6 de julho de 1899, n 205, ano I, Manaus, p. 1.

KOTHE, Flávio R. **O Herói**. São Paulo: Ática, 1985.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A criação de um mito**. In: A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002. Disponível em <www.outrostempo.uema.br> Acesso em janeiro de 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et all.). 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LÊNIN, V. I. **Cultura e Revolução Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LEPARGNEUR, H. **Introdução aos estruturalistas**. São Paulo: Herder, 1972.

LYONS, John. **Linguagem e Lingüística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

LIMA, Cláudio de Araújo**. Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

LIMA, Manoel Ferreira. **A Bolívia de 1890 a 1905: suas relações exteriores e a questão do Acre**. Niterói: UFF, 1981. (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: IBRASA, 1980.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil**. São Paulo: UNESP; Moderna, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Trad. Sírio Pessent (et al.). Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARTINELLO, Silvio. **A Ilha da Consciência**. Rio Branco: Gráfica Printac, 2003.

MENDES Maria Alzenir Alves Rabelo. **Antologia - A prosa xapuriense 1907 a 1984 (parte2).** In: ASSMAR, Olinda Batista. *As dobras da memória de Xapuri*. Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2002. Volume 2.

MARIANI, Bethania (org.). **A Escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006.

MARINS, Francisco. **Território de Bravos: uma epopéia na Amazônia**. 15. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MIRIANI, Bethania (Org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos: Clara Luz, 2006.

MUSSALIN, F. BENTES, A. C. (org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Marcos Vinícius. **Uma breve história acreana**. 2004. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/seiam/doc/acre_historia.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2007.

_____. **Acreanos e Jacobinos**. In: Galvez e a República do Acre: revista do 1° Centenário do Estado Independente do Acre. Rio Branco: FEM, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinell (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** São Paulo: Pontes, 1993.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6º Ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Terra à Vista! Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **Discurso e Leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____ (et al.). **Sujeito & Discurso.** São Paulo: Editora da PUC-SP, 1988b.

PAVEAU, Marie. SARFATI, Georges. **As grandes teorias da Lingüística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. Mª Rosário Gregolin (et al.). São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Sobre a (des)construção das teorias lingüística** (p. 07-31). In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1999.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis**. O Seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

_____. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1982.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. Trad. Octavio Mendes Cajado. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

REVEL, Judith. Michel **Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin. São Paulo: Claraluz, 2005.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

POLITO, André Guilherme. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos**. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. Antônio Cheline, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, Laélia Maria Rodrigues. **Procura-se uma pátria: a literatura no Acre (1900-1990)**. Tese de doutorado, PUC do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. **Um caminho de muitas voltas**. Rio Branco: FEM, 2002.

SILVA, Benedicto (org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1986.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez; Rio Branco: UFAC, 1992.

SOMMER, Doris. **Ficções de Fundação: os romances nacionais da América Latina**. Trad. Gláucia Gonçalves e Eliana Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, novas abordagem**. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

SOUZA, Cirlana Rodrigues. **O discurso fundador lacaniano como efeito de deslocamentos e (in)versões de sentidos**. Uberlândia: UFU, 2007. (Dissertação de mestrado).

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2001, Vol. I.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história, Foucault revoluciona a história**. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1982.

VIEIRA, Maria do Pilar. et all. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

WEESWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editora. 2002.

© CARNEIRO, E. A. 2008.

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre

C289d	CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *O discurso fundador do Acre*: heroísmo e patriotismo no último oeste. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco – Ac, 2008. Orientadora: Profª. Drª. Marisa Martins Gama-Knalil 1. Revolução Acreana, 2. Discurso Fundador, 3. Análise do Discurso, 4. Comunidade Imaginada, I. Título CDU 808.51 (811.2)

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo